O time de Opinião está na página 4

Alberto Duarte

Almino Affonso

Brum Torres

Olga Araujo

EM TEMPO

SEMANARIO NACIONAL - ANO II - N.º 73 - Cr$ 20,00 - DE 19 A 25 DE JULHO DE 1979

O ditador está em Miami. É o fim da ditadura Somoza

Revolução vence na Nicarágua

GUERRILHEIRO SANDINISTA, SÍMBOLO DA VITÓRIA

O novo sucessor de Somoza, o somozista Urcuyo Maleaños, diz que só deixará o poder em 81.

Mas isso não vale nada. Ou a Junta Provisória de Governo assume, ou a perspectiva é a de os sandinistas tomarem Manágua.

Página 5

exclusivo

Hugo Blanco

O socialismo e a derrubada das ditaduras

Hugo Blanco, ex-guerrilheiro e atual deputado na Assembléia Constituinte peruana, esteve no Brasil e debateu, no auditório Vladimir Herzog do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, na sexta e no sábado passados, as questões da democracia, do socialismo e da construção partidária. Participou do debate o também deputado constituinte peruano Enrique Fernandes Chacon, dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores.

Páginas 10 e 11

Ennio Brauns F.

Código do trabalho

(Exemplos de fora e daqui)

Duas páginas sobre o Código do Trabalho. As experiências da Itália e da Espanha. E as opiniões dos mais interessados no assunto: os trabalhadores.

Páginas 6 e 7

Saúde

(Doença e morte do povo)

Encontro Popular de Saúde, em São Paulo. E mais: os absurdos da Previdência Social e a situação no Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Página 8

Basaglia

(Que loucura é essa?)

A loucura deve ser enfrentada não pelos médicos, mas pela política, pelas organizações sindicais e populares. Os manicômios não passam de prisões, de casas de tortura. Essas idéias são do psiquiatra italiano Franco Basaglia, que as desenvolve numa entrevista exclusiva ao EM TEMPO.

Leia também a história de um preso político menor de idade, Cesar Queirós Benjamin, conhecido como "o menininho", para ele ser condenado a ditadura teve de burlar a sua própria Lei de Segurança Nacional.

Página 12

aparte

Carta que o «Estadão» não publicou

Presídio Político do Estado de São Paulo
À Redação de "O Estado de São Paulo"

Considerando o avanço das lutas do povo brasileiro e do movimento democrático em nossa sociedade, senti-me na obrigação e motivado para vir esclarecer publicamente, depois de vários anos, alguns fatos que envolveram minha pessoa decorrentes de minha prisão em 13/10/71.

Em 9/2/72, a Imprensa publicou matéria a meu respeito com base em informações liberadas pelos órgãos de Segurança de SP., onde constavam algumas declarações minhas retiradas de um texto por mim escrito. Sobre o que tenho a esclarecer o seguinte:

1. O texto por mim escrito e assinado é tão somente um relato dos fatos ocorridos, que vão desde quando fui baleado até o momento em que o mesmo era redigido (9/1/72). Não fazia nele considerações de ordem geral deslocadas dos fatos. Portanto, deixo claro que algumas considerações gerais inseridas na matéria publicada por este Jornal (que parecem insinuar sejam minhas), ou foram retiradas do documento liberado pelo Órgão de Segurança, que lhe deu origem, ou são da própria redação da matéria. Por ex.: a matéria refere-se a... execuções, etc., que não pertencem ao texto por mim escrito.

2. O texto foi feito para uma das equipes da OBAN (Doi) a título de depoimento de interrogatório. Sua publicação foi feita sem o meu conhecimento, e sem o meu assentimento portanto. E ainda esclareço que dada a gravidade de um ferimento no pescoço, os meus depoimentos eram em geral manuscritos.

3. Na ocasião dependia de delicada operação no pescoço para voltar a alimentar pela via oral e com risco de perder a voz caso não fosse feita. A perspectiva real de não ser realizada a operação, decorrente de possíveis represálias por parte do órgão policial, ou mesmo a perspectiva concreta de ser torturado naquele estado, me predispunha à debilidades, que não escondo

4. Nesta situação a OBAN (Doi), utilizando-se de algumas de minhas informações, quis emprestar-lhes uma imagem de benevolência. Condição esta que os próprios fatos desmentem, mostrando o contrário. O que não quer dizer que não tenha sido incorreto da minha parte permitir que algumas de minhas declarações fossem utilizadas como convinha à aquele órgão. Aproveito ainda para acrescentar: em períodos posteriores às minhas declarações (no final de 72 e meados de 73) quando fiquei preso na sede da OBAN, presenciei torturas físicas e ouvi os gritos de companheiros sendo torturados.

Atenciosamente, 2/6/79

Preso Político, Monir Tahan Sab

A luta pela liberdade sexual

Aos interessados e desinteressados,

Além do direito ao trabalho, todo cidadão tem também o direito legítimo e inalienável ao prazer, que é parte do seu direito à vida e à sobrevivência enquanto ser humano. As pessoas precisam do prazer como precisam da comida e da liberdade. Não podemos esperar uma participação política efetiva de quem se aliena de si mesmo, ignorando seu direito ao prazer.

Dos quase 5.000 brasileiros punidos pelos atos de exceção, especialmente o AI-5, sabe-se que o governo afastou de suas funções um certo número de pessoas, sob alegação de prática homossexual e alcolismo. O governo agora confessa-se confuso sobre a forma de anistiar os homossexuais e alcoólatras punidos; como não podem ser considerados nem subversivos nem corruptos, uma das sugestões apresentadas é que se crie a categoria "depravados" para assim anistiá-los. Tais punições nos parecem tão injustas quanto as punições políticas mais conhecidas e merecem a atenção deste Congresso e de setores da população brasileira interessados numa verdadeira democratização do país. É óbvia a arbitrariedade de se punir pessoas com base em discriminação sexual, já que o fato de ser homo ou heterossexual não pode influir diretamente na qualidade profissional destas pessoas. Quanto ao alcoolismo, trata-se de um problema individual com profundas raízes sociais, que obviamente não será curado através de leis punitivas.

Diante dessa situação concreta e muito pouco divulgada, julgam-nos no dever de exigigr que os punidos sejam amplamente anistiados, sem que se perpetue nenhum estigma sobre eles; assim não adianta tirá-los da categoria de criminosos sexuais para classificá-los como depravados.

Reiteramos aqui, finalmente, nossa crença no direito de todos os interessados discutirem a questão homossexual, buscarem uma identidade pessoal e cultural sistematicamente negada e, com isso, poderem ter uma efetiva participação política na vida brasileira. Queremos ouvir a voz dos oprimidos, doa a quem doer.

Jornal "Lampião"

Grupo Somos — Grupo de afirmação homossexual

GERAIS

Coronéis torturadores acusados

Quem são os anistiados pelo governo Figueiredo? A viúva do sargento Manoel Raimundo Soares, Elisabethe Soares, que esteve em Porto Alegre na semana passada para transladar os restos mortais do marido pára o Rio de Janeiro, apontou os torturadores e assassinos do seu esposo, todos integrantes dos quadros do DOPS e do III Exército como os beneficiados pelo projeto de anistia.

O corpo do sargento foi encontrado boiando no rio Jacuí em 1966, com os pés e as mãos amarrados, depois de passar 152 dias preso no DOPS gaúcho e nas dependências do III Exército, causando, na época, forte impacto na população gaúcha. Mas até hoje os responsáveis pelo crime não sofreram nenhuma punição. Ao contrário, como ela afirma, "os verdadeiros criminosos, os torturadores, não serão punidos".

A seguir citou nominalmente alguns dos responsáveis pela morte de seu marido. São os coronéis Rui Chaves Menna Barreto e Attila Rohrsetzer, este último também acusado de organizar o sequestro dos uruguaios no ano passado em Porto Alegre. **(SUCURSAL)**

Arenoso confesso

A prefeitura de São Paulo foi doada para o antigo PSP —, aquele partido do Adhemar que propagandeava, "Rouba mas faz..." Para que o bando arenista-pessepista conseguisse o seu intento, uma parcela de deputados arenosos do MDB, votaram a favor da tramóia e levaram o seu.

Um dos mafiosos, o deputado Manuel Sala, estava lá no dia da posse do "escolhido" Reynaldo de Barros. Esperava ele pacientemente a hora de badalar o seu amigo e chefe na fila dos puxa-sacos, quando os repórteres se aproximaram e perguntaram se ele estava representando a bancada do MDB. Resposta pronta e cínica: "Não, eu não sou da bancada sou da cambada..." **(OG)**

A doce mamata do açúcar

O industrial direitista Jorge Wolney Atalla, que sempre teve costas quentes com o governo (talvez uma compensação por suas colaborações financeiras à antiga Operação Bandeirantes — OBAN — órgão que prendia, torturava e matava esquerdistas), está caindo do galho. Ninguém, a não ser ele mesmo vai lamentar isso.

Atalla já estava acostumado a entrar em maus negócios e ser socorrido pelo governo, quando engrossava. Tentou dar mais uma dessas e entrou pelo cano: o preferido do governo, que é mais chegado ao Proálcool, é agora, segundo o "Relatório Reservado", o grupo Ometto

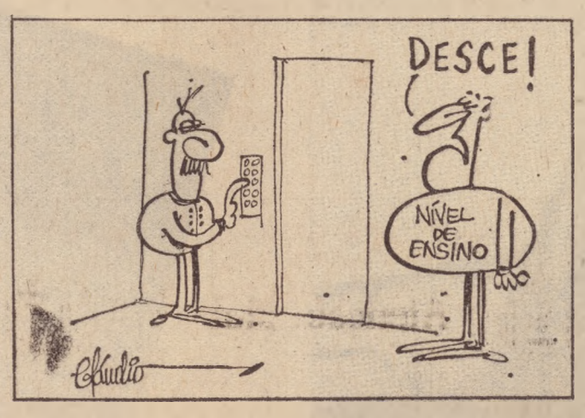
Então, o fato de negar um emprésitmo ao Atalla parece não envolver nenhum aspecto moral. Ao contrário, mudou apenas o desfrutador das fartas tetas da política governamental. O desfrute continua. **(MSB)**

O feitiço da Vila

Está surgindo mais uma Associação de Bairro na periferia de Porto Alegre, dessa vez na Vila da Tamanca, com o nome de Feitiço da Vila. A sua criação obedece a mesma necessidade que levou a criação de tantas outras: os moradores, quase todos operários, cansados de esperarem pelos poderes públicos para a resolução dos problemas de falta de água, luz, condução e escola para os filhos, organizaram-se para reivindicar os direitos que todo cidadão deveria ter.

Há muitos anos atrás o ex-proprietário da região loteou os terrenos vendendo-os a preços bem baratos. Hoje os moradores descobriram que a transação não tem nenhum valor jurídico, pois não tinha sido registrado em cartório.

Mas a questão hoje já está problemática porque aumentou o número de moradores-posseiros e uma solução tem que ser dada pra essa gente que tem o direito de morar. E é pensando assim que a Assessoria Jurídica da Associação descobriu uma lei de 1962, que diz que todo o local que tiver mais de dez famílias morando deverá ser desapropriado em nome do interesse público. Se isso se confirmar vai ter muito dono de terras arrancando os cabelos, porque as Associações de Bairros em Porto Alegre vão saber usar essa lei. **(SUCURSAL)**



Maluf vai cavar buracos

Maluf, com sua demagogia (não muito barata...) está usando de artimanhas que só enganam quem quer ser enganado, não só para manter-se no poder mas também para destruir o que resta de recuperável no país. No caso específico do petróleo, está sendo a ponta de lança das multinacionais da área.

Nessa de "colaborar" para solucionar a crise de energia (ou seria sua eterna crise de popularidade?) já conseguiu até dinheiro em Brasília, para sair furando poços por aí, mais à procura de votos do que de petróleo. Na próxima viagem do trem-doido do Maluf, ele já poderá levar mais um trunfo: perfuradoras que deverão inicialmente esburacar o Vale do Ribeira (sul de São Paulo). Pode não achar nada, mas pode agradar alguns amigos e dar empregos a colaboradores.

E se depender de certos ministros, também muito chegados a uma multinacional, ele vai continuar tendo apoio. O Simonsen, por exemplo, está louco pelo fim do monopólio da Petrobrás, já abalado pelos contratos de risco. Não é à-toa que o país está nesse caos econômico: os caras que deveriam organizar sua economia fazem tudo para acabar com ela. O Brasil tá cheio de somozas. Haja vaga em Miami! — **(MSB)**

Ninguém segura a inflação

A política de combate à inflação não vai lá muito bem das pernas. Já se prevê que o índice de inflação de julho será maior que o dos últimos meses. Também já se tem como certo que o orçamento monetário terá que ser revisto. O orçamento monetário, elaborado no início de cada ano, tenta prever e disciplinar a expansão da moeda e do crédito, que é uma das principais fontes de pressões inflacionárias. Para o primeiro semestre de 79, o orçamento monetário previa uma expansão do crédito de apenas 14%; no final de junho, no entanto, esta rubrica já apresentava um crescimento de 27%. E os meios de pagamento (papel moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos comerciais), nos primeiros seis meses do ano, cresceram em 13%, índice que se estimou que só seria alcançado em setembro.

Além disso, fontes do Banco Central já informaram que a sobra de recursos que resultaria do corte de 30 bilhões nos gastos públicos, efetuado no início do ano, vai ser utilizada para cobrir as despesas com programas prioritários, como o programa do álcool ou a agricultura. A intenção inicial era "esterilizar" esses recursos, ou seja, não utilizá-los, tendo em vista conter a inflação. Mais uma vez, portanto, ao que tudo indica, a economia vai "fechar" o ano com a taxa de inflação elevada e problemas no balanço de pagamentos. — **(Afonso Borges)**

A fome e o futebol

Está tão difícil conseguir uma "bóia" hoje em dia que a população mais pobre já está pondo, nos seus ídolos, apelidos relacionados com suas carências: comida. Assim é que o campeonato paulista de futebol deste ano tem nomes de jogadores que dão para formar uma equipe que lembra mais um almoço do que um time de futebol.

O Corintians, por exemplo, começa contribuindo com o aperitivo, Palhinha; o time do Santos contribui para essa equipe-refeição com Nilton Batata e Rubens Feijão o; São Bento, de Sorocaba, fornece o Tutu, outro Batata e Coca. Para temperar tudo isso, o Internacional de Limeira entra com o Alexandre Pimenta. A sobremesa fica por conta do Palmeiras, com o jogador Picolé; do São Paulo, com o Murici; ou do XV de Piracicaba, com Pitanga e Lima. Para mandar tudo isso prá dentro, é lógico, não podia faltar o Boca, da Francana. **(RVN)**

nota

O Em Tempo anda feio, todo mundo sabe. Paramos de trabalhar com Off-set e passamos para linotipia. E apanhamos à bessa. Neste número, porém, começamos a mudar algumas coisas no dito "projeto gráfico". Aguarde as melhoras e compreenda as experiências. Afinal, estamos mudando a cara do seu jornal.

A arte.

Poemas

A Editorial Livramento, de São Paulo, acabou de lançar o livro "Poemas do Povo da Noite", de autoria de Pedro Tierra. O livro é prefaciado por Dom Pedro Casaldáliga e é apoiado pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia, Seção de São Paulo.

"Poemas do Povo da Noite" pode ser encontrado em São Paulo na Livraria Livramento, Av. Waldemar Ferreira, 174 — Butantã.

Jornal

O retorno do "Batente", jornal de trabalhadores da região de Osasco vai ser comemorado com uma festa no próximo dia 29. A festa começa às 13 horas e vai ter feira de livros, futebol, show, forró, barracas e filmes.

Vá comemorar, no Centro de Vivência da Vila Yara, Osasco — Rua Benedito Soares Fernandes, n.o 7.

Festa

O Centro Cultural da Vila Santa Catarina, de São Paulo, vai promover no próximo dia 29 uma Festa Baiana. A festa é em comemoração à data da Independência da Bahia. Vai ter capoeira, música e teatro contando como foi a Independência da Bahia.

O Centro fica na Rua Panamá, 663 — travessa da Av. Santa Catarina.

Oficina

Só mais dez dias. O Teatro Oficina de São Paulo está apresentando a peça "Ensaio Geral do Carnaval do Povo" e "O Parto", filme sobre a revolução portuguesa... É política, arte, espetáculo, festa. Quem não for ver vai perder uma das melhores coisas que está por aí. Não aceitamos autocrítica. O Oficina fica na Rua Jaceguai, n.o 520.

Anistia

O Centro de Estudos Políticos e Sociais do ABC, localizado na rua Dr. Cesário Mota, 68 — Santo André, está promovendo todas as sextas-feiras debates sobre assuntos de interesse da população. Nesta sexta, às 20 horas, o tema será anistia e o convidado para centralizar os debates é o senador Teotônio Vilela.

Partidos

O MDB do Rio Grande do Sul vai promover no próximo dia 21, sábado, um Encontro de avaliação da conjuntura política brasileira. Do Encontro participarão parlamentares estaduais e federais, líderes sindicais e intelectuais.

O Encontro, que vai se realizar na Vila Betânia, é consequência direta do Encontro de São Bernardo e um de seus temas principais será a discussão em torno da rearticulação partidária.

EDITORA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Antônio Hélder, Antônio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável: Robinson Ayres
Secretário de Redação: Robinson Ayres
Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAIS: **Nacional:** F. Pereira Tibério Canuto, Antônio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Relton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Roberto Gbun, Virgínia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antônio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorim. **Arte e Produção:** Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges, Diagramação: Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Washington Magalhães e Vera. **Arquivo e Pesquisa:** Virginia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte:** (R. Bernardo Guimarães, 1884 - Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Mariza Araújo, Amarildo (Administração). **Porto Alegre:** (Av. Graça Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (Redação). Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração). **Rio de Janeiro** (Praia de Botafogo, 316 - Sala 209) Beatriz Lorner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavínia, Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luiz Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis Orlando Guilhon Braga, Sérgio Sbragio. **Salvador** (Av. Joana Angélica, n.º 8 - 1.º andar - s/14) Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **Recife:** Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares Eliane Veloso, Marina Lima, Mário Everaldo, Riva M. Nogueira, **Aracaju:** David Dantas Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar, Gervásio de Paula, Rogério Araújo, Vivínio de Araújo. **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal:** Cícero Correia, Francisco de Assis, Cláudio. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardino Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) - Telefone: 335-7773. Redação: Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros - (São Paulo) - CEP - 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio - SP - BH - Brasília - Vitória): Superbancas Ltda. (Rua Ubaldino do Amaral, 42 - RJ) - Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Impressor de São Paulo, Rua dos Italianos, 463 - Telefone: 221-6929.

GERAIS

Na medida

Um documento feito pelo MDB de Santa Luzia, Estado do Maranhão acusa o senador arenista José Sarney de estar grilando terras naquela região. Segundo o documento mais de 300 famílias estão ameaçadas pela sanha do insaciável Sarney.

Como vêem a ARENA escolheu um presidente sob medida. **(RVN)**

Polícia subversiva quer cumprir a lei

Um telex de autoria e origem desconhecida chegou ao 1.o Distrito Policial de São Paulo, no Parque Dom Pedro, convidando todos os policiais a entrarem em greve branca — que consiste simplesmente em obedecer a lei (eta país) — a fim de conseguirem o mesmo aumento que os delegados obtiveram usando o mesmo artifício.

O secretário da Segurança Pública, Otávio Gonzaga Jr., ficou bravo e ameaçou, "me deram um voto de confiança para conseguir para eles o mesmo conseguido pelos delegados (...) se tentarem me pressionar agora, abandono tudo".

Não é que a gente ache que eles ganham muito, mas uma greve dessas em que os policiais se limitassem a cumprir a lei, até que não seria nada mau. O estranho é que o Secretário da Segurança Pública considera uma pressão sobre ele esta atitude policial. Então quer dizer que lei é só para nós, contra nós? **(MBS)**

Jejum

O preço dos automóveis aumentaram de novo na última segunda-feira. Agora um Ford Landau igual ao que o atleta Figueiredo usa custa apenas 470 mil cruzeiros.

Ou seja bastaria que um cara ganhasse o salário mínimo e não o gastasse durante 17 anos e cinco meses para conseguir comprá-lo. Mas mesmo que ele fizesse jejum durante esse tempo ainda ia ter que torcer para que o preço do carro do Figueiredo não aumentasse nenhuma vez. O que são outros quinhentos. **(SC)**

Salada petebista

Continua o corre-corre dos trabalhistas. E olhe que tem trabalhista de tudo quanto é tipo correndo atrás da legenda do PTB: tem petebista de herança, de carteirinha de sobrenome, ponta-direita, esquerdão, meia-direita, zagueiro central, o time está completo. Tem até um gandula segurando as bolas por fora: o general Golberi do Couto e Silva conhecido na intimidade como "Dr. Gol".

O Golberi está mandando ver no PTB (da Ivete Vargas) e conseguiu até um carguinho vagabundo para o ex-deputado do PTB Álvaro Fernandes. O Álvaro depois de circular por muito tempo no Palácio do Planalto agora é secretário da Educação do município de Niterói.

Já no PTB do B (do Brizola) está a maior briga e tem muita gente achando ruim o ex-deputado Lisâneas Maciel estar de coordenador do PTB do B no Rio. Ameaçaram até pedir a cabeça dele que segundo alguns é socialista demais para um partido social-democrata. **(SC)**

Ministro do desemprego

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, diz que não vê nenhuma ameaça de desemprego no Brasil. O problema é que o desemprego não ameaça: ele já está aí e quem duvidar que saia procurando emprego em qualquer lugar, até mesmo em São Paulo, onde normalmente o problema é menor.

O ministro prefere não ver nada disso. Para ele está tudo bem, afinal ele não está do lado do trabalhador, né? Mas, ele que tome jeito, ou do jeito que as coisas andam, acabará sendo ministro da falta de trabalho. **(RVN)**

Plantando vento

Participando na semana passada num Congresso sobre Reforma Agrária promovido pela FAO em Roma, o ministro Delfim "Sardinha" Neto fez questão de tranqüilizar os proprietários de latifúndios improdutivos no Brasil. Segundo ele, a política agrária do governo Figueiredo está baseada na ocupação de terras novas nos cerrados do Centro-Oeste e na Amazônia.

Delfim disse que a política econômica do governo prevê uma preocupação especial com a agricultura, especialmente na "utilização de estímulos aos pequenos produtores". É realmente uma gracinha esse estímulo que garante aos latifundiários que suas terras (as melhores) continuarão servindo de plantação de vento **(SC)**

Racionar para o governo mamar

O racionamento de combustíveis está chegando, não é novidade pra ninguém. Mas será que o governo está mesmo levando esse negócio a sério? Vejamos: no primeiro semestre deste ano, o governo **exportou** 118.619 toneladas de gasolina (que segundo os técnicos da Petrobrás é de muito melhor qualidade do que a entregue para o consumo aqui). Em relação ao ano passado, essa exportação representou menos 8%, talvez devido aos protestos por vendermos gasolina aos outros países por preço de banana, enquanto o preço interno é dos mais altos do mundo.

Em relação ao óleo diesel, as exportações aumentaram em quase 15% e a venda de querosene para o exterior foi aumentada (em quantidade) em 87%.

Então, o que dá para se concluir é que, se economizarmos bastante, haverá muito mais combustível sobrando para o governo fazer péssimos negócios. Como é que a gente vai colaborar para uma coisa dessas? **(MBS)**

Atenção Maluf, Chagas & Cia.

O Vaticano reafirmou esses dias que o inferno existe mesmo, que não é brincadeira não. Que se cuidem. **(MBS)**

Ainda o Skylab

Os velhos do interior sempre aconselham às crianças a não cuspirem para cima, para não levar na cara o próprio cuspe. Parece uma coisa óbvia, mas muita gente metida a sabida não aprendeu isso. E continuamos inventando sacanagens contra nós mesmos.

O Skylab, apesar de não ter acertado ninguém (por mera coincidência), faz lembrar isso. Mas, não é de hoje que isso acontece. Qualquer um pode enumerar um monte de invenções que só têm apoquentado a humanidade (ou pelo menos uma parte dela).

Nem vamos falar em coisa feita de propósito contra o povo. Vejamos alguns exemplos de coisas feitas oficialmente a favor da gente, mas que na prática são grandes jostas:

1 — O Estado — que não sei quem inventou, mas que deve ter surgido numa de defesa da nação ou coisa do gênero. Na prática, o Estado só tem oprimido a nação (não **uma** nação especificamente, mas **todas**) E as coisas acabaram se invertendo: em vez do Estado existir em função da nação, é esta que existe em função dele.

2 — A polícia — que deve ter tido mais ou menos as mesmas "intenções" para a sua criação que o Estado. Dizem que a polícia existe para proteger a sociedade, as pessoas de bem, etc. Na prática é isso? Perguntem aos cariocas.

3 — ...Não. É melhor não dizer. Vamos parar por aqui, Cada um que imagine mais o que quiser. O certo é que o mundo está cheio de skylabs, fantasiados de dogmáticas instituições, e eu não vou ficar falando delas que não estou a fim de levar uma skylabada em forma de cacetete na cabeça. Afinal, as instituições skylabadoras podem Skylabar à vontade que elas têm anistia por antecedência. Já quem skylaba os skylabadores, esses ficam fora da anistia das instituições. **Vade retro.**

(RVN)

diz pichação

Énnio Brauns Filho

Jesus Carlos

Vão vender a mãe!

Atenção, proletas: não adianta ficar dando uma em cima da outra, na esperança de fabricar mais um brasileiro: quem decide, agora, quem pode e quem não pode mais ter filhos não são mais os prováveis pais, mas o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A coisa foi revelada num seminário interno do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), onde o secretário do Planejamento de São Paulo, Rubens Vaz da Costa, contou que para conseguir um financiamento do BIRD teve que aceitar as imposições dessa instituição, sobre controle da natalidade. Assim, 300 postos de saúde serão construídos em São Paulo e, em troca disso, serão distribuídas pílulas anticoncepcionais em todos eles. O governo concordou com isso e, na prática, essa será a sua política oficial, com apoio da direção do Ipea.

Ainda não estão vendendo as próprias mães (o BIRD não exigiu isso) mas, como deu pra perceber, os filhos dos outros já foram vendidos ao BIRD. E a consciência de uns e outros por aí, bem, isso já foi vendido antes. **(RVN)**

Chega de esperança

O projeto de anistia do governo teve tudo para ser a maior frustração de 1979. Estudada e esperada por meses, acabou vindo uma anti-anistia; anistiou mais o próprio lado do governo do que os que se opuseram a ele até as vias de fato.

Mas, o Skylab roubou-lhe o título (afinal, muita gente esperava a anistia desconfiando) e acabou sendo a frustração maior de 1979. Até o dia da esperada queda, mil planos foram feitos. Muita gente tinha que frustrar-se, pois o Skylab era um só e as cabeças merecedoras dele são muitas, e estão espalhadas por esse país inteiro (isso deixando de lado o plano internacional).

Se caísse no Maluf, certamente o mais votado para uma queda da estação espacial em São Paulo, os mineiros, os cariocas, os gaúchos e muitos outros brasileiros protestariam "nosso governador merece tanto uma skylabada quanto o de São Paulo, isso é proteção". Isso sem dizer que mesmo em São Paulo as opiniões não eram unânimes. Houve gente que trabalhava na avenida Paulista que até faltou no dia previsto para a queda, para não ser atingido por nenhum fragmento, contando certo que desta vez o cursinho Objetivo (ou será Abjetivo?) iria pro beleléu com o Di Gênio dentro (para quem não conhece a peça, é o dono da instituição comercial denominada curso Objetivo).

Os senadores biônicos eleitos sem votos populares, no caso específico do Skylab, eram todos candidatos fortíssimos. Os ministros também seriam muito votados. Andreazza, por exemplo, devia ser o preferido da população amazônica para tomar uma skylabada, pois estava juntamente no projeto Jari, o campeão da vergonha nacional, em visita oficial. Com ele, certamente iria o milionário Daniel Ludwig, dono do Jari, para as cuculas, se o Skylab se dignasse a dar uma colher de chá aos amazônicos indignados.

Mas, nem adianta falar mais. O Skylab não desagradou a uma parte: desagradou a todas as partes e foi cair lá no oceano Índico e no deserto Australiano, atingindo — talvez — alguns peixes e uns poucos cangurus inofensivos. Foi um descalabro, um desperdício. Por isso, seria bom que a NASA, quando outro de seus lixos estiver caindo, não anunciasse mais, não criasse expectativa. Chega de esperanças frustradas.

(RVN)

Que país é este?

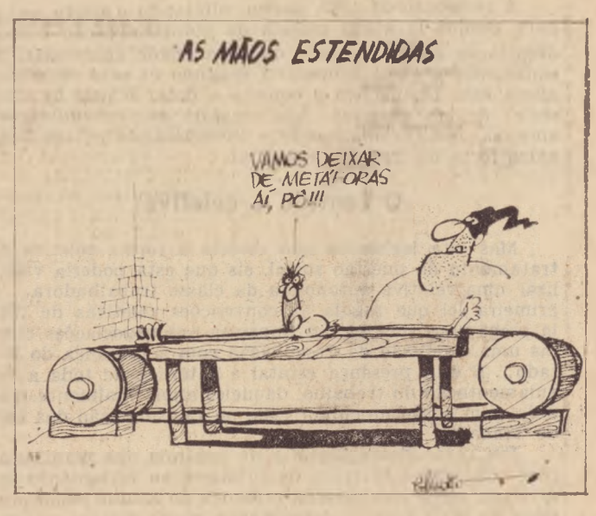
..A Folha de São Paulo de domingo trouxe uma reportagem de Pamela Nunes contando a verdade do Projeto Jari, confirmando o que a gente já sabia, mas que o governo finge não saber e os jornais oficiosos, como o Jornal do Brasil, escondem.

Ao contrário do que mostrou o Jornal do Brasil, recentemente, em matérias provavelmente pagas, o Jari é um país dentro da Amazônia, com fronteiras mal definidas mas muito bem protegidas por uma polícia particular. É um país que paga muito aos seus dirigentes americanos e mantém na miséria os trabalhadores brasileiros. Quem não segue as normas do sr. Ludwig, vai pro "pau de boi", uma espécie de cárcere privado (isso não é proibido?).

O ministro do Interior foi lá e viu tudo, conversou com os repórteres que o acompanharam e visitou áreas não previstas no roteiro oficial. Portanto, já sabe como é a coisa por lá. Se não fizer nada agora, é porque não quer fazer mesmo.

Aproveitamos para lembrar que quem entregou o Jari aos americanos foi Roberto Campos, que também tem no seu currículo a responsabilidade pelo caótico modelo econômico que nos aflige. Está lá em Londres, numa boa, como embaixador do Brasil e nunca foi preso, nunca precisou (até hoje) de anistia.

(RVN)



opinião

almino affonso

É preciso que a corrente popular não se fracione

Segundo o noticiário da imprensa, tão logo seja votado o projeto da anistia, o regime autoritário passará à nova ofensiva: a reformulação partidária, tendo como pressuposto a extinção dos atuais partidos.

Nem tudo, entretanto, são favas contadas. O MDB, pela palavra do Deputado Ulisses Guimarães, tem reagido com enorme vigor. A medida em gestação é uma violência. A atingida é a Oposição, tão-sómente ela. Não busca o Govêrno ampliar o espectro partidário como forma de garantir a representação política mais abrangente da população, sem discriminações ideológicas de qualquer natureza. Longe disso. Aliás, os donos do Poder nem tentam disfarçar as intenções: o que querem, através do remanejamento partidário, é encontrar uma saída que os livre da condenação plebiscitária a que se expõe a cada nova eleição.

A extinção do MDB, portanto, é ato de força ainda

A corrente popular

que mascarado pela votação majoritária no Congresso Nacional. Afora o absurdo jurídico, importa destacar o presente político: a qualquer instante, a maioria governista eventual (uma vez firmada a jurisprudência) poderia extinguir qualquer dos novos partidos que venham a ser criados no bojo da reformulação planejada. Contudo, nos últimos dias, a estratégia do Planalto já não parece tão tranquila. Desde motivações menores a argumentos mais sofisticados, a esta altura públicos, levantam-se no interior da Arena contrários à extinção dos partidos existentes. Recolhem-se os ventos, depois de tanto rodopio?

É claro que o regime autoritário ainda detém, mais do que nos agrada reconhecer, o poder de iniciativa. A abertura política, apesar de tudo, vai se ampliando. Mas, é preciso estar consciente de que ela tem por limites os interesses das minorias. Pelo menos é o que está programado. Ora, neste contexto, o dever da oposição popular (no Parlamento e fora dêle) é forjar sua própria unidade: de sorte a intervir no processo político e alargar os espaços, logrando que a redemocratização do País se dê em função dos interesses das maiorias. Essa proposição global pode ser explícita (na prática política e social) de diversos modos. Dentre todos, porém, um me parece fundamental na presente conjuntura: é preciso que a corrente popular não se fracione na hipótese da reformulação partidária vingar, sobretudo se prevalecer a extinção impositiva do MDB.

Além das siglas e das lideranças pessoais, é preciso que fale mais alto o interesse do povo. E ele nos impõe um dever muito claro: a unidade da corrente popular, dentro e fora do MDB, como condição do avanço democrático.

Almino Affonso é advogado e ex-ministro do Trabalho do governo João Goulart.

alberto duarte

Terrorista é a ditadura militar

Considero que mais que nunca se faz necessária a luta pela conquista da anistia ampla, geral e irrestrita. A nós não interessa qualquer outro tipo de anistia como por exemplo, a parcial, restrita, condicional etc. Fazer tais propostas é não ter claro o que se passou e o que se passa no Brasil, ou mais precisamente, é desconhecer ou tentar camuflar que a partir de 1964 instaurou-se um regime autoritário e arbitrário que suprimiu todas as liberdades democráticas e que, para suprimi-las, utilizou das mais variadas formas de repressão desde a institucionalizada, através de uma legislação excepcional, até o terrorismo.

O que é terrorismo?

O que é terrorismo? Nos clássicos encontramos a seguinte definição: "Terrorismo político é a agressão deliberada a uma população civil não combatente, desarmada, com o objetivo de lhe arrancar, pelo medo, colaboração ou neutralidade. Procura o favor indiscriminado onde a agressão ao não combatente deixa de ser um risco indesejado para ser o alvo e mira".

Na teoria e na prática, terror houve sim no Brasil e tem havido ainda, fruto da dimensão monstruosa do aparelho da repressão estatal que sequestra, prende, tortura e mata, invade, saqueia e joga bombas contra entidades de oposição como é o caso recente do jornal **EM TEMPO**. O terror das prisões clandestinas das torturas mais bárbaras, das condições carcerárias mais desumanas. Este terror que milhares de cidadãos brasileiros conheceram e conhecem ainda hoje. Os opositores do regime que pegaram em armas não tiveram outra alternativa tendo em vista que todos os canais de participação foram fechados. Neste sentido, setores da oposição que pegaram em armas tinham o objetivo de defender a própria vida e da população vítima das arbitrariedades da ditadura militar.

Por exemplo, os sequestros de embaixador por opositores do regime militar tinham por objetivo libertar da cadeia várias pessoas que seriam mortas como muitos o foram. Jamais se pensou maltratar qualquer embaixador sequestrado. Como disse o famoso jurista, na falta de habeas corpus, já que o mesmo tinha sido abolido pela ditadura militar, os opositores tomando iniciativas como os sequestros, por exemplo, impetravam, no peito e na marra, habeas corpus coletivos.

Neste sentido considero que terrorista é o governo. Os opositores do regime merecem o nosso respeito. Finalizando considero que a recente decisão dos movimentos de anistia em repudiar o projeto do governo é um decisivo passo na conquista da anistia ampla, geral e irrestrita. Repúdio porque a anistia a la Figueiredo vem no bojo de outras reformas (CLT, judiciária, partidária) que visam a perpetuação do regime. No aspecto específico, o projeto tem como objetivo uma auto-anistia para o governo. Ou mais precisamente, discrimina, exclui e faz com que os opositores do regime peçam perdão por crimes que não cometeram. E por outro lado anistia inclusive torturadores na maior cara de pau.

A luta pela anistia no parlamento é importante, mas ela não será conquistada ali. Mas sim, e principalmente, nas ruas, nas fábricas e no campo. Enfim, pelo povo brasileiro que há muito vive sob um regime de opressão e exploração.

Alberto Duarte é Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia — núcleo de Belo Horizonte.

olga araújo

Conflito individual ou luta de classes?

A prática da negociação direta entre empregados e empregadores no Brasil remonta à época em que a liderança operária era exercida pelos anarquistas, na qual o Estado estava sob o controle da oligarquia agro-exportadora. Como a economia do país estava diretamente vinculada à exploração rural, os conflitos urbanos protagonizados pelo movimento operário não representavam uma ameaça maior às classes dominantes que entre a opção de institucionalizar a solução dos mesmos, por meio da legislação, e reprimi-los pelo exercício da força policial optou por esta última alternativa.

As conquistas da classe trabalhadora, em razão desta impermeabilidade do Estado, pela ausência de interesses econômicos dos dirigentes em regulá-los, pela incipiência do processo de urbanização e de industrialização, se confinaram aos limites das categorias em litígio. Face à violenta repressão estatal, com a destruição das lideranças obreiras, inclusive pela expulsão do país, o movimento operário a partir de 1920 sofre um longo período de hibernação, refluindo a tendência até então presente da contratação coletiva.

A revolução de 1930, porém, alterando o pacto social para adequá-lo a um projeto de industrialização e modernização do país, diante da necessidade de conduzir e equacionar a questão operária segundo os seus objetivos, altera esta perspectiva e começa a dotar o país de uma série de leis esparsas que regulam as reivindicações obreiras, institucionalizando e incorporando os conflitos entre força de trabalho e capital.

O conflito é coletivo

Mas esta legislação não reverte à forma coletiva de tratamento da questão social, eis que esta poderia viabilizar uma relativa autonomia da classe trabalhadora. A primeira lei que regula as convenções coletivas de 1932 já prevê para solução dos impasses nas negociações diretas uma Comissão de Conciliação com a presença do Estado. E esta presença estatal é a tônica de toda a regulamentação do trabalho, daqueles anos finalmente reunida num corpo único em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho.

Em razão desta filosofia de controle das manifestações coletivas, este texto dá primazia ao tratamento individual, sob a ideologia da presença do Estado como protetor do mais fraco, o trabalhador, numa relação regulada por um contrato individual.

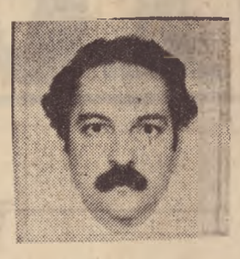
Perde-se assim historicamente a percepção de que o conflito da classe obreira é antes de tudo um conflito coletivo, submetendo-se pela legislação a força de trabalho individualizada ao capital associado, numa evidente redução da força reivindicatória dos trabalhadores. O tratamento do contrato individual, contrapondo a empresa e o trabalhador como individualidades, mascara a realidade de que o empregador em verdade não constitui uma pessoa no sentido individual que lhe dá o Direito e as relações privadas. Integra este um complexo de interesses, de associações de capitais, que pela força que só o poder econômico confere, tem inclusive e, de forma determinante, presença dentro das próprias estruturas governamentais.

E, apesar de toda a evolução econômica e social ocorrida no país, determinando a alteração destas relações, a atual regulamentação das convenções coletivas consagra a reprodução deste estado de coisas. As convenções coletivas como se encontram reguladas na legislação brasileira constituem exclusivamente um proceso preliminar de dissídio coletivo, sendo instituído como árbitro obrigatório ainda no processo administrativo o Ministério do Trabalho. Isto, além de outras restrições fundamentais constantes na lei, tais como a revisão salarial na vigência, dentro de um ano, de aumentos decorrentes de instrumentos coletivos, retira completamente a necessária autonomia da negociação direta.

Por outro lado, a proposta de que se dê condições de adoção no Brasil dos contratos coletivos de trabalho não pressupõe a revogação das atuais normas em vigência que representam os direitos mínimos a serem preservados ao strabalhadores. As convenções coletivas instrumentalizariam o avanço das reivindicações operárias justando-as ao atual processo de industrialização e reestabelecendo, pelo menos parcialmente, um certo equilíbrio de forças entre os trabalhadores e o capital. É evidente, também, para que estas possam ter algum êxito que sejam acompanhadas do reconhecimento da legalidade de exercício das formas de pressão próprias ao movimento operário, tais como direito de greve, liberdade e autonomia sindicais.

Olga Araújo é advogada trabalhista e expresidente da Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas.

joão carlos brum



Anistia: Encontro Nacional dentro do Congresso

A conjuntura brasileira é marcada por uma luta sem quartel em torno do sentido a ser atribuído ao chamado processo de abertura. O Governo trabalha, hábil e incessantemente, para limitar-lhe o alcance, perverter-lhe o sentido, distender-lhe o ritmo, assim como para rigidamente controlar-lhe os efeitos No seu nível mais geral o projeto governamental é de "institucionalizar a Revolução", o que implica liberalizar o regime político sem, no entanto, arriscar-se nem mesmo a troca de guarda. Operação complicada que supõe o hábito da contradição e o cinismo necessário para recuperar com uma mão o que a outra deixa escapar. Assim foi com a substituição do Ato 5 pelas salvaguardas e assim é igualmente com o projeto de anistia.

No primeiro caso o perigo maior a evitar era a Constituinte; no segundo a possibilidade de que as demais medidas de liberalização — o afrouxamento da censura a imprensa, especialmente — pudesse permitir que a massa enorme de injustiças e atos de violência praticados nos últimos anos viesse a suscitar protestos e lutas de grande alcance e, sobretudo, não controláveis por aparelhos políticos "dignos de confiança". Nos dois casos a preocupação essencial foi a de impedir o crescimento do movimento popular.

Do ponto de vista da prática política das oposições o que é essencial notar é que nos dois casos o Governo optou pela "guerra de movimento": antecipou-se, flanqueou as oposições, não regateando no preço a pagar pelas vantagens de ter uma oposição dividida e perplexa.

Uma manobra eficaz

No caso da anistia a manobra nem por ser óbvia — como, aliás, nos demais casos — deixa de ser eficaz. Trombeteia-se a magnanimidade do projeto, a política de mão estendida, ao mesmo tempo em que se discrimina entre os atingidos, em que se insinua um novo julgamento dos funcionários, em que se acoberta por antecipação aos torcionários do regime.

Nestas circunstâncias o que se torna vital entender é que a mera denúncia do projeto, o esforço para desmascará-lo é insuficiente e inoperante. Recuperar a iniciativa, esta, ao contrário, a tarefa do momento, cuja realização não poderá se dar sem que esclareça o terreno em que se deverá travar a próxima batalha pela anistia, assim como a tática que será necessário nela utilizar.

Entender que o Congresso Nacional será o lugar deste combate este, portanto, o primeiro ponto que interessa deixar acentado. Fazer com que o movimento espontâneo e, até agora desarticulado, de denúncia do projeto governamental **convirja sobre o Parlamento**, de tal sorte que a proposição de um substitutivo em que se consubstanciem os termos de uma verdadeira anistia apareça em Brasília como um imperativo da consciência política nacional, o segundo.

A tarefa concreta que torna-se necessário empreender não pode ser outra, então, que a de realizar um grande encontro nacional pela anistia no início do próximo mês de agosto, se possível localizado **dentro do Parlamento**. Mobilizar a todos os núcleos do movimento brasileiro pela anistia, às organizações de punidos pela revolução, aos punidos individualmente, esta a condição imprescindível para que tal encontro possa vir a efetivar-se. Tal articulação evidentemente há que se fazer a nível de Estado e com a máxima urgência possível. As dificuldades de ter êxito nesta iniciativa são óbvias. Todavia, se perdida esta oportunidade, ter-se-á perdido um momento e uma oportunidade privilegiadíssima para fazer com que o movimento por uma anistia geral, ampla e irrestrita se transforme numa campanha efetivamente forte, capaz de traduzir justas reivindicações não mais simplesmente em **palavras de reivindicação**, mas em fatos. Aperceber-se que há neste momento uma oportunidade de vitória, uma ocasião para, respondendo a manobra com a manobra, derrotar o Governo, isto é o que se pode e deve esperar e exigir daqueles setores que pretendem constituir-se na vanguarda das oposições e da esquerda brasileira.

João Carlos Brum Torres é professor universitário cassado em 1969 e atualmente assessor do Gabinete de Assessoria Superior da Assembléia Legislativa gaúcha.

Bônus contra o terrorismo

Compre este bônus e receba dividendos na forma da sobrevivência do EM TEMPO no firme combate pelo desmantelamento do aparato repressivo da ditadura. O último atentado nos causou prejuízos da ordem de Cr$ 400.000,00. Remeta qualquer quantia, na forma de cheque nominal a: EDITORA APARTE S/A. para a mesma, R. Matheus Grou 57, Pinheiros, São Paulo.

Assine EM TEMPO:

Nome _____ Profissão _____

Endereço _____ Bairro _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Desejo uma assinatura:

ANUAL Cr$ 600,00 ☐ SEMESTRAL Cr$ 350,00 ☐

Exterior

ANUAL US$ 90,00 ☐ SEMESTRAL US$ 50,00 ☐

Cada assinatura ANUAL do EM TEMPO dá direito a uma coleção dos Cadernos do CET — Centro de do Trabalho. Desejo uma coleção dos Cadernos do CET ☐

Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — Fone: 853-60

Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes — Belo Horizonte — MG — CEP 30.000

APROVEITE PROMOÇÃO ESPECIAL POR POUCOS DIAS

Adiós, Somoza

O FIM DA DITADURA

A queda de Somoza. A manobra do sucessor. A perspectiva da queda de Manágua. O caminho do socialismo como uma alternativa. E mais: um pouco da história da Nicarágua, da independência até a queda do ditador. E um rápido quadro da esquerda do país.

Por Carlos Tibúrcio

Enfim, o fim da ditadura dos Somoza. A última cartada de desespero, com o substituto do ditador, Urcuyo Maleaños, declarando que "só entregarei o poder em 1981", já não vale mais nada. No máximo, conseguirá adiar, por pouco tempo, a entrada da Junta Provisória de Governo na Capital, com ou sem a queda militar de Manágua. O avião que transportará os membros da Junta continua esquentando os motores em San Jose, capital da vizinha Costa Rica.

O problema, agora, é o futuro. É o novo governo. É a reconstrução do país, devastado pela guerra e pelo saque dos Somoza e seu bando. É a questão principal: quem garantirá política e militarmente o caminho a ser seguido pelo povo nicaraguense — o próprio povo organizado e de armas nas mãos ou um novo exército, distanciado das forças de libertação, que, mais cedo ou mais tarde, trocará os fuzis de ombro e se voltará contra a democracia de base?

A composição da Junta — Violeta Chamorro, (liberal conservadora), Sérgio Ramirez (de esquerda moderada), Alfonso Robello (conservador moderado), Moisés Morales (de esquerda) e Daniel Ortega (guerrilheiro e marxista) — e mesmo a composição já antecipada do ministério que governará provisoriamente o país não definem, por si só o futuro da Nicarágua.

É evidente que os Estados Unidos e a Social-Democracia (bem como a Democracia-Cristã) farão tudo para "ajudar" a reconstrução do país, freiar a democraitzação real do processo e garantir a hegemonia futura da burguesia nicaraguense sobre as forças populares, visando a exclusão dos representantes dos trabalhadores do poder.

No entanto, a exemplo do caminho adotado em 59-61 pelo povo cubano, as perspectivas podem vir a ser diferentes na Nicarágua, abrindo espaço, desde já, para a construção do socialismo.

Tomar Manágua

A manobra do sucessor somozista de Somoza, contrariando todas as expectativas de passagem imediata do poder do ditador para a Junta, impõe a perspectiva da tomada militar da capital nicaraguense. É exatamente isso, contudo, que os Estados Unidos e a Social-Democracia querem evitar. As forças sandinistas e o povo em armas, no entanto, passado o primeiro momento de confusão e surpresa, já estão dirigindo os esforços contra a capital. Tomando Manágua, é evidente, as condições de negociação se tornarão incrivelmente favoráveis. Pode acontecer, porém, que o imperialismo, diante mais uma vez desse risco, pressione o novo ditador para que ele faça o que já deveria ter feito no último dia 17.

Qualquer que seja entretanto o desenlace imediato e a curto e médio prazos do processo na Nicarágua, uma coisa é certa: os revolucionários latino-americanos estarão mais fortalecidos e com um novo ponto de apoio na América durante todo esse período. De um modo ou de outro, com a destruição pelas armas do povo da mais sanguinária ditadura que já existiu no Continente, a América Latina, mais uma vez, vê no horizonte o caminho do socialismo

Da independência à queda do ditador

Saiba como Somoza subiu ao poder e instituiu uma dinastia que durou mais de quatro décadas. O assassínio de Augusto Cesar Sandino, "o general de homens livres". A criação da Frente Sandinista de Libertação Nacional. E uma pequena cronologia da ditadura dos Somoza, até a queda do ditador, no último 16 de julho.

Por Wilma Amaro

Uma história pontilhada de conflitos entre liberais e conservadores, rivalidades oligárquicas entre os setores dominantes, intervenção de potências imperialistas — primeiro a Inglaterra e depois os Estados Unidos — caracteriza o período pós-independência da Nicarágua.

Em linhas gerais, ocorre nesse país o mesmo fenômeno que marca o início da vida independente das ex-colônias espanholas: no campo econômico, a herança de uma via agro-exportadora que reforça as relações de produção pré-capitalistas; no plano político, a ausência de um setor hegemônico na classe dominante, levando a constantes disputas pelo poder; e, no plano social, a completa dependência dos camponeses da grande plantação (cereais e corantes), além de uma dispersa e difusa exploração de tipo comunal, que mal bastava para garantir a subsistência da maior parte da população.

Nas primeiras décadas de independencia, o povo da Nicarágua assiste a uma luta pelo poder, personificada por grupos dominantes das duas principais cidades: Granada e Léon. Em abril de 1854, está aprovada a nova Constituição e o resultado do processo de reordenação jurídica é uma tentativa de "golpe branco", pelo general Frutos Chamorro, da fração granadina.

Um Mercenário no Presidência

A manobra de Chamorro leva a oligarquia de León a contratar os serviços de uma coluna de mercenários norte-americanos, comandados por William Walker. E o conflito é solucionado de maneira inédita: o mercenário é nomeado Comandante Geral da República e permanece no país com seu exército, como "garantia de paz". Sem perder tempo e dando as costas a seus antigos patrões, Walker põe em ação seu próprio plano para o país, que é o de unir a Nicarágua aos Estados escravistas do Sul dos Estados Unidos, cujos interesses representava.

Somente à vista dessa agressão é que os oligarcas se unem e com o apoio de outras repúblicas centro-americanas conseguem expulsar o instruso, forjando em seguida o chamado "pacto oligárquico" de 1856. Por este pacto se assegurava a hegemonia aos setores plantadores, excluia-se a grande massa da participação política e dos cargos públicos e estabelecia uma trégua entre as várias facções da classe dominante: conservadores e liberais, plantadores de León e comerciantes de Granada.

Uma revolta fracassada

Esse pacto dura até à virada do século, quando a expansão do setor cafeeiro introduz o desenvolvimento capitalista no campo, com a violência característica do processo de acumulação: a ocupação das terras indígenas pela força das armas. Consolida-se, dessa forma, um novo setor hegemônico: a oligarquia cafeeira.

Expulsos de suas parcelas individuais ou de suas comunidades, os indígenas se organizam para enfrentar a nova oligarquia (que havia votado a lei agrária de 1880 expropriando suas terras). Mas são derrotados pela superioridade técnica e material das forças do governo.

A nova oligarquia agro-exportadora se lança então à conquista do poder político, alcançando-o na chamada "Revolução Liberal" de José S. Zelaya, em 1893. Seu governo acelera o processo de privatização da terra, expropriação de pequenos camponeses e comunidades indígenas. Enfim, a economia é articulada em função e ao redor da grande plantação cafeeira, em detrimento da oligarquia tradicional.

No entanto, o projeto político da burguesia agro-exportadora — como a extensão de seu domínio sobre todo o país, incorporando a costa atlântica (antes sob controle da Grã-Bretanha) — leva o governo de Zelaya a entrar em choque com os Estados Unidos.

O governo norte-americano pretende construir um canal nessa região, mas deseja soberania absoluta. A questão do Canal era de grande importância para a consolidação do estado burguês que já tinha um plano de inversões para estes rendimentos.

Para garantir a defesa dos seus interesses, os Estados Unidos invadem militarmente o país em 1912, baseando-se no apoio dos setores conservadores e na oligarquia tradicional. Inicia-se então um processo de dependencia econômica direta, através da contratação de empréstimos com grandes banqueiros norte-americanos. Além disso, o imperialismo controla os lucros da exportação do café, as estradas de ferro, o Banco Nacional, impondo na prática uma política de estancamento. A dominação norte-americana vai de 1912 a 1933, com uma breve interrupção entre 1925 e 1926, quando os liberais tomam o poder, iniciando uma guerra civil.

Pouco depois, conservadores e liberais se unem, com a promessa de eleições, feita pelos Estados Unidos. Estes, no entanto, tratam de criar uma força capaz de substituir suas tropas, ao abandonarem o país. Assim, é criada em 1930 a Guarda Nacional, treinada pelos Estados Unidos, sob o comando de Anastásio Somoza.

A Guerra de Libertação

Enquanto os oligarcas dão-se as mãos, numa paz forçada, a luta contra a intervenção norte-americana é assumida pelo general Augusto César Sandino, com seu "exército de homens livres". A guerra dura seis anos, quando os "marines" abandonam o país. Mas, para garantir o poder às oligarquias, os Estados Unidos e o chefe da Guarda Nacional, Anastácio Somoza decidem assassinar Sandino. O exército Defensor da Soberania Nacional, de Sandino, constituido basicamente por camponeses, é desarticulado, enquanto Somoza prepara terreno para um golpe de Estado contra o governo de Juan Bautista Scaza, liberal. O golpe ocorre em 1936. Desde então, os métodos para que os Somozas, permaneçam no poder, incluem: golpes de Estado, pactos acompanhados por Constituintes de disposições transitórias, fraudes eleitorais e colocação de elementos de sua família em postos-chave do governo.

A dinastia Somoza

O surgimento de Somoza coincide com um período de crise de hegemonia, devido às contradições internas no interior da classe dominante e sua extrema debilidade política e econômica. Ao mesmo tempo, a desarticulação do Exército de Sandino implicou no sufocamento de toda luta popular organizada. Os sindicatos se encontravam ainda numa forma atrasada, mutualista, e não havia nenhum outro tipo de organização.

A ascensão de Somoza(uma arruinada família de plantadores de café, em 1930) é o exemplo da consolidação do poder, através do manejo de recursos oficiais. Seus interesses, que inicialmente se concentram na mineração e agricultura se expandem, ao setor industrial. Em 1944, Somoza é dono de maior complexo açucareiro do país (Usina de Montelimar), com investimentos nas áreas de cimento, têxteis, companhias de eletricidade de cinco cidades e Companhia Nacional de Seguros. Além disso, atua na área da prostituição, jogos e contrabando, obtendo grandes rendimentos nesses setores. Por volta de 1970, seu poder econômico está fortemente consolidado na área das finanças, possuindo vários estabelecimentos bancários e instituições financeiras não só em Nicarágua, como em toda Centro-América.

Pequena cronologia

1947 Somoza permite eleições, mas depois depõe o governo eleito e instala seu próprio tio num governo provisório.
1951: Somoza é eleito presidente por mais seis anos, depois de uma gigantesca fraude.
1956: Anastácio Somoza é assassinado em León. Seu filho, Luís assume o poder. Inicia-se uma violenta repressão sob o Estado de Sítio.
1957: Luís Somoza Debayle é eleito presidente para um período caracterizado por atentados e conflitos com a oposição.
1962: E' fundada a Frente Sandinista de Libertação Nacional.
1963: Luís Somoza renuncia por motivos de saúde.
1964-1967: René Schick, um protegido dos Somoza é eleito presidente.
1967: General Anastácio Somoza (Tachito), graduado em West Point e comandante da Guarda Nacional, desde 1955 se faz eleger presidente, em uma grotesca fraude. A repressão aos protestos causa 300 mortes.
1971: O Congresso é dissolvido e uma nova Constituição é elaborada.
1972: Somoza renuncia em meio à grande agitação popular, mas continua controlando a Guarda Nacional e o governo, de fato.
1974: O general é "eleito" para um novo período presidencial que terminaria em 1980. Nesse ano, um comando sandinista detém alguns membros do regime e consegue obter algumas vitórias em sua demanda. Em seguida o governo desata uma brutal repressão, sob Lei Marcial.
1977: Somoza sofre um enfarte depois de algumas denúncias sobre corrupção. Os sandinistas recrudescem a luta.
1978: E' assassinado, em 1.o de janeiro, o diretor do jornal La Prensa, Joaquim Chamorro, opositor liberal do regime.

A partir daí, os sandinistas assumem a ofensiva político-militar contra o regime. Tomam o Congresso, em agosto, e, em setembro, ocupam as cinco principais cidades do país.
1979: No dia 9 de fevereiro, desencadeiam a ofensiva final, ainda em curso.
16 de julho: O ditador foge do país, rumo a Miami.

A esquerda nicaraguense

O Partido Socialista da Nicarágua, de orientação comunista pró-soviética, surgiu na década de 40. Atualmente está dividido em duas alas: uma mais ortodoxa e outra com traços de independência com relação à orientação soviética.

Depois da II Guerra, o PSN tomou iniciativas no sentido de organizar o movimento sindical no país. Participando da campanha eleitoral de 46, o PSN acabou se desgastando e foi intensamente reprimido pelo regime. Os sindicatos tiveram suas sedes fechadas, os líderes se exilaram.

No início da década de 50, começou o processo visível de reorganização sindical. O mais importante, na época, era o sindicato dos motoristas. A organização sindical mais importante da década, contudo, era a CGT, de orientação "peronista".

Na década de 60, o movimento popular na Nicarágua ainda era fraco e dividido. Em 62, juntamente com a criação da Frente Sandinista de Libertação Nacional surgiu a UDEL — União Democrática pela Libertação —, criada pelo jornalista Joaquim Chamorro, liberal-burguês. A UDEL, entretanto, incluia vários setores do PSN e do PSC (Partido Social-Cristão), além de membros da CNT (Central de Trabalhadores da Nicarágua, democrata-cristã) e da CGTI (uma dissidência da CGT comunista).

As três tendências em que se subdivide a Frente Sandinista são: Guerra Popular Prolongada; Tendência Proletária; e a Terceirista.

A GPP defendia a acumulação de forças para passar a ofensiva prolongada, que está ocorrendo agora.

A TP, mais ligada aos trabalhadores urbanos, defende a criação de um partido revolucionário.

E a Terceirista, mais ligada aos setores médios, ao Grupo dos 12 (formado por intelectuais e empresários que se opõem ao regime somozista) e aos trabalhadores do campo, é a mais numerosa e heterogênea.

terror em ação

Francelino x "Operação Cristal"

Os desdobramentos do inquérito que apura o atentado terrorista à sucursal mineira do jornal EM TEMPO. A linha dura insiste, quer manter a Secretaria de Segurança e sonha com a argentinização do país.

Ao igual que o ex-governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazelli, Francelino "sinopse" parece querer agora empatando sua força no desvendamento do atentado à sucursal mineira do EM TEMPO, o 3.o ocorrido no último dia 8. Mas, a julgar pelos precedentes, inclusive e principalmente no caso do sul o sequestro dos uruguaios, a força do esquema de repressão política, articulado nacionalmente, é muito maior do que podem supor os governadores "distensionistas".

Imediatamente após a nota de Figueiredo condenando o atentado na segunda-feira, dia 9, Francelino recebia os responsáveis pela sucursal. Diante da apresentação do EM TEMPO, um jornal em luta pelas liberdades democráticas, contra todas as formas de opressão e exploração, um "jornal socialista, integrante da imprensa de esquerda", o governador respondeu: "Não tem problema; o jornal está dentro da lei, e o governo mineiro tem compromisso com a completa liberdade de imprensa. Não toleraremos atentados e é impossível que nosso forte dispositivo policial não coloque as mãos sobre os responsáveis por este crime."

E diante de nossa acusação responsabilizando o Cel. Armando Amaral, Secretário de Segurança do Estado, pela omissão diante dos quase 30 atentados ocorridos nos últimos anos em Minas, Francelino resolveu nomear um Promotor Especial, o Sr. José Antero Monteiro Filho, para acompanhar o inquérito policial conduzido pelo Delegado (também especial) Pedro Moreira Barbosa.

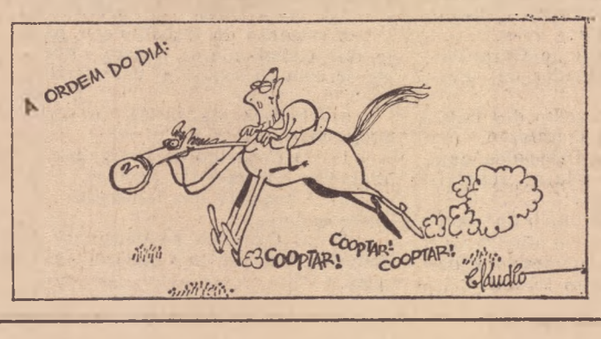
Sinal dos novos tempos?

No dia seguinte a esta primeira audiência com o governador, na quinta-feira, Francelino de novo recebia formalmente uma comissão integrada pelo Sindicato dos Jornalistas e representantes das várias entidades que ultimamente vêm sofrendo atentados terroristas no Estado: 29 atentados entre setembro de 77 e maio de 79 — somente no seu governo iniciado em março último ocorreram já 6 atentados..

O inquérito está correndo e já se localizou uma testemunha, mas que não foi divulgada, que presenciou na madrugada de domingo três pessoas invadindo a sucursal e em seguida se retirando às pressas em direção a um veículo estacionado 50 metros mais adiante. Mas as pistas são fracas. O perito criminalístico, Sr. Tanure, quando esteve no local logo na manhã de domingo "esqueceu-se" de retirar as impressões digitais. O que para seu superior, interpelado sobre omissão, não é de se estranhar, pois provavelmente os terroristas estariam com luvas.

Nem tanto, a repressão está intacta

Chamado a depor no inquérito, João Batista dos Mares Guia, da Sucursal mineira do EM TEMPO declarou: "Não é de se estranhar estes atentados, quando o próprio governo, através do "documento do CIEX" é quem proclama um plano de estrangulamento da imprensa alternativa. Não há dúvida de que o CCC, bem como os GAC, MAC etc., se estruturam hoje nos porões do DOPS e do DOI-CODI de Minas."



E é aí que parece estar se dando a aparente briga entre os "distensionistas" e a "linha dura". Fala-se em Belo Horizonte que o Cel. Amando Amaral estaria para ser substituído no cargo de Secretário de Segurança desde o espisódio da greve das professoras quando ordenou que a tropa se lançasse sobre elas em frente ao Palácio do governo. Mas substituído por quem?

Segundo consta, seria do desejo de Francelino que a alternativa fosse civil. Mas o candidato mais forte, ao que parece, é o Cel. Antônio Cúrcio Neto, integrante do listão dos torturadores e famoso na repressão política mineira tempos atrás

Na mesma direção está o fato de que uma célula do Movimento Militar Constitacionalista-MMC, integrada pelos mais notórios conspiradores de 64 e chefes da repressão política do Estado, vem se reunindo intensamente, articulando a chamada "Operação Cristal" que visa dar um prazo a Figueiredo para por fim à "abertura". Articulada nacionalmente, esta operação estaria correndo na linha da recente declaração do Ministro da Marinha que aponta para uma argentinização do país.

Ao lado deste desentendimento dentro do poder, a campanha de solidariedade ao EM TEMPO alcançou marcas inéditas na história de nossas vitimações. Uma semana integral de vigílias no centro da cidade de Belo Horizonte, milhares de notas de solidariedade e denúncia, recebidas e distribuídas e jornais vendidos a título de colaboração, doações de máquinas, dinheiro etc.

Finalmente, na Assembléia Legislativa do Estado, o MDB estuda a formação de uma CPI sobre o terror em Minas.

ESPANHA

Ponto de partida no caminho da democracia

Aqui, a exposição de motivos e, abaixo, a proposta de um "Código dos Trabalhadores" elaborada pela Confederação Sindical de Comissões Operárias para ser tomada como ponto de partida para um debate sobre a legislação franquista, ainda em vigor na Espanha

Durante 40 anos as relações trabalhistas na Espanha têm estado marcadas pelo falso princípio de conciliação de interesses entre o capital e o trabalho, em uma repressão brutal dos direitos sindicais e numa legislação anti-operária, toda ela permitindo um crescimento desordenado do capitalismo espanhol por cima dos direitos e interesses não só dos trabalhadores, senão também inclusive de amplos setores populares e nacionais.

O caráter fascista do sindicalismo vertical e do intervencionismo do Estado nas relações de trabalho se assentava em uma legislação mesclada de autoritarismo e paternalismo, que contemplava as relações entre capital e trabalho com relações entre indivíduos, o trabalhador e o empresário, em lugar de relações contraditórias entre as classes, uma proliferação de normas, decretos, leis, regulamentos, convênios, regulamentos do regime anterior que se agudizou nos últimos anos quando o ressurgir do movimento operário e os avanços da luta sindical dos trabalhadores deixavam defasados os textos legais no mesmo dia de sua promulgação.

Neste momento em que a Espanha se encontra, em um período constituinte em que as Cortes estão elaborando o novo marco legislativo de nosso país, é imprescindível que os principais protagonistas durante 40 anos da luta pela democracia, o movimento operario, tenham reconhecidos como caráter constitucional os direitos básicos pelos quais têm lutado e em tão duras condições, durante tantos anos. Neste sentido, o Código dos Direitos dos Trabalhadores é uma constituição democrática das relações de trabalho que deve tender a assegurar a todo ser humano meios suficientes de subsistência desde que nasce até que morre.

Desde seu artigo primeiro a Confederação Sindical de Comissões Operárias estabelece um critério de não diferenciação dos trabalhadores em razão do setor de produção em que trabalham, acabando com as múltiplas situações discriminadoras dos trabalhadores do campo, do mar, do serviço doméstico, dos profissionais, erradicando critérios de discriminação frente à mulher, ao jovem trabalhador, até agora mascarados com normas paternalistas.

Centrais sindicais: sem ingerência nem do Estado, nem dos patrões

Junto aos órgãos coletivos e unitários, o sindicalismo deve ter garantida sua atuação livre e em defesa dos interesses gerais da classe operária tanto a nível de empresa como no contexto geral do país, centrais sindicais portanto sem ingerências em seu funcionamento nem dos patrões nem do Estado, nem dos partidos políticos. Que esteja presente ali onde exijam os interesses dos trabalhadores, todo ele avançando a um objetivo fundamental da Confederação Sindical de Comissões Operárias: a Unidade Sindical dos Trabalhadores, sem a qual não há emancipação possível da classe.

Para a Confederação Sindical das Comissões Operárias os direitos dos trabalhadores não terminam no marco da empresa: o direito à educação, à formação profissional, ao descanso, o direito à saúde, a condições dignas de vida, de atenção à sua família etc., exigem uma série de medidas legais que ponham fim à opressão social, cultural, de saúde e familiar em que o capitalismo espanhol tem situado os trabalhadores e em geral a todas as camadas populares.

Uma nova forma de entender as relações entre capital e trabalho

Para a Confederação Sindical de Comissões Operárias os direitos ao trabalho e a um salário digno e suficiente são as pedras angulares em que devem se basear as novas relações de trabalho. O direito ao trabalho, desde os 16 anos até a aposentadoria, supõe eliminar progressivamente a eventualidade, a instabilidade no emprego, a emigração, o desemprego e o subemprego, acabar com os "expedientes de crise", incontrolados e sem participação dos trabalhadores, estabelecer um seguro de desemprego não sujeito a requisitos formais e que seja suficiente para a vida do trabalhador e sua família.

As Comissões Operárias propugnam uma nova forma de entender as relações entre o capital e o trabalho no marco da empresa e supõe ir avançando em uma profunda democratização da empresa, acabar com o princípio franquista de "primeiro obedecer e logo reclamar", limitar o poder onipotente do empresário na hora de fixar as condições de trabalho, assentar os sistemas de rendimento sobre as bases de negociação, e não de imposição, controlar paulatinamente a política de inversão, a marcha econômica da empresa e estabelecer claras responsabilidades ante condutas antisociais. Para elas é fundamental estabelecer direitos e garantias dos órgãos representativos e unitários dos trabalhadores, que os Conselhos de Delegados ou Comissões de Empresas sejam órgãos de representação e negociação de interesses, de fiscalização e controle das condições de trabalho, dotados de claras funções de intervenção legal e de reais possibilidades de atuação.

Igualmente a Confederação Sindical de Comissões Operárias defende a presença e controle por parte dos trabalhadores e das centrais sindicais nas empresas públicas e em todos aqueles organismos da administração em que seja necessário defender os interesses e reivindicações dos trabalhadores.

Em definitivo, pois, o Código dos Direitos dos Trabalhadores visa à democracia dentro da empresa e o reconhecimento dos direitos e interesses dos trabalhadores fora da empresa, para que a democracia não só seja política senão também econômica e social.

O presente Código o concebemos como um primeiro e importante passo, como um projeto dinâmico e não estático, como um ponto de partida no caminho resenhado da democracia social, econômica e política.

Código do Trabalho

A experiência internacional

A discussão sobre a formulação de um Código do Trabalho, alternativo à CLT atual ou aos remendos propostos pelo governo, começa a ganhar corpo entre os dirigentes e ativistas sindicais em nosso País.

Indiscutivelmente, há em todo o debate, que é ainda incipiente, uma boa dose de empirismo e falta de clareza sobre o que fazer e propor, acerca do que devem ser os pontos mínimos inscritos no Código, como bem o demonstram os depoimentos que publicamos na página ao lado. Por isso mesmo, embora alertando para a necessária prudência em não copiar mecanicamente o que é fruto de experiências bem distintas da nossa, EM TEMPO publica, nessa edição, os trechos mais importantes do Código do Trabalho em vigor na Itália e da proposta elaborada pelas "Comissiones Obreras" Espanholas, para o seu país, como subsídio do debate que ora se trava entre nós.

Esboço do Código dos Direitos do Trabalhador

TÍTULO II — DIREITOS DE REPRESENTAÇÃO COLETIVA

Art. 38 - Os trabalhadores elegerão como representação coletiva e unitária os seguintes órgãos de representação sindical:

a) Delegados dos Trabalhadores: em empresas ou centros de trabalho de menos de 50 trabalhadores.

b) Conselho de Delegados de Empresa: em empresas ou centros de trabalho com mais de 50 trabalhadores.

c) As empresas com vários centros de trabalho que disponham de mais de um Conselho de Delegados, constituirão o Conselho de Delegados Central de Empresa.

d) Os Conselhos de Delegados com mais de 20 membros constituirão entre eles a Comissão de Empresa.

Art. 40 - Os Delegados dos Trabalhadores e o Conselho de Delegados de Empresa como órgão representativo coletivo e unitário de todos os trabalhadores do centro de trabalho ou da empresa, têm como principal função a defesa dos interesses dos seus representados, assim como a de negociação e representação dos trabalhadores ante o empresário e em seu caso ante a administração do Estado. Ele supõe a intervenção nas formas que se especificam nas seguintes matérias:

1) Contratação de Trabalhadores: os contratos de trabalho serão conhecidos e visados pelo Conselho de Delegados.

2) Negociação Coletiva: O Conselho de Delegados terá funções e competências nos termos expostos no art. 46.

3) Sistemas de Trabalho: a negociação e revisão dos sistemas de rendimentos e incentivos será competência do Conselho de Delegados.

4) Segurança e Higiene: a vigilância das condições de segurança, higiene e periculosidade será competência do Conselho de Delegados, em consonância com o art. 35.

5) Classificação Profissional: o Conselho de Delegados terá as funções determinadas no art. 11.

6) Movimentação de Pessoal: O Conselho de Delegados emitirá informes nas reclamações de mudança de posto de trabalho e nas modificações das condições de trabalho, conforme o exposto no art. 10.

7) Nas solicitações de "expediente de crise", as funções do Conselho de Delegados serão as determinadas no art. 34.

8) As medidas disciplinares propostas pela empresa a qualquer trabalhador, deverão ser postas em conhecimento previamente ao Conselho dos Delegados.

9) Greve: será de competência do Conselho de Delegados nos termos do art. 21.

10) O Conselho de Delegados poderá solicitar trimestralmente a observação dos livros de contabilidade da empresa.

11) O Conselho de Delegados será informado previamente da política de inversões da empresa, exercendo um controle sobre elas nas formas que se determinam nos convênios coletivos.

12) O Conselho dos Delegados administrará o Fundo Social (art 42) e em seu caso o Fundo Cultural e Recreativo (art. 43).

Art. 41 - Direitos e Garantias do Conselho de Delegados de Empresa:

a) Local do Conselho dos Delegados: as empresas facilitarão um local ao Conselho de Delegados, cuja disponibilidade não estará supervisionada pela empresa.

b) Direito de Reunião do Conselho de Delegados: o direito de reunião não estará submetido a nenhum tipo de requisito formal.

c) Tempo Sindical: cada membro do Conselho de Delegados disporá de um mínimo de 40 horas mensais para desenvolver as funções de seu cargo sindical.

d) Direito de comunicação e publicação do Conselho de Delegados: a empresa garantirá a publicidade e inviolabilidade dos comunicados do Conselho de Delegados, que poderá publicar e distribuir as publicações periódicas ou folhetos de interesse sindical com a simples comunicação à empresa.

e) Direito de informação aos trabalhadores: o Conselho de delegados disporá de pelo menos uma hora semanal para informar sobre o desempenho de suas funções aos trabalhadores com o simples aviso à empresa com 24 horas de antecedência.

f) Direito a realizar coletas: a empresa facilitará o recolhimento de coletas que o Conselho de Delegados solicite a seus representados.

g) Garantias frente a medidas disciplinares: qualquer tipo de proposta de medida disciplinar, ou dispensa deverão ser comunicadas previamente ao Conselho de Delegados.

TÍTULO III - DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES

Art. 45 - Direito de Greve.

A cessação do trabalho por parte dos trabalhadores poderá exercer-se com as seguintes características:

a) Poderá ser aceita a greve proposta de:

1) O Conselho de Delegados da Empresa, por maioria simples.

2) A maioria dos Delegados de trabalhadores.

3) O Conselho de Delegados de Empresa Central, por maioria simples.

A proposta deverá ser ratificada por maioria simples dos trabalhadores afetados pela greve em assembléia convocada para isso.

Art. 46 - Direito de Negociação Coletiva.

A negociação coletiva, estabelecimento ou revisão de condições sociais e econômicas, poderá exercer-se com as seguintes características

a) Marco do convênio:

1) Empresas de mais de 50 trabalhadores.

2) Centro de trabalho de mais de 50 trabalhadores.

3) Diversos centros de trabalho de empresa com mais de 50 trabalhadores.

b) A proposta de convênio poderá ser instada por:

1) Comissão de Delegados de Empresa, em empresa com mais de 50 trabalhadores.

2) Comissão de Delegados de Empresa Central em empresas com diversos centros de trabalho.

c) A proposta do convênio será ratificada em assembléia convocada pela maioria dos trabalhadores afetados pelo convênio.

d) Durante o trâmite de negociação dos convênio, poderá solicitar-se o exame dos livros de contabilidade da empresa.

TÍTULO IV - DIREITOS SINDICAIS DOS TRABALHADORES

Art. 47 - Os trabalhadores sem nenhuma distinção e sem auotrização prévia terão direito de constituir as organizações de caráter sindical que acreditem convenientes, filiar-se a elas, redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, eleger livremente seus membros dirigentes, organizar sua administração e atividades, formular seu programa de ação sindical etc.

Art. 48 - A administração pública não poderá exercer nenhum tipo de intervenção que tenda a limitar este direito ou de entorpecer sua execução, como tampouco poderá suspender ou dissolver por via administrativa as organizações de caráter sindical.

Art. 49 - A proteção constitucional do direito a uma livre sindicalização exige que nenhum trabalhador poderá ser discriminado em sua contratação, trabalho ou salário em razão de sua filiação sindical.

TÍTULO V - DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES

Art. 56 - A situação de desemprego involuntário, qualquer que seja a causa do mesmo(...) darão direito ao subsídio de desemprego com o simples requisito de inscrever-se nas oficinas de emprego.

Art. 57 - O subsídio de desemprego será ao menos 80% do salário real que vinha recebendo o trabalhador nos 30 dias anteriores a solicitação de subsídio.

Art. 60 - As pensões por incapacidade permanente absoluta e invalidez serão em qualquer caso ao menos equivalente a 100% e a 150% respectivamente do salário mínimo interprofissional.

ITÁLIA

Ampla liberdade de organização nas fábricas

O "Estatuto do Direito do Trabalhador", como é chamado o Código do Trabalho italiano, é composto de 38 artigos que determinam os problemas mais genéricos que vão desde a questão da liberdade e dignidade do trabalhador, até a liberdade e atividades sindicais.

DA LIBERDADE SINDICAL

Art. 14 - Direito de associação e de atividade sindical

O direito de constituir associações sindicais, de aderir e de desenvolver atividades sindicais é garantido a todos os trabalhadores internamente no local de trabalho.

Art. 15 - Atos discriminatórios

E' nulo qualquer ato que:

a) subordine o emprego de um trabalhador à condição de aderir ou não a uma associação sindical ou impeça a continuidade da associação;

b) despedir um trabalhador, discriminá-lo no reconhecimento de qualificação, nas transferências, nas sanções disciplinares, ou causar-lhe qualquer dificuldade por causa de sua filiação ou atividade sindical ou mesmo de sua participação em um movimento grevista.

As disposições acima assinaladas aplicam-se igualmente em relação à discriminação política e religiosa.

Art. 16 - Tratamentos econômicos coletivos discriminatórios

E' vedada a concessão de tratamento econômico discriminatório relacionado com o artigo precedente.

O inspetor, sob pedido dos trabalhadores prejudicados pela discriminação de que fala o artigo precedente ou das associações sindicais às quais os trabalhadores em questão tenham dado mandato, uma vez constatado o fato, condena o empregador ao pagamento, em favor do Fundo de Pensões de uma soma equivalente ao maior favor ilegitimamente consignado, no prazo máximo de um ano.

Art. 18 - Reintegração ao posto de trabalho.

Durante o prazo de espera de sentença objetivando a reintegração no trabalho por despedimento sem justa causa, o empregador tem de reintegrar o trabalhador no posto de trabalho.

O trabalhador tem direito ao ressarcimento dos danos causados pela dispensa, uma vez aclarada a ineficácia ou a invalidade mencionada no parágrafo anterior. Em qualquer caso a quantia ressarcida não poderá ser inferior a cinco salários. O empregador que não obedecer à sentença do parágrafo precedente deve ainda pagar ao empregado o correspondente às seus recebimentos relativos à relação de trabalho, no período entre a sentença e a reintegração. Se o trabalhador, decorrido trinta dias do recebimento do convite do empregador não retornar ao serviço, a relação está desfeita.

Na hipótese da dispensa do trabalhador, sob instância conjunta do trabalhador e do sindicato a que esse pertença ou dê mandato, o juiz pode dispor a reintegração do trabalhador no posto de trabalho, caso considere irrelevantes ou insuficientes as provas apresentadas pelo empregador.

A sentença do parágrafo anterior pode ser impugnada com reclamação imediata ao próprio juiz que a tenha pronunciado, aplicando-se daí as disposições do Código de Processo Civil.

A sentença pode ser revogada com a sentença final que decide a causa.

TÍTULO III - DA ATIVIDADE SINDICAL

Art. 19 - Constituição da representação sindical do local de trabalho

Representação sindical no local de trabalho pode ser constituida por iniciativa dos trabalhadores em qualquer unidade produtiva, no âmbito:

a) das associações aderentes às Confederações mais representativas no plano nacional;

b) da associação sindical não filiada às Confederações pré-citadas, que seja signatária do contrato coletivo de trabalho nacional e provincial aplicado na unidade produtiva.

Em empresas com mais de uma unidade produtiva a representação sindical pode instituir órgãos de coordenação.

Art. 20 - Assembléia

Os trabalhadores têm direito de reunir-se na unidade produtiva onde trabalham, fora do horário de trabalho, e durante o horário de trabalho, dentro do limite de dez hora anuais, para as quais haverá o pagamento normal. Melhores condições poderão ser estabelecidas no contrato coletivo de trabalho.

As reuniões — que podem ser no âmbito da generalidade dos trabalhadores ou no de um grupo deles — são propostas, singular ou conjuntamente, pela representação sindical do local, tendo como ordem do dia matérias de interesse sindical e do trabalho e seguindo ordem de precedência das convocações comunicadas ao empregador.

Às reuniões podem patricipar, mediante aviso prévio ao empregador, dirigentes externos do sindicato que constitui a representação sindical do local.

Art. 21 - Referendum

O empregador deve consentir que se faça, no local do trabalho e fora do horário de trabalho, referendum, gerais ou por categorias, sobre assuntos inerentes à atividade sindical, anunciadas por toda a representação sindical aos trabalhadores, tendo direito à participação todos os trabalhadores da unidade produtiva e à categoria interessada em particular.

Art. 22 - Transferência de dirigente sindical local

A transferência de unidade produtiva dos dirigentes sindicais locais de que fala o artigo 19, dos candidatos e dos membros de comissões internas só pode ser realizado após aprovação da associação sindical em questão. As disposições do parágrafo precedente e dos parágrafos 4, 5, 6 e 7 do artigo 18 só se aplicam no terceiro mês após o da eleição da comissão interna aos candidatos à eleição da mesma comissão e somente no fim do ano sucessivo para os que deixaram o cargo.

Art. 23 - Licenças remuneradas

Os dirigentes da representação sindical local referida no art. 19 tem direito, para a realização de seu mandato, de licenças remuneradas.

Salvo claúsulas mais favoráveis do contrato coletivo de trabalho tem direito à licença supra pelo menos:

a) um dirigente por cada 200 representados da categoria organizada:

Art. 26 - Contribuições sindicais

Os trabalhadores têm direito de recolher contribuições e desenvolver proselitismo para a sua organização sindical no local de trabalho sem prejuízo do desenvolvimento normal da atividade da empresa.

As associações sindicais dos trabalhadores têm o direito de receber o desconto em folha das contribuições sindicais que os trabalhadores entendam fazer-lhes, de acordo com o que estabeleça o contrato coletivo de trabalho e que garanta o segredo da contribuição efetuada pelo trabalhador a qualquer associação sindical.

Nas empresas onde a relação de trabalho não é regulada pelo contrato coletivo de trabalho, os trabalhadores têm o direito de ceder sua contribuição sindical à organização que indiquem.

Art. 27 - Locais da representação sindical local

O empregador, na unidade de trabalho com pelo menos 200 dependentes, deve por permanentemente à disposição da representação sindical local, para o exercício de suas funções, um local idôneo, local interno à unidade produtiva ou na vizinhança próxima dela.

Nas unidades de trabalho com um número de pessoas inferior a 200 tem direito de pedir um local para a sua reunião.

A discussão começa. E deve descer às bases.

Uma advogada trabalhista, quatro dirigentes sindicais e um representante da Oposição Sindical falam sobre a proposta do Código do Trabalho, lançada pelos "autênticos". Levantam alguns dos itens mais importantes a serem contidos no CT, ao mesmo tempo em que rechaçam a idéia de que ele venha a prejudicar as categorias com menor poder de pressão. Em quase todos os depoimentos, a criação da Central Única dos Trabalhadores aparece como uma resposta a esse problema, fortalecendo a resistência unitária e solidária dos assalariados (Entrevistas concedidas a Roberto Grum, Relton Fracalossi, Antonina Silveira e Tom Duarte).

Gilda Graciano

(advogada trabalhista)

Conhecer as experiências de outros países

— Estou de pleno acordo com a criação de um Código do Trabalho. Ele tem que existir. Na CLT tem muita coisa que vem de cima para baixo, mas muita coisa é conquista da classe trabalhadora e que a gente deve preservar de qualquer forma. E tem que haver um código mínimo do trabalho para isso.

Esse Código abordaria essas conquistas já consolidadas da classe trabalhadora. Por exemplo: não se faria um contrato coletivo de trabalho para determinar que se teria uma jornada diária de oito horas, pois essa já é uma conquista consolidada.

— A CLT tenta proteger o trabalhador — como ela fala — mas tudo isso se constitui realmente numa camisa-de-força. A CLT entra em minúcias, como a forma como os sindicatos devem se organizar, as eleições como vão ser, determina toda a estrutura sindical e tudo isso se constitui numa camisa-de-força. Cada classe, cada categoria, deveria poder decidir como vão ser as suas eleições, por exemplo. O sindicato é uma sociedade civil. Quando se começam a definir as condições, começa-se a esvaziar e anular a conquista.

A medida que se começa a regulamentar o direito de greve, por exemplo, começa-se a cercear esse mesmo direito. Veja o exemplo da Itália. O governo tenta regulamentar o direito de greve e a classe trabalhadora se levanta: não quer a regulamentação. Ela sabe como vai ser a sua greve, quanto tempo vai durar, qual vai ser a forma, e não querem regulamentação. Na Iugoslávia não existe em nenhum texto legal o direito de greve e eles têm, na prática, esse direito. Nós temos na Constituição o direito de greve, temos um regulamento que na prática anula esse direito e temos na prática a greve já passando pela ilegalidade, embora seja legítima e reconhecida pelo próprio governo.

Para não repetir os mesmos erros

— Estamos num processo de transformações. Hoje existe uma divisão muito grande de sindicatos. Afinal, por que existem tantos sindicatos pequenos? Não precisaria haver tanta divisão. Há tantas lutas que vão se estendendo que esses sindicatos menores, num momento de autonomia sindical, tenderiam a desaparecer, juntando-se a outros sindicatos correlatos.

Por outro lado, creio que a classe trabalhadora brasileira deveria ter condições de conhecer a experiência das classes trabalhadoras de outros países, senão para lutar pelos mesmos direitos, para chegar às mesmas conquistas, pelo menos para não repetir os mesmos erros. Então, acho bom que se conheça e que haja um intercâmbio de experiências. Os patrões têm conhecimento das experiências de outros empresários. A classe trabalhadora brasileira tem muito pouca informação das lutas, das conquistas, da experiência e do direito — o Código do Trabalho, por exemplo — de outras classes trabalhadoras. Então, vendo a coisa sob esse aspecto, seria bom que se pudesse divulgar o Código do Trabalho de outros países — da Itália, por exemplo — e as demais conquistas das classes trabalhadoras de outros países.

Antônio Augusto de Oliveira Campos

(presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo)

Importante é a desvinculação da Justiça do Trabalho

— Essa idéia de um Código do Trabalho faria com que toda a legislação sindical fosse abolida e esse Código seria um novo pacto social, baseado somente nas condições de trabalho e salários. O Código do Trabalho abarcaria três pontos elementares: a parte de jornada de trabalho, a parte de salários e a parte de demissões. Esse Código trataria, em função das negociações diretas, acerca desses três pontos, fundamentalmente. Estaria estatuído nesse Código que a jornada de trabalho seria de 6 horas — no caso dos bancários — e de 8 horas de um modo geral, que as demissões não poderiam ser feitas no sentido de que no lugar daquele demitido fosse colocado alguém com salário mais baixo e o comportamento das faixas salariais dentro das empresas.

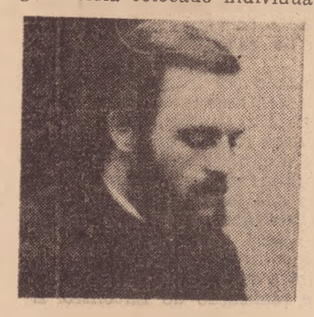
— As vantagens desse Código sobre a CLT são as seguintes: Todos os artigos da CLT, no entendimento dos tribunais, são colocados sob o nome de artigos de natureza jurídica. Nos acordos que se fazem com os patrões, essas questões definidas na CLT não entram. Então, qualquer outra negociação coletiva que se tentar com os patrões, com relação a aspectos que constem da CLT, os tribunais não acatam, pois dizem que se trata de matéria jurídica e que aí caberia um processo individual de cada trabalhador.

— A possibilidade concreta de criação de um Código é justamente a grande mobilização que vem ocorrendo de dois anos para cá e que tem conseguido levar os patrões à mesa de negociações. Se não se conseguir isso, o resto tudo é balela. Existem vários contatos que têm sido feitos, mas ainda predomina entre os dirigentes sindicais uma mentalidade corporativa, do "curral", do "feudo", e a ideologia da CLT ainda predomina entre os dirigentes sindicais no sentido de que cada um cuida do seu. E daí surgem as dificuldades para se avançar nessa luta. Já existe uma série de reuniões entre dirigentes sindicais sobre a CLT e se avançou na questão do Código do Trabalho. Mas organização entre as lideranças sindicais nesse sentido não existe nenhuma.

Um indivíduo contra uma empresa

Dizer que um Código do Trabalho prejudicaria as categorias menores é uma balela. O que existe é o seguinte: é raciocinar de uma nova forma com uma antiga situação. Hoje, os reajustes de contrato de trabalho se dão obrigatoriamente conforme determina a lei, uma vez por ano. Alguns casos, devida à mobilização, têm escapado disso, mas normalmente se negocia uma vez por ano. Agora pode-se negociar fora disso. Essa liberdade sindical vai permitir um entrosamento maior e ninguém vai negociar sindicato por sindicato, mas sim ou por categoria ou por classe. O aspecto fundamental, preponderante mesmo do Código do Trabalho seria o desvinculamento com a Justiça do Trabalho. Porque na Justiça do Trabalho está a grande prisão do trabalhador. Eles mantêm o contrato individual de trabalho e carregam o trabalhador para a Justiça do Trabalho e aí ele é derrotado. Porque ele é um indivíduo contra uma empresa e a partir daí ele é derrotado constantemente.

A falha fundamental da Justiça do Trabalho é que ela coloca quem tem o monopólio do emprego — ou seja, as empresas, as fábricas — como um lado da questão e o trabalhador que está desempregado do outro lado. Quer dizer que é tentar colocar um prédio de concreto em cima de um pântano. Não tem condições de se sustentar. O Código do Trabalho seria em linhas bem genéricas e determinaria os aspectos essenciais. A partir desse Código, as questões seriam dirimidas nas negociações diretas entre o patrão e o trabalhador, através de seus organismos de classe, e jamais um empregado seria colocado individualmente perante o patrão.



Hélio Bombardi

(da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo)

Discussão deve ir para as fábricas

Começa a ganhar corpo a idéia de um Código do Trabalho, como contra-proposta ao ante-projeto da CLT apresentado pelo governo. Do pouco que se discutiu sobre o Código, creio que se pode ter claro desde já que deverá ser um texto bastante curto, onde seriam estabelecidos alguns princípios sobre a relação de trabalho e que as outras questões que hoje fazem parte de centenas de páginas da CLT seriam discutidas dentro das convenções coletivas de trabalho.

O Código deveria ter alguma coisa sobre o sindicalismo, o que é o sindicalismo, deixando claro que os estatutos dos sindicatos seriam elaborados pelas assembléias sindicais, acabando com o estatutos-padrão, alguma coisa relativa ao contrato coletivo, à jornada de trabalho e férias, 13.o salário, etc., enfim, alguns princípios básicos da relação entre patrões e operários. E o resto das questões, como horas extras, insalubridade, condições de vida na fábrica, seriam regulamentadas dentro da convenção coletiva de trabalho.

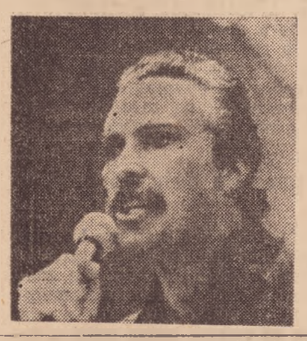
Reorganizar por ramas as categorias

A criação de um Código do Trabalho se dará num processo, creio que não sairá de um dia para outro. Envolverá uma discussão ampla e profunda, nas bases, apresentando toda uma reformulação do sindicalismo brasileiro: como uma série de categorias são pequenas, talvez uma reorganização em ramas industriais permitisse a junção de uma séries delas. Essa é uma discussão que se faz desde já, porque com raras exceções, o sindicato brasileiro é bastante fragmentado: se é verdade que hoje temos metalúrgico, mecânico e material elétrico dentro de um mesmo sindicato, por outro lado, todo o ramo que mexe com a indústria química é fragmentado. Tem petroleiro, sindicatos dos químicos, plástico, brinquedos, borracha, etc.

Mas, reconheço que é necessário que se garanta um patamar mínimo de conquistas comum à todas as categorias. Porque, conhecendo a estrutura sindical, com um peleguismo muito forte, correríamos um risco muito grande de algumas categorias inclusive regredir, voltando, por exemplo, a ter uma jornada ampliada, além das 8 horas, salário menor, etc., porque não há uma correlação de forças favorável a elas.

Devemos ter claro que o Código do Trabalho não pode ser visto particularizadamente, deve ser visto dentro de uma conjuntura, dentro de uma luta mais geral. A gente pode ter até um belo Código, mas não ter forças para que ele seja aplicado. Mas hoje já é possível estabelecermos essa discussão: a quebra da estrutura sindical ou da ligação do sindicato com o governo é um fator essencial para que o Código adquira um caráter mais favorável aos trabalhadores. Mesmo que se tenha esse Código, mas se for o governo quem o aplique sua eficácia diminuirá muito.

Um problema ainda a ser visto é que as bases trabalhadoras recém começam a discutir a CLT e o Código. Enquanto oposição entendemos e propomos que essa discussão vá para dentro das fábricas, para que se crie condições de mobilização de massa em torno dela, que os trabalhadores tomem conhecimento amplo dessa proposta, que não fique restrita às vanguardas, e realmente representem os seus interesses.



Hugo Peres

(presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, de São Paulo)

Reformular a CLT em quatro pontos

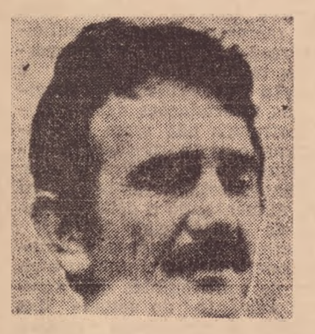
O movimento sindical ainda não discutiu a questão do Código suficientemente. Há, entretanto, um problema concreto e imediato, que está nas nossas mãos, que é a questão do ante-projeto da reforma da CLT. Para um negócio importante como o do Código de Trabalho, creio que cinco ou seis meses não seriam bastante. Eu continuo defendendo a tese que deveríamos continuar mantendo a atual CLT, reformulando-a em quatro pontos.

Diretoria que não se mexe vai cair

São eles o direito de greve, a liberdade e a autonomia sindical, garantia no emprego, isto é, a estabilidade. Isto seria temporário, quero frisar. Porque à medida em que se consegue o direito de preve e através da negociação, estabelecer um contrato coletivo, a gente consegue aos poucos ir modificando a CLT. Aí sim, a CLT ficaria como a legislação que nos interessa: o resto, a gente conseguiria através da negociação direta. Porque a elaboração de um Código do Trabalho, a exemplo de um Código Civil Tributário, demanda tempo, requer o pronunciamento da Nação.

Uma vez assegurado esse mínimo a gente teria condições de ir ampliando a legislação, com os próprios trabalhadores elaborando as suas leis.

Uma vez que se reformule a estrutura e se dê ampla, liberdade e autonomia sindical, muitas alegações de que as categorias são fracas, não tem condições de fazer greve, lutar por seus direitos, etc., cairão por terra. E diretoria que não se mexe vai cair. E depois de um certo tempo deixarão de existir essas categorias. Isso de dizer que deve-se proteger as categorias mais fracas eu não aceito, isso é uma tese do governo, é uma proposta paternalista: os trabalhadores tem que aprender a defender seus interesses. Como se diz por aí: "têm que aprender a pescar, ao invés de ganhar o peixe".



Henos Amorina

(presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco)

Trabalhadores farão sua legislação

Desde o congresso de Lins, tínhamos uma posição de repúdio à proposta de reformulação da CLT feita pelo governo e que foi reafirmada no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas. Os sindicatos que compõem a unidade sindical resolveram formar então, entre outras, uma Comissão encarregada de discutir a CLT, não apenas com o objetivo de apresentar emendas ao ante-projeto do governo, mas também para elaborar uma proposta alternativa. Contamos com a assessoria de 25 advogados trabalhistas, divididos em grupos de três, cada um estudando um ponto específico.

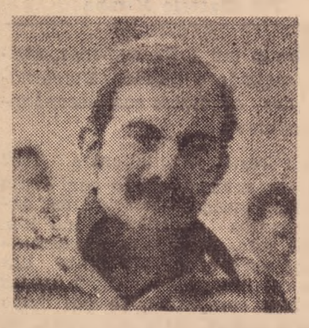
Nossa pretensão é modificar a atual estrutura sindical, regulamentar o contrato coletivo e o individual de trabalho, o trabalho da mulher e do menor, a garantia no emprego, etc. O direito de greve é um ponto muito delicado, para o qual não temos ainda um consenso: a concordância principal é de que não se deve instituir um sistema, um direito de greve regulamentado, a greve deve ser circunstancial, de acordo com as negociações diretas, que devem se constituir num dos pontos principais. Se houver incompatibilidade entre as posições, o trabalhador deve ter o direito de apelar para a greve.

Com a Central Única, a luta dos trabalhadores será solidária

É muito relativo afirmar-se que as categorias mais fracas serão desfavorecidas. Aliás, questiono: o que é uma categoria fraca? Acho que tudo é proporcional, porque muitos sindicatos pequenos têm mais força do que muito sindicatão que existe por aí. Veja o exemplo de João Monlevade, é um sindicato com apenas 5 mil trabalhadores na base e veja o que ocorre nas negociações, nas greves que têm realizado. Para mim, isso aí é papo furado da própria classe patronal e de alguns dirigentes sindicais que só querem isentar-se da luta.

Tem outro aspecto que acho importante: se conseguirmos derrubar essa estrutura sindical que está aí e implantar através da luta — porque ninguém vai dar de graça — uma Central Única dos Trabalhadores, aí não se poderá mais falar que categoria pequena não tem poder de barganha, aí certamente ocorreria uma luta solidária de todas as categorias, centralizadas pela CUT.

Por outro lado, não tenho medo quanto à simplificação demasiada de um Código do Trabalho. O que não pode continuar é a vigência da CLT, com 922 artigos, extremamente complicada. O Código vai reduzir o número de artigos, aquela fantasia toda que existe na CLT. Os problemas que não estiverem resolvidos por ele e serão tratados através do contrato coletivo de trabalho. Aquilo que colocarmos no papel e as partes assinarem será a nossa legislação. E tem mais: as coisas mais simples são melhores de se interpretar. Com isso, acaba a necessidade de se pedir a intervenção do governo a cada momento para resolver as dúvidas.



Wagner Benevides

(presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais)

"No máximo trinta itens"

A CLT que existe é fruto do fascismo italiano e foi adaptada às condições brasileiras com a finalidade de manter o capital dominando o trabalho, os burgueses massacrando os trabalhadores. O Governo de Geisel encomendou aos juristas uma nova lei que venha disciplinar o capital e o trabalho no país e por uma coincidência o organizador desse projeto foi o ex-ministro Arnaldo Sussekind. Depois de quatro anos de marchas e contra-marchas, essa comissão comandada pelo sr. Sussekind deu à luz a um novo projeto que nada mais é do que uma cópia "xerox" da antiga CLT. Então, os dirigentes sindicais mais combativos receberam esse projeto de atualização da CLT e convocaram reuniões e assembléias para apresentá-lo aos trabalhadores. Os trabalhadores ficaram chocados, essa proposta é uma afronta moral aos trabalhadores. E os dirigentes sindicais, ao terem a resposta dos trabalhadores, repudiaram tanto a nova proposta como a antiga, e passaram a estudar uma alternativa de um Código do Trabalho. Esse Código do Trabalho deveria conter no máximo trinta itens fundamentais, versando sobre liberalismo e autonomia sindical, direito de greve, horário de trabalho, salário-mínimo unificado nacional, defesa do trabalho da mulher e da criança etc. e um 31.o item que seria o da contratação coletiva de trabalho. Partindo desse projeto, procuraremos discuti-lo amplamente junto aos trabalhadores. O resultado final seria enviado ao Congresso Nacional e apresentado ao Parlamento onde seria aprovado e sancionado. Com isso, não se quer dizer que os trabalhadores estejam referendando a ditadura e o sistema. Partindo do pressuposto que essa proposta fosse escolhida e elaborada pelos trabalhadores, seria descaracterizado esse referendo.

Esse projeto seria discutido pelo conjunto dos trabalhadores do país. Os trabalhadores de cada área terão o direito e a oportunidade de influir. Então, é de se esperar que esse projeto reflita os interesses gerais. Outra questão é que não existe sindicato fraco ou forte. Existe uma coisa muito mais importante que se chama greve de solidariedade. Assim, se faz necessário criar uma Central Única de Trabalhadores, diretamente eleita, financeiramente sustentada pelos trabalhadores e vigilante para apoiar a luta das categorias com menor poder de pressão.

(Im)previdência Social

Usando a saúde dos outros para faturar

Pela TV, o governo, via Ministério da Previdência Social, está prometendo anistia para todos os patrões que têm descontado o "INPS" dos trabalhadores e, ao invés de entregar o dinheiro para a Previdência, simplesmente o embolsam. Até o último dia 30, todo padrão que pagasse o que deve receberia anistia total. Agora, somente 80%. E assim por diante. Leia aqui como funciona a tramóia do INPS e como a saúde do trabalhador é usada para aumentar a lucratividade patronal.

Por R. A. Pêgo

O Ministério da Previdência Social iniciou uma campanha contra as empresas que descontam o "INPS" do salário do trabalhador e não lhe entregam o dinheiro e aquelas que mantêm em seus quadros empregados não registrados.

Calcula-se que 12% dos empregados, de um total de 700 mil empresas, trabalham em situação irregular. Em consequência disso, a Previdência Social tem um prejuizo estimado em Cr$ 20 bilhões anuais. Mas essa quantia é até irrisória quando comparada com o débito oficial (Cr$ 200 bilhões das Prefeituras e Cr$ 35 bilhões do Governo Federal).

Com estes recursos, segundo a campanha publicitária, a Previdência poderia pagar os hospitais a que deve, contratar leitos, mais médico, dentistas enfermeiros, melhorar os auxílios, benefícios, aposentadorias, levar assistência para o campo. Entretanto, quem se apropria desses direitos que o trabalhador possui, mas não recebe?

Recentemente alguns pesquisadores da área de medicina social têm se dedicado a investigar problemas como esse. Entre eles o Dr. Hésio de A. Cordeiro, cujo texto "Sistema de Saúde: O Estado e a Democracia da Saúde", nos baseamos para a análise da atual "Indústria da Saúde" no país.

A "indústria de saúde" no Brasil

A década de 70 tem sido marcada, no campo da saúde, pela ideologia da racionalidade e da modernização administrativa. Política que substitui a voz da população pela sabedoria dos tecnocratas e pelas pressões dos diversos grupos empresariais.

As tentativas de implantação de uma racionalidade administrativa no setor saúde no Brasil se concretizou com a unificação da Previdência Social (a constituição do Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, em 1967). A unificação, viabilizada pelo regime autoritário, excluiu a participação dos empregados e empregadores na definição e gestão da política previdenciária. Assim, a política, os partidos e sindicatos foram substituídos pela eficiência e eficácia da técnica, da decisão "neutra", fundada na razão do Estado. Isto significaria o Estado não mais como mediador, pretensamente acima das classes, mas sim atendendo interesses específicos.

O sentido político da centralização assentou, todavia, em uma base material, representada pela insuficiência de recursos financeiros, decorrentes dos regimes de repartição e capitalização empregados pela Previdência. As arrecadações das contribuições patronais não eram efetivadas, ampliando-se enormemente a dívida das empresas com a Previdência. A participação estatal tampouco era entregue, aumentando o déficit orçamentário da Previdência.

Ao mesmo tempo aumentou o número de beneficiários, sem haver uma expansão de contribuintes que assegurasse o aumento do volume das contribuições. A assistência médica tornuava-se custosa, o que complicava o quadro das prioridades dos benefícios assegurados por lei.

"A tese de privatização""

Com a criação do INPS passou a predominar na política de assistência médica previdenciária, como indica Gentile, "a tese da privatização (....), seja através da compra de serviços na área privada, seja na celebração de convênios com empresas empregadoras que, por sua vez, contratam a prestação de serviços com grupos medicos".

Nitidamente, manifestava-se uma decisão política de redução de gastos em saúde pública e um privilegiamento da assistência médico-hospitalar curativa e de alta sofisticação, embora o quadro sanitário do país indicasse ainda a predominância de problemas "antigos": esquitossomose, chagas, malária, desnutrição, altos índices de mortalidade infantil, combinados com a emergência de novos padrões de mortalidade urbana (câncer, doenças cardiovasculares, acidentes, violências, etc.).

Implantou-se, enfim, uma política de saúde que esquece as necessidades reais da população e se norteia exclusivamente pelos interesses da minoria constituída pelos donos das empresas médicas e gerentes da "indústria da saúde" em geral. Realidade confirmada nas palavras do presidente do INPS no governo Geisel que, em conferência na Escola Superior de Guerra, em setembro de 1976, declarava: "Em realidade, existem quatro grandes setores influentes nas decisões em relação à assistência médica: as empresas de prestação de serviço de saúde, a indústria farmacêutica, a indústria de equipamentos e o pessoal das equipes médicas..."

A opção tecnocrática é a opção do autoritarismo. É a supressão da participação dos grupos e das classes dominadas, em nome de uma técnica ligada aos interesses da coalizão dominante.

Modernização e racionalização são, na verdade, os supostos ideológicos das transformações capitalistas da medicina. Estas não significam apenas a privatização no sentido da ampliação da prestação de serviços, por particulares, mas em seus aspectos fundamentais, consiste num processo de acumulação de capital, articulando empresas médicas, indústria farmacêutica e de equipamentos, e um sistema financeiro, do qual a Previdência Social é o principal agente.

Estado e particulares, grupos burocráticos estatais e grupos de interesses empresariais associam-se para a constituição e desenvolvimento da "Indústria de Saúde". Sua lógica de funcionamento transparece a olhos incautos como uma organização caótica dos serviços de saúde: duplicidade de ações, desperdícios de recursos, falta de coordenação de programas, que demonstraria a pouca eficiência e eficácia do setor, mas na realidade este é eficiente e eficaz em seu objetivo último: a acumulação de lucros.

Encontro Popular de Saúde

Doutor, o buraco é mais embaixo.

Moradores de bairros periféricos e de cidades do interior de São Paulo, entram na Câmara Municipal e debatem seus problemas de saúde.

Por Robinson Ayres

Dias 14 e 15 de Julho. Fim de semana e pleno recesso parlamentar. Representantes de 44 bairros e de 15 cidades do interior de São Paulo abriram as portas da Câmara Municipal de São Paulo para realizar um Encontro Popular de Saúde e durante dois dias 3.500 pessoas mobilizadas ocuparam as dependências da Câmara, do plenário à tribuna, dos corredores aos gabinetes dos parlamentares. Para aumentar a preocupação dos que viram no acontecimento uma conspurcação de seu Templo, não faltaram as cantorias, tamborins e cascas de banana esquecidas pelo chão. Alguns participantes descuidavam destes detalhes, eufóricos talvez diante do sucesso do trabalho de organização do encontro que durou cerca de 3 meses: reuniões, palestras, exibição de filmes, apresentações de peças de teatro e composição de músicas sobre os seus problemas de saúde, requisição de colaborações materiais a empresas, entidades e personalidades e organização do transporte dos participantes.

Já estamos em movimento

Para criar condições de participação para as mulheres, conseguiram a colaboração de uma creche que nos dois dias do encontro atendeu 700 crianças.

Convocado por iniciativa de alguns parlamentares (dentre eles o Vereador Benedito Cintra (MDB), Geraldo Siqueira (MDB) e Irma Passoni (MDB), a organização passou quase que integralmente para as mãos dos moradores que se incumbiram de tudo num verdadeiro exercício de democracia direta.

Representantes eleitos pelas bases não foi o que fuudamentalmente paração e realização do Encontro. E sim o fato de que eram os próprios populares que se reuniram, e não os chamados profissionais de saúde, para debater os seus problemas. "Era o próprio povo que se reunia para discutir e saber como estava passando", segundo Benedito Cintra.

Os organizadores apontavam como objetivos principais do encontro "principalmente possibilitar a troca de experiências entre os diversos grupos que estão lutando para melhorar as condições de vida na periferia".

Nós temos nosso direito

Divididos em comissões para debaterem diversos aspectos dos problemas de saúde de seus bairros e cidades, os populares deram uma demonstração de que são verdadeiramente capazes de identificá-los e de apontar soluções concretas. Uma reivindicação, aparentemente ingênua, do ponto de vista de saúde popular a colocação de um sinal de trânsito em um ponto perigoso de uma rua, é muito esclarecedora. Um popular, sem a afetação da medicina liberal que chama "parada do coração" de "sincope" (que é prá ninguém entender), com sua linguagem simples, deixa claro que a ausência do farol é causa de muitas mortes. Muitas pessoas são atropeladas e morrem por falta de assistência médica. Não existem postos de saúdes por perto. Solução: semáforo e postos de saúde para servir ao pessoal do bairro.

Mas as coisas não ficam por aí. Uma das conclusões do Encontro é que "para se ter saúde não bastam pronto-socorro, postos de saúde e hospitais. É necessário habitação, transporte, vestuário, educação, lazer e alimentação adequada, além de um bom ambiente de trabalho e salários suficientes para cobrir o custo de vida".

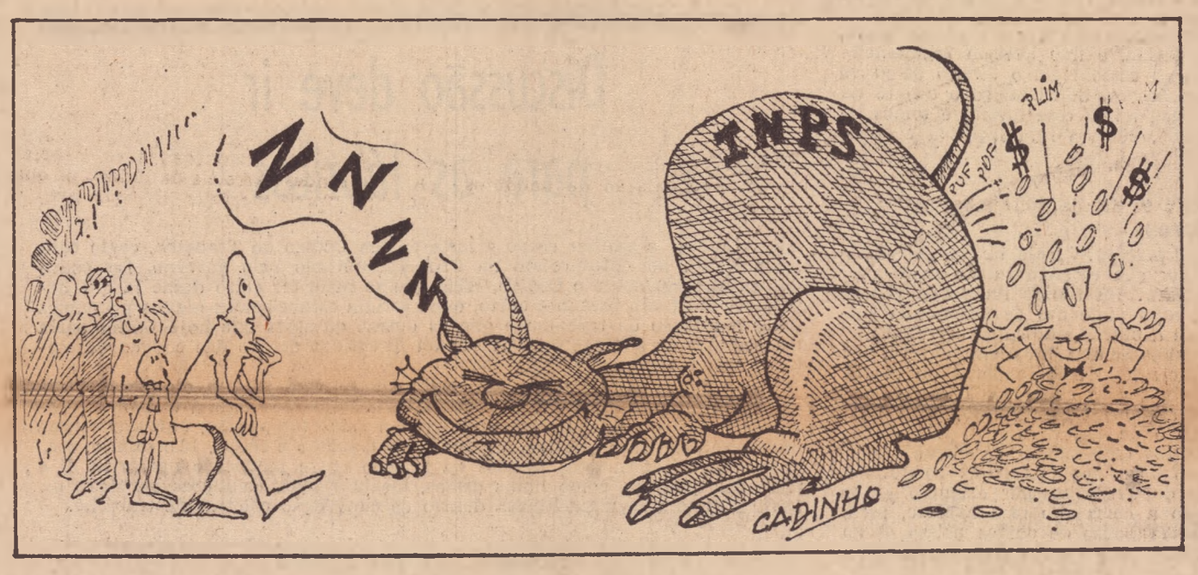
Falta de postos de saúdes (que mesmo quando existem não atendem de forma adequada a população), de saneamento básico, a substituição é os problemas de transportes que atingem mais imediatamente os moradores dos bairros periféricos, foram as causas, mais apontadas, como responsáveis pelas péssimas condições de saúde em que vivem. Um representante da zona Leste da capital declarou: "A vida do povo brasileiro é reduzida e atormentada pelas más condições de vida e de trabalho. Aqui na Grande São Paulo, no meu bairro, pessoas morrem de doenças que estão totalmente eliminadas ou controladas nos países ricos ou na parcela em melhor situação financeira de nossa sociedade".

Muita lenha vai queimar

Demonstrando a abrangência da visão popular de seus problemas de saúde, o Encontro não deixou de tratar da questão dos acidentes e das condições de trabalho. Criticando e desmentindo as estatísticas oficiais, um representante do Sindicato dos Metalúrgicos afirmou que existem mais de 30 mil brasileiros que sofrem de silicose, devido às precárias condições de trabalho. Também foram desmentidos os dados do governo que asseguram que os acidentes de trabalho têm diminuido. O representante do Sindicato manifestou que gostaria "que fossem abertos os centros de reabilitação e pudéssemos ver os nossos companheiros que lá estão e até mesmo andando de muletas para comprovar, realmente, se isso é verdade".

Para muitos dos representantes dos bairros e cidades uma coisa é certa, a solução dos problemas só será conquistada "se houver uma participação do povo em todos os setores e decisões que interessam à nossa sociedade, destacadamente do campo da saúde". Para avançar neste sentido o Encontro definiu que se devia lutar pela instalação de postos de saúde e geridos pelos moradores dos bairros e contra a política de privatização da medicina implantada pelo governo.

A crescente disposição popular para defender os seus interesses está ficando cada vez mais evidente. O último verso de uma canção composta por moradores do Jardim Nordeste cantada com a melodia de "O menino da porteira", para quem não queria entender, deixou isto muito claro: "Já estamos em movimento/Nós não vamos mais parar/Nós temos nosso direito/Também força prá lutar/ Quando nós tivé de tudo/Não vamos mais reclamar/Mas prá isto acontecê/ Muita lenha vai queimar".



Rio de Janeiro

Fome, doença, morte.

Por Marcelo Beraba

O Rio está gravemente doente. Nos últimos dez anos, as condições de saúde e o nível de assistência médica pioraram sensivelmente. As crianças cariocas morrem mais, hoje, proporcionalmente, do que há oito anos atrás. E entre as doenças que mais matam os recém-nascidos estão as infecto-contagiosas, as diarréicas e doenças nutricionais — o que mostra que as condições de saúde da população do Rio vêm se deteriorando na mesma proporção que as condições gerais de vida.

Estes dados e conclusões fazem parte de um minucioso estudo feito pelo Sindicato dos Médicos do Rio. O quadro apresentado é bastante expressivo: o aumento da mortalidade infantil e de doenças (quase sempre fatais, nas crianças) como avitaminose e diarréias coincidem com o chamado período do "milagre econômico" o arrocho salarial, o aumento dos lucros dos patrões, a privatização da assistência médica, repressão política sobre os trabalhadores e a população em geral.

Mortalidade

Entre 1957 e 1964, a mortalidade geral da população do Rio decresceu 18 por cento, segundo os dados divulgados pelo Sindicato. A partir de 1965, no entanto, a taxa de mortalidade geral sofre quedas e picos bruscos para a partir de 1979 — durante o Governo Médici, a nível federal, e o Governo de Chagas Freitas, a nível estadual — aumentar ininterruptamente.

Até 1962, o município do Rio apresentava um quadro de mortalidade que tinha entre as principais causas de morte uma grande incidência das doenças erradicáveis. A partir de 1963, as doenças degenerativas assumem um papel dominante. A partir de 1968, no entanto, as doenças do aparelho digestivo (enterites, outras doenças diarréicas e pneumonia) experimentam um forte aumento, atribuível, segundo o estudo, "à deterioração das condições sócio-econômicas e ambientais".

Vale registrar que entre 1957 e 1974 aumentaram em 50 por cento as mortes causadas por acidentes, envenenamentos e violências no Rio. Em 1974, estas causas eram responsáveis por mais de 11 por cento das mortes ocorridas no Rio. Se é que as estatísticas computam, só nos cinco primeiros meses deste ano cerca de 200 pessoas foram assassinadas na Baixada Fluminense pelo Esquadrão da Morte e seus afins.

Crianças

A taxa de mortalidade infantil foi maior em 1974 (67,32 crianças mortas para 1 mil nascidos vivos) do que em 1962 (64,81). Segundo o trabalho do Sindicato dos Médicos, percebe-se uma tendência declinante entre os anos de 1958 e 1964, no índice de mortalidade infantil; uma tendência a diminuir, menos marcadamente, entre os anos de 1966 e 1970; e uma tendência crescente a partir de ... 1970.

A maior parte das mortes se deve a doenças diarréicas, como gastrites, duodenites, enterites e colites. A avitaminose e outras doenças nutricionais mataram em 1974 o dobro das crianças do que no ano de 1968.

Estes dados relativos à saúde da população do Rio são comparados com outros indicadores econômicos e sociais. O salário mínimo de 1976 valia mais ou menos a metade do salário mínimo de 1961. É a partir de 1964, coincidindo portanto com a deterioração das condições de saúde, que o Governo desmantela os sindicatos dos trabalhadores, impõe a política do arrocho salarial, cria o FGTS que estimula a rotatividade da mão-de-obra e extingue a estabilidade no emprego. Estas medidas atingiram a todos os trabalhadores de todo o país, não apenas o Rio.

Pobreza absoluta

Cerca de 1 milhão de cariocas vivem hoje em estado de pobreza absoluta — ou seja, fazem parte de famílias que têm renda de até um salário mínimo. Um trecho do estudo mostra o seguinte: "a distribuição de renda no Estado ressalta a correlação entre o autoritarismo político, a política salarial e a concentração de riquezas por parte dos setores mais ricos da população. Notar que os 70 por cento de menor renda somente se apropriam, em 1970, de 31,4 por cento da renda e que seis anos mais tarde (fim do Governo Médici, do "milagre econômico", e começo do Governo Geisel) essa apropriação se vê dramaticamente reduzida em apenas 24 por cento do total".

O estudo denuncia, por fim, a política de saúde do Governo que tem por objetivo fortalecer a iniciativa privada. Hoje, segundo o Sindicato dos Médicos do Rio, o incentivo a um sistema médico que visa principalmente o lucro é um dos obstáculos a uma melhoria nas condições de saúde da população.

Saúde e lucro

Em 1975, o setor privado possuía quase 70 por cento de todos os leitos hospitalares do Brasil. O maior estimulador desta política é o próprio INAMPS (ex-INPS). O fortalecimento do setor privado lucrativo se dá, exatamente, a partir de 1967, com a criação do INPS. O INAMPS tem um orçamento para 1979, de aproximadamente Cr$ 90 bilhões. Deste total, 76 por cento será empregado para a aquisição de serviços médicos e hospitalares do setor privado — ou seja, irão para os bolsos dos grandes empresários que se enriquecem às custas da fome, doenças e morte da população.

Saúde em Belo Horizonte

Adeus às ilusões

Por Virílio Baião

É conhecida a influência dos aspectos econômico-sociais na determinação das doenças. Só recentemente, no entanto, é que se tem realizado debates, produzido trabalhos e estudos que tentam ir além desta afirmação genérica.

Assim é que, até bem pouco tempo, mesmo os setores mais progressistas tinham uma visão muito distorcida da nossa realidade no campo da saúde. Suas propostas de ação não conseguiam sequer ultrapassar as desenvolvidas, para a América Latina, pelos mentores da política externa norte-americana. Obscurecida por uma visão de transformação etapista da sociedade, presa no formalismo dualista, a teorização aceitava acriticamente a oposição mecânica entre miséria e riqueza, atrasado e novo, doenças de ricos e de pobres, doenças de países desenvolvidos e de países subdesenvolvidos, medicina simplicada e medicina sofisticada, etc...

A esquerda caiu no conto

Assim, como o Brasil era tido como país subdesenvolvido, "agrário", nossa realidade em saúde (no mais brilhante estilo de enquadramento dentro da teoria) deveria ser a das "doenças de pobre", nossa prática deveria ser a medicina simplificada e preventiva, sempre uma coisa se opondo à outra. Nossa realidade era visitar como se fosse dotada de uma homogeneidade que nunca possui, apesar de que formalmente se afirmasse o contrário.

A esquerda embarcou, assim, nas propostas que preconizavam a adoção do planejamento, da medicina preventiva, da medicina comunitária, etc como maneiras de solucionar as contradições e os conflitos do setor saúde e, em conseqüência, melhorar os níveis de saúde da população. Ilusões.

Só recentemente começamos a nos libertar destas concepções burocráticas. Contribuições das ciências sociais, da economia, da teoria política ajudaram a esclarecer um pouco as relações mais profundas entre saúde e sociedade.

Desta forma é que uma olhada em alguns dados de saúde da cidade de Belo Horizonte podem nos ajudar a entender qual nos parece ser a verdadeira situação da saúde no Brasil.

A mortalidade Geral na capital mineira vem aumentando. No período 1970-75, de uma taxa de 10,72 mortes por mil habitantes passamos para .. 12,18.

O número de óbitos cresceu da 13.215 em 1970 para 16.435, em 1975. Entretanto, quando procuramos dentre estes óbitos quais são os provenientes de doenças infecciosas e parasitárias, vemos que, em geral, este grupo de doenças durante os anos .. 70/75 tem contribuido com um percentual constante de aproximadamente 20%, ou seja, 80% são mortes provocadas por outras causas.

Destes 20%, aproximadamente a metade são causadas por doenças transmissíveis através da água, sendo que destas, 98% são devidos à gastroenterite. Esta mesma doença responde por 84% dos óbitos ocorridos em crianças com menos de 5 anos de idade.

Não resta dúvida que a situação do abastecimento de água em BH. é grande responsável por estas mortes, um total de 251.262 prédios (1974) apenas 78.939 estavam ligados à rede de água.

A morte desigual e combinada

Não é exagero se afirmar que a situação de saúde em BH vem se deteriorando. Basta olharmos a mortalidade infantil (número de mortes de menores de 1 ano por 1000 crianças nascidas vivas), que de 102,1, em .. 1971, passou para 115,64, em 1975.

Entretanto, se por um lado é verdade que temos altas taxas de mortalidade infantil (115/1.000 nascidos vivos) acometendo principalmente populações onde as mínimas condições de vida inexistem, é também verdade que, entre as principais causas da morte em Belo Horizonte, encontramos, para o ano de 1975, o seguinte mos, para o ano de 1975, o quadro no fim da matéria.

Ou seja, as cinco mais importantes causas de morte temos os dois primeiros lugares ocupados por doenças chamadas degenerativas ou características de "países desenvolvidos". A questão fica mais clara quando procuramos ver onde estão incidindo estes óbitos ou em que setores sociais. Para espanto só dos que não queremos ver, é também a classe trabalhadora, a "população marginal", a grande "premiada". Basta se conferir as principais causas de óbitos e afastamentos do INPS.

Ao aproximarmo-nos de um quadro em que se ainda temos uma alta incidência de doenças transmissoras, altas taxas de mortalidade infantil já ganhamos também de "presente" as doenças da "sociedade moderna". E não há nisso nenhum dualismo, pois os "premiados" são os mesmos ou seja a classe trabalhadora. Pode-se argumentar que esta é uma situação válida para Belo Horizonte e não para Minas Gerais. Contudo ao levantarmos estes dados para todo o Estado, somente em rês regiões de saúde (Minas em 17 regiões) esta afirmação continha uma meia-verdade pois as doenças degenerativas vinham em segundo lugar, mas também "premiando" os escolhidos de sempre, os trabalhadores.

Vivemos em um sistema que se alimenta e cresce gerando a miséria, impondo à imensa massa trabalhadora, além dos baixos salários, péssimas habitações, precária alimentação e também a poluição, a violência, o esgotamento físico do moderno capitalismo.

Doenças	número	taxa por 100 mil hab.	% sobre o total
cardiovasculares	2.880	213.5	17,76
neoplasias	1.739	128.93	10,68
enterites	1.539	114.10	9,46
acidentes	1.299	96.31	7,98
pneumonia	1.125	83,41	6,91

Minas Gerais

Tecelões: pelegos por um fio

No dia 31 de agosto próximo haverá eleições para o Sindicato dos Tecelões em Minas Gerais. Cinco mil trabalhadores sindicalizados de dezesseis fábricas, da capital e do interior, irão às urnas. A seguir, as opiniões e propostas da Oposição — chapa 2 — e uma descrição das condições de trabalho de uma das mais exploradas categorias dos trabalhadores brasileiros.

Por Juarez Guimarães e Fátima Anastásia

EM TEMPO — Quais os motivos que levaram vocês, trabalhadores tecelões, a constituir uma chapa de oposição à atual diretoria do Sindicato?

CHAPA 2 - A nossa classe já está há muito tempo sem apoio nenhum por parte do sindicato. O que o sindicato realiza não é para beneficiar a categoria, mas somente a atual diretoria. Por exemplo: Se é para convocar uma assembléia para prestar contas à classe toda, eles pregam nas fábricas um boletim de comunicação muito minúsculo para ninguém ver e chegam até a mandar cartas especiais para pessoas que eles têm interesse que compareçam à assembléia. Assim, eles conseguem aprovar tudo. Na campanha salarial, o sindicato não oferece para os associados os fundamentos do custo de vida, comprovando a necessidade do aumento do salário e nem oferece os dados sobre as rendas das empresas, provando que os patrões têm condições de atender às reivindicações. Então, começa a pedir o aumento para os patrões como se fosse pedir esmola. E mais: durante todos estes anos eu nunca ouvi falar em uma campanha do sindicato para melhorar as condições do nosso trabalho. O jornal do sindicato — "O TEAR" — há dez anos parado, só voltou a sair agora às vésperas das eleições para fazer campanha. E mesmo cursos que existiam que beneficiavam a categoria, como o de corte e costura e o de datilografia, eles acabaram. Fazem só bailes para arrecadar dinheiro, como se o sindicato fosse uma empresa financeira.

— Que dificuldades vocês têm enfrentado para a formação da chapa para a campanha?

CHAPA 2 — Há vários anos que a gente pensa em concorrer às eleições. Então esse ano a turma está consciente de que o sindicato não pode mais continuar como está, principalmente com este movimento que está ocorrendo em outros sindicatos e em outras categorias. Então, chegou a hora do tecelão colocar o sindicato a serviço da categoria. Em toda fábrica que nós fomos, encontramos insatisfação com o sindicato. Mas a diretoria atual do sindicato no momento em que percebeu que haviam trabalhadores procurando formar uma chapa, passou a vigiar o pessoal nas fábricas para saber quem estava participando. E nós perdemos vários candidatos que já estavam com documentação pronta porque foram mandados embora ou sofreram pressões. Na São Geraldo foram despedidos dois elementos que participavam da chapa e mais um outro que a Minas Fabril não quis assinar a Carteira de Trabalho. E, por coincidência, no dia seguinte a atual diretoria do sindicato publicou o edital de convocação das eleições.

— Vocês têm todas estas críticas à atual diretoria. E qual o programa de trabalho que vocês pretendem colocar em prática se eleitos?

— A classe está muito abandonada, está sem nada atualmente. Então nós temos que partir para uma campanha de aumento salarial e de melhorias das condições de trabalho. Uma das metas principais da gente: conseguir um salário-base melhor, um salário profissional mais decente. Para viver melhor, o salário do tecelão deveria ser de seis mil cruzeiros, no mínimo. Vamos trabalhar também para que os prêmios de produção sejam incluídos na carteira, pois atualmente não o são. Agora, para conseguir isso nós pretendemos incentivar mais a participação no sindicato. Fazer divulgação permanente das atividades, convocar mais assembléias. Se a gente estiver distante do trabalhador que está lá no batente, então não haverá entrosamento.

— A defesa de estabilidade para a comissão de fábrica e para o delegado sindical é uma reivindicação que vem sendo levantado por várias categorias de trabalhadores Vocês pretendem também defender essas bandeiras?

— A gente vê que a classe está engatinhando no movimento sindical e não podemos colocar questões muito avançadas porque nós não teríamos condições de cumprir. Tudo isso é necessário, é bom mas não poderia ser uma meta da gente agora.

— Então, como é que vocês vão fazer, caso forem eleitos, para evitar que a diretoria comece a ficar burocratizada, distante?

— Só na medida da necessidade é que afastaremos alguns companheiros para ficar no sindicato. Nós vamos lutar para não perder contato com as fábricas. Poderemos até fazer revezamento na diretoria para conseguir isso.

Tecendo o lucro dos patrões

Acorda às quatro horas da manhã. Às cinco, pega o serviço. Trabalha de pé, "rodando" máquina até uma e meia da tarde. O horário do almoço é de meia hora, de dez às dez e trinta da manhã, mas "todo mundo costuma almoçar trabalhando para aumentar a produção". O salário é o mínimo, se der produção ganha prêmio, com sorte chega aos Cr$ 2.500,00 mensais.

Este é cotidiano de uma tecelã empregada na Fiação e Tecelagem São Geraldo, situada na Cidade Industrial, município de Contagem. Ela trabalha neste ofício há quatorze anos.

Algumas indústrias funcionam em dois turnos — de cinco da manhã à uma e meia da tarde e daí às dez da noite — e outras acrescentam a estes um noturno, que começa às dez da noite e vai até às cinco da manhã. "Na fábrica Dona Lili tem trabalho noturno para mulher. Quando eu trabalhava lá a umidade era demais, eu adoeci, tive pneumonia. Fiquei quinze dias afastada, depois fui embora. Não tinha condições".

O que ocorre é que toda fábrica textil exige climatização, tanto para garantir o bom funcionamento das máquinas, quanto para preservar a saúde do operário. A umidade é necessária para o fio não arrebentar muito, acarretando diminuição de produtividade. Porém, explica um senhor aposentado que durante quarenta anos trabalhou com tecelagem, "muitos industriais para não gastar o material mais caro instalam apenas umidutos (grandes ventiladores ligados à rede de água), para o fio não ficar seco e não arrebentar sempre. Na Paraopeba, por exemplo, a produção foi duplicada com a instalação de umidutos. A umidade relativa do ar chegou a 80 por cento. A gente sentia na pele a umidade. A roupa ficava toda molhada, colava no corpo. "Ele conta que em Lavras, antes da modernização das instalações, por volta de 1969, o ambiente era tão frio que era necessário aquecer tijolos para as fiandeiras esquentarem suas mãos e poder continuar a trabalhar".

Com o tear automático, o serviço da tecelã consiste em "vigiar" as máquinas para ver quando o fio arrebenta e a máquina pára. Cada uma tem que atender uma média de 25 teares. O fio pode arrebentar por diversos motivos: qualidade da engomação, qualidade do algodão ou defeito do tear. Ela emenda o fio e continua tecendo o lucro do patrão.

Hoje, andando de um lado para o outro, "rodando" os teares, fiando o algodão ou enchendo as "canelas" (grandes carretéis de linha), os quase 10 mil operários do setor textil de Minas Gerais continuam tecendo a história de sua exploração.

LUTA OPERÁRIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO · 17

O PC condena o namoro dos camaradas

A camarada Juleika aponta como desvio ideológico o romance entre Gentil e Otilia — O Comitê da Zona Leste se reúne, destituindo o militante apaixonado da direção do Comitê de Vila Carrão.

Por Antônio Carlos Felix Nunes

Em seu estilo professoral, que sempre assumia quando estava em discussão a conduta pessoal de algum camarada, Gino abriu a reunião do Comitê de Zona com uma longa dissertação sobre moralismo. Falou da retidão moral a ser observada pelos comunistas, citou exemplos conhecidos e expôs sabiamente os conceitos sobre o assunto estabelecidos por Marx, Lenin e Stalin. Por fim, usando uma metáfora, deu seu voto sobre o caso em apreciação:

— A cigarra morre no fim do outono porque torna-se impossível conciliar seu desejo de cantar todo o verão com a necessidade de fazer provisão de alimentos para o inverno. Com os comunistas algo parecido acontece ao se deixarem sobrepujar pelos prazeres materiais: começam a morrer ideologicamente.

O Comitê se reunia com seus membros efetivos para decidir sobre um "caso" entre Gentil e Otilia, denunciado por alguns dos membros presentes. Porém, não existia prova concreta de que os dois andassem realmente prevaricando, apenas suspeitas baseadas em "ouvi dizer" ou no fato de que estavam sempre juntos. Otilia era uma esforçada militante, começara sua atuação como membro da célula do Carrão, foi sendo provada nos embates de rua e nas tarefas orgânicas, revelou competência e abnegação e, em consequência, acabou eleita para a secretaria política do Comitê Feminino. Por força das ocupações de ambos, tornou-se companheira inseparável de Gentil, um dependendo de outro para reunir as células, distribuir tarefas, realizar aquele cotidiano e intenso trabalho doutrinário que caracterizava a estratégia do Partido.

A história de um amor casto e puro

Não raro, as reuniões do Comitê distrital terminavam no início da madrugada, e nessas ocasiões era a Gentil que competia levar a companheira dirigente à sua casa. Não seria justo deixá-la ir sozinha pelas ruas desertas e escuras, correndo o risco de um ataque de marginais ou ser detida pela polícia por qualquer suspeita. E, igualmente juntos, os dois eram vistos durante o dia, realizando aquelas infindáveis andanças pelos bairros, pois era através deles e de outros dirigentes que a cabeça do Partido se fazia presente onde havia uma parte do seu imbatível corpo. Contudo, a malícia não se sobrepunha ao idealismo pelo qual lutavam. Gentil sempre fôra intransigente quanto aos convites da companheira jovem e fogosa, implicitamente formulados em seus atraentes olhos ou naquele aproximar obrigatório dos corpos em noites de medo, quando ambos caminhavam de braços dados por uma necessidade instintiva de segurança. Também aprendera a neutralizar as brincadeiras maliciosas que ela e outras companheiras entremeavam nas sérias discussões partidárias. Gentil procedia como um chefe durão nesses momentos, impunha-se com energia, fazia prevalecer a crença com que desempenhava o seu cargo. E' verdade que não lhe era fácil adotar tais atitudes, intimamente padecia com as advertências que era obrigado a fazer às companheiras, frustrando-as em suas intenções.

Como homem, gostaria de lhes dar trela, vê-las expandindo-se em suas provocações maliciosas, explodindo-se em alegria diante da certeza de estarem sendo correspondidas. No início de sua atuação como dirigente do Comitê, sentia-se inibido na frente dessas companheiras risonhas e descontraídas. Nesse tempo, Otilia ainda era simples militante na célula do Carrão. Gentil era o assistente da célula e foi ali que, em seus primeiros contatos com as mulheres, sofreu um choque de consciência. As mulheres faziam piadas e brincadeiras, e até sentavam-se diante dele em poses provocativas (pernas à mostra, às vezes vestidas com peças ousadamente decotadas), e isto levou Gentil a pensar que elas testavam sua capacidade de dirigente. Daí a dúvida se realmente estava correspondendo ao objetivo do Partido, chegando a imaginar que não daria para aquele encargo, o que poderia ser melhor desempenhado por um outro dirigente do Comitê.

Mas não era sujeito de entregar os pontos com facilidade, e remoeu seu drama de consciência até o momento em que conseguiu superá-lo. Enquanto o viveu fez mil e uma conjecturas, que iam desde transferir a responsabilidade a um companheiro menos sensível aos apelos femininos até designar uma companheira exclusivamente para tal incumbência. Entretanto, o Partido não fazia distinção entre sexos para cumprimento de tarefas ou distribuição de postos em suas fileiras. O Comitê Feminino fôra formado apenas com uma forma de facilitar o recrutamento entre as mulheres da massa, assim como o contato com as esposas dos militantes enciumados. Sobre a formação dessa que predominava entre os quadros novos. Estes viviam preocupados com as visitas dos dirigentes às suas casas durante o dia, enquanto eles estavam trabalhando.

se comitê específico, o camarada Gino lhes dissera que obedecia a uma posição tática: ele existiria até que se contornasse a influência burgue-

Agora, todavia, Gentil já está totalmente adaptado às condições do seu cargo. Já não liga para o acrabunhamento das mulheres quando é obrigado a repreendê-las, aprendeu a separar os interesses individuais do exercício do ideal partidário, sem se ferir sentimentalmente. E' bem verdade que precisa comprimir seus desejos, e sofre muito com isto, mas vai em frente em sua missão de melhorar o nível de politização das companheiras, conseguindo progresso nesta finalidade.

Contudo, com Otilia o tratamento vai além daquele usualmente adotado com as demais companheiras a convivência prolongada fez aflorar de parte a parte um sentimento de amor. Assim, naqueles poucos intervalos na vida partidária, em fins de semana ou em noite em que a última tarefa não os deixou cansados demais, ambos aproveitavam para os enleios dos seus corações. Mas nunca chegaram ao relacionamento escandaloso. Tão-somente ficam no sonho de paixões pueris, à maneira de namorados principiantes. Não passaram ainda do dar de mãos, de um abraço mais apertado, de um beijo furtivo, da troca de carícias com os corpos ajuntados.

Certa vez os dois conversaram sobre esse sentimento que os unia acima das questões partidárias. Foi numa noite quente e de céu límpido, quando retornavam do cinema. Gentil fez a pergunta para experimentar a reação dela: "Não estaremos cometendo um erro, nossa relação amorosa não atrapalharia a atuação partidária?" Otilia ficou séria e um silêncio longo se fez entre os dois. Depois ela o apertou de encontro ao seu corpo, suspirou fundo e se abriu num doce sorriso. Dos seus lábios carnudos saiu então a resposta demoradamente pensada:

— Jamais podemos estar errados, porque é nestes momentos deliciosos da vida que se renova em mim ânimo para lutar pela classe operária. Quando não havia ninguém para me dar essa satisfação, encher o vazio de minha alma, naquele tempo em que me sentia desprezada pela incompreensão do meu marido, minha vida não tinha sabor e eu não possuía disposição para dar tudo de mim ao Partido. Hoje sou uma pessoa renovada, me gamo por uma noite como esta, adoro a lua e as estrelas, compartilho da felicidade dos que me rodeiam, vejo beleza em todas as coisas..."

Gentil perde o seu posto

Entretanto, o Comitê de Zona está reunido hoje para dissolver esse romance. A concepção moralista do Partido não admite o canto da cigarra. E' preciso prover a luta revolucionária com os sacrifícios pessoais, ninguém deve se importar se a vida com isso se torne árida. Os sonhos não se contam na revolução das massas, ela é feita só do idealismo que deve se transformar a cada instante numa ação prática. E ali, diante dos inquisitores, os olhares de Gentil e Otilia se cruzam, numa consulta sobre quem falaria primeiro. Gentil sai na frente, com a intenção de fazer a defesa dos dois:

— Sim, estamos sempre juntos, mas em função das obrigações do Partido. Nunca fomos à cama para esse ato que vocês supõem. E mesmo que tivesse havido essa relação entre nós, ainda assim não haveria razão para este julgamento. Posto que sou solteiro, necessito de satisfazer meus desejos; e ela idem, pelo motivo de viver separada do marido. E também discordo da opinião do camarada Gino, relativa a essa possibilidade do prazer material nos levar a desvios ideológicos. Simplesmente acho que o camarada está exagerando".

Mas os dirigentes do Comitê não se conformaram com a confissão. A companheira Juleika, mulher idosa e mãe de três filhos maiores, insiste na denúncia da relação carnal, recorrendo a um conceito filosófico em que se respaldavam as ações do Partido:

— Dialeticamente esse aludido comportamento passivo é descabido. Ninguém consegue frear o desejo diante do objeto material que lhe despertou o instinto reprodutivo da espécie. Tampouco o amor pode ser limitado a essas pegadinhas de mão ou beijocas inconsequentes. Quando ele desponte entre os seres passa a exigir satisfação total. Aí consuma-se o desvio, a luta começa a ser substituída por esses prazeres do capitalismo".

Condenado por decisão unânime do Comitê de Zona, Gentil foi destituído do cargo e voltou a militar na base do seu bairro. Separaram-no de Otilia e esta, tempos depois, enviou-lhe uma carta em que se dizia muito triste e magoada com o que tinha acontecido.

Na próxima semana: O falso moralismo de alguns dirigentes.

piquetão

Camponeses e operários lutam por suas terras e moradias

A violência dos despejos, que já atingiu cem famílias de camponeses que ocupavam terras do Distrito de Xerem, na Baixada Fluminense pertencentes à Fábrica Fiat Diesel (antiga FNM), ameaça mais de 10 mil pessoas, moradores de 12 bairros vizinhos. A denúncia é do deputado estadual José Eudes, que botou a boca no trombone para mandar brasa contra as intenções do governo carioca em transformar as terras férteis da região em mais um Parque Industrial sem indústrias, como outros dois do Rio de Janeiro (Santa Cruz e Iguaí).

Muitos deles vivendo há mais de 30 anos na região, os moradores do distrito de Xerem, além de responsáveis por uma parte importante do abastecimento de produtos horti-frutigranjeiros (alface, cenoura, etc., para quem não decifrou o "horti-fruti") das cidades vizinhas e também da capital, também trabalhavam na antiga FNM, que chegou a ter 6.400 funcionários. Depois que a Fiat ganhou de mão beijada do governo, as demissões se sucederam (só na última vez foram mil trabalhadores despedidos). Hoje, restam apenas 3 mil operários, número que deverá se reduzir ainda mais com a progressiva transferência da fábrica para Betim, em Minas Gerais.

Mas o pessoal atingido promete não deixar barato a coisa: no último dia 8, 400 pessoas se reuniram em Xerem discutindo a organização da resistência e botando bronca contra o assédio da Companhia dos Distritos Industriais (Cedin), empresa estatal encarregada de colocar a preço de banana os terrenos para as indústrias. E já surgiram alguns resultados desse encontro: a formação de uma comissão de representantes de cada um dos 12 lugarejos para encaminhar um abaixo-assinado às autoridades. Outra, será a constituição de uma cooperativa, organizada e administrada pelos próprios moradores para a comercialização de seus produtos agrícolas.

Os leões indóceis

E já que estamos no Rio, para não perder a viagem, vamos falar dos motoristas, despachantes e cobradores cariocas, bronqueados porque até agora o aumento que obtiveram no início do mês, depois de uma greve de dois dias, ainda não foi passado para os contra-cheques. Segundo o acordo, feito com os patrões, os 89% de aumento só seriam dados no momento em que os empresários obtivessem aumento nas passagens dos ônibus. Embora concedido no dia 12, pelo Conselho Interministerial de Preços, a majoração das passagens ainda não foi autorizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, deixando a turma no hora veja. Além disso, não só os "leões" (motoristas) e seus colegas da rede particular estão descontentes: isso também acontece com os funcionários da CTC, empresa do governo do Estado, que não foram beneficiados pelo aumento.

No dia 24, os da condução farão uma assembléia geral, onde decidirão — caso o aumento não tenha sido autorizado — se voltam a parar os ônibus.

Quem diria

Dava gosto de ver o que aconteceu na assembléia convocada pelo sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, na sexta-feira, 13: a oposição sindical estava com a corda toda, pintando e bordando na reunião, fazendo passar a grande maioria de suas propostas. Por exemplo, o pessoal conseguiu fazer a assembléia aprovar que somente uma Comissão Coordenadora eleita é que deveria organizar o Congresso das Mulheres Metalúrgicas, mandou o Joaquim financiar um cartaz pela anistia ampla, geral e irrestrita, além, (pasmem), passar a permitir que os sindicalizados frequentem as assembléias, com plenos direitos (além disso, foi aprovada uma anistia para o pessoal em débito com a tesouraria do sindicato).

Resta saber, e essa é a questão, se o Joaquim não vai fraudar as 600 pessoas que compareceram, executando o que eles democraticamente decidiram.

Encontro das oposições

Depois de dar um passeio na pelegada na sexta, o pessoal da Oposição teve um encontro com represenantes de outras categorias, inclusive de outros Estados, para discutir o já tão falado encontro nacional das Oposições e diretorias combativas. Depois de quatro horas de pingpong com o pessoal mais afobadinho, nada foi decidido: A oposição Metalúrgica quer que o Encontro Nacional saia lá por dezembro (os que querem as coisas a jato, propõem setembro). Todos coincidiram, entretanto, que o Encontro Nacional seja realizado no finalzinho de agosto, mês do desgosto.

Calçados

Os operários da indústria de calçados de Farroupilha, no Rio Grande do Sul estão dispostos a tudo, "até mesmo à greve", como afirmou o presidente do Sindicato, José Olinto Volpini. Eles querem arrancar dos patrões 80 por cento de aumento, conforme decisão da última assembléia da categoria, realizada no dia 13 de julho, com a presença de 1.300 trabalhadores.

E a turma não vai ficar apenas na meia sola: querem estabilidade para a mulher gestante até 180 dias depois do parto (atualmente é de 60 dias), salário base de Cr$ 2.900,00 e Cr$ 500,00 de ajuda escolar para quem trabalha ou tenha filhos na escola. Por enquanto, o pessoal fica na discussão e organização das bases, esperando até o dia 30, quando haverá uma audiência entre os patrões e empregados na Junta de Conciliação de Caxias do Sul.

"Queremos sete mil"

Mas antes desse dia, quem quer uma resposta bonitinha, com o maior capricho é o pessoal de branco, os explorados que trabalham na rede hospitalar de BH e não são chamados de doutor. Eles estão reivindicando um piso salarial de sete mil cruzeiros, além de salários de oito mil para os auxiliares de enfermagem, sete mil para atendentes e atendentes burocráticos, seis mil para os motoristas e cinco mil para os serventes. Também pedem readmissão de vários líderes do movimento já demitidos do Hospital de Pronto Socorro, dando um prazo até o dia 19 para que suas reivindicações sejam atendidas.

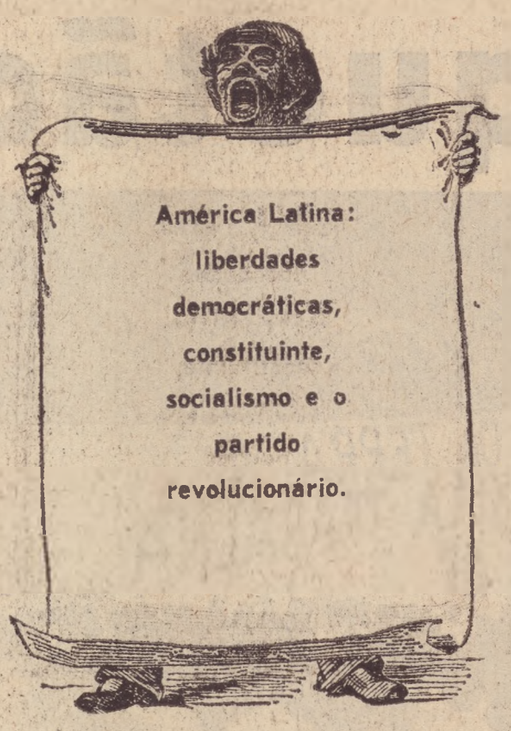
Desemprego em São José

O desemprego está à solta em São José dos Campos, cidade que se industrializou uma barbaridade durante o milagre econômico. A Detroit Alysson Diesel, uma das fábricas da General Motors vai fechar: 1.500 deles vão ficar na rua da amargura, enquanto outros 800, segundo a GM seriam transferidos para outra fábrica da empresa, ali mesmo em São José. E só para ilustrar, é bom saber que justamente os motores a 2 tempos que a Detroit fabrica são os de mais fácil adaptação para a utilização do álcool como combustível. Para defender a categoria, a Oposição Sindical Metalúrgica de São José está organizando o Comitê de Luta dos Trabalhadores Desempregados, propondo-se a lutar pelo pleno emprego, com o fim das horas-extras e diminuição da jornada de trabalho.

Congresso dos Bancários

Os bancários de São Paulo descansaram carregando pedras, no fim de semana passada, quando realizaram seu Congresso Municipal. Depois de muita discussão decidiram exigir um aumento de 50% dos patrões e mais três mil fixo sobre o piso salarial num encontro que teve a participação de 200 trabalhadores da categoria. As decisões do Congresso serão levadas à assembléia da categoria, marcada para o dia 19, quinta-feira, às 19h30m na Casa de Portugal. Na mesma ocasião será também levada a apreciação do plenário uma outra proposta (que recebeu um número menor de votos) e que prevê um aumento de 70% e mais um fixo de Cr$ 2 mil.

E só para prestar serviço, o Piquetão dá aqui o endereço da subsede do sindicato, inaugurada lá em Osasco e aberta aos bancários para melhor transarem a organização da campanha: fica na esquina da rua Pedro Floreti com José Gianciarullo.



HUGO BLANCO:

No último dia 13 estiveram em São Paulo, a convite do jornal EM TEMPO, os deputados da Constituinte peruana Hugo Blanco e Enrique Fernandez, ambos eleitos pela Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular — FOCEP. Na sede do Sindicato dos Jornalistas, os dois constituintes debateram as perspectivas da democracia e do socialismo para o Peru bem como para a América Latina. Aqui, um apanhado da discussão.

Hugo Blanco é certamente o mais famoso dos líderes revolucionários vivos da América do Sul. Sua fama vem da década de 60 quando as lutas camponesas do Peru o colocaram a frente de um movimento guerrilheiro de proporções insuspeitadas mas logo aplastrado pela repressão. Vários anos depois, em 1978, já devidamente aprofundada sua autocrítica sobre aquela forma de luta naquelas condições, todos se surpreenderiam com o expressivo apoio dado a ele pelas massas peruanas nas eleições para a Assembléia Constituinte daquele país.

Blanco foi o candidato mais votado da esquerda com 300.000 votos válidos e mais 30.000 votos anulados por terem firmado apenas o seu nome na cédula. Dirigente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, vinculado à IV Internacional ele concorria às eleições como candidato da Frente Operária Camponesa Estudantil e Popular (FOCEP) que pela sua presença conseguiu fazer 12% da votação total, cifra que somada a dos demais partidos e frentes de esquerda daria um enorme peso à esquerda peruana: 30%. Isto pelos critérios altamente restritivos das eleições burguesas. Porque, por exemplo, se os analfabetos e as populações discriminadas racialmente pudessem votar, certamente esse peso aumentaria em muito. E assim, não é à toa que não votaram e que continuarão sem votar pelo texto da nova constituição que a Assembléia elaborou.

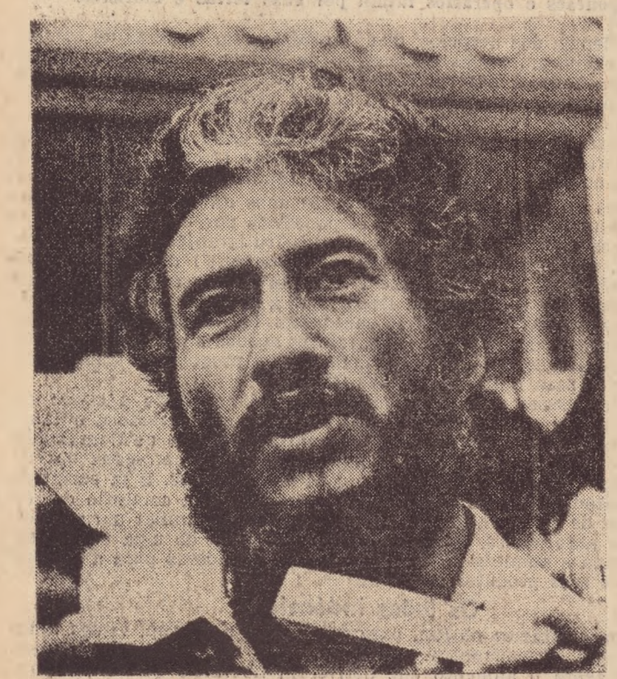
Hugo Blanco veio ao Brasil a convite do Setor Jovem Metropolitano do MDB gaúcho para participar de um debate na Assembléia Legislativa de Porto Alegre sobre o tema "Liberdades Democráticas, Constituinte e Socialismo" na noite de 12 de julho, três dias antes do encerramento oficial dos trabalhos da Constituinte peruana e portanto três dias antes do término de sua imunidade parlamentar. Blanco desembarcou no Galeão, às 8 horas da manhã do dia previsto acompanhado do deputado constituinte Enrique Fernandez Chacon, dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores vinculado à Fração Bolchevique da IV Internacional e também membro do FOCEP. Pelos termos de sua passagem aérea, haveria a seguir um vôo em conexão para Porto Alegre, onde era aguardado pelos gaúchos. Qual não foi sua surpresa quando o encarregado dos passaportes no Galeão pediu que ele o acompanhasse para as dependências da Polícia Federal naquele aeroporto. Nenhuma explicação lhe foi dada do porque de sua detenção. E lá permaneceu ele até às 18 horas, enquanto seu companheiro de viagem seguia perplexo para seu destino.

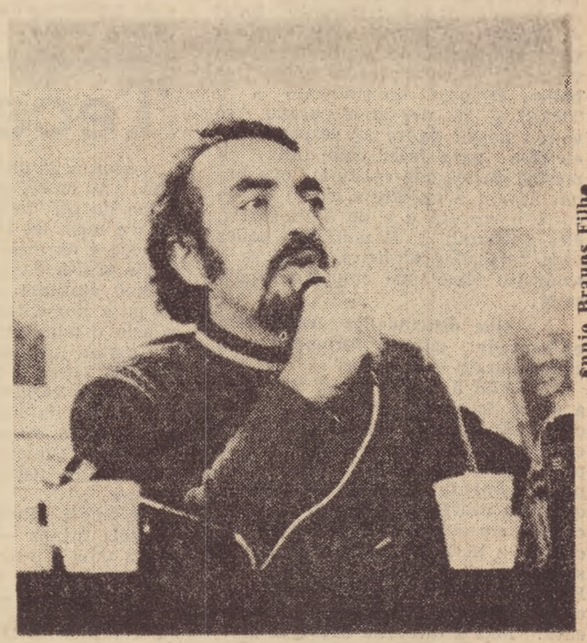
"Hugo Blanco foi considerado persona non grata no Brasil" informou o diretor-geral da Polícia Federal, Cel Moacy Coelho, mas não quis informar de quem partiu a ordem de detenção. Com isso, o único responsável reconhecido oficialmente pela prisão de Blanco fica sendo o computador do aeroporto. O fato é que o deputado peruano só foi libertado depois de várias mobilizações de pessoal da imprensa, parlamentares, advogados e outros setores oposicionistas. Mas chegou muito atrasado para o debate em Porto Alegre, apesar do público — cerca de 600 pessoas — ter permanecido firme no local até sua chegada às 23:20hs. Dessa forma, o debate inevitavelmente se prolongou até a 1 hora do dia 13.

Nesse dia, Blanco e Fernandez seguiram para São Paulo onde o mesmo debate estava programado para a sede do Sindicato dos Jornalistas numa promoção do EM TEMPO. Enquanto uma pequena comitiva se deslocava junto com o deputado estadual pelo MDB Fernando Moraes, para recebê-lo em Congonhas, a imprensa e o público lotavam a sede do sindicato.

Logo após a primeira intervenção dos deputados peruanos, transcrita abaixo, uma curiosidade: passada a palavra para o suplente de senador, Fernando Henrique Cardoso que compunha a mesa, este leu em primeira mão traduzindo para o castelhano um despacho que acabara de chegar para a imprensa anunciando que o governo militar peruano rejeitara naquela madrugada os termos da nova constituição promulgada pela Assembléia Constituinte, considerando que o foro havia excedido suas funções. "Quer dizer que a experiência durou pouco," disse ele. Parece que há no caso uma analogia histórica com o Brasil, só que do século passado, com a Assembléia Constituinte de 1823! que também excedeu os limites que tinham sido outorgados pelo Imperador absoluto, D. Pedro I e ele imediatamente rechaçou a Carta e promulgou uma outra. Se o que esse despacho diz é verdadeiro, então eu creio que a luta política irá se aguçar extremamente no Peru." E em seguida Hugo Blanco comentava: "A Constituição foi feita em 99,99% como a Junta Militar de governo queria, por deliberação dos partidos da burguesia. Ou seja, o que a Junta exige agora que se ajeite é essa mínima parte que não a satisfaz. Com isso, a ditadura militar peruana está mostrando mais uma vez às massas, como mostrou antes com a deportação dos constituintes, que ela não pode permitir a democracia no Peru, pois isto poderia resultar no fim do governo da burguesia em nosso país."

Ao final do debate, Hugo Blanco deixou claro que ao regressar para seu país, uma vez cessada sua imunidade como constituinte, ele espera com naturalidade ou a deportação ou... a morte.




Ennio Brauns Filho

Hugo Blanco
«Plano de Transferência»: da espada para bolsa

O mundo capitalista está sofrendo uma de suas crises econômicas mais fortes. Esta crise é devida às contradições próprias do capitalismo que já tinham sido estudadas pelo marxismo clássico. Quando há este tipo de crise, o capitalismo descarrega seu peso sobre os trabalhadores, e os países imperialistas sobre os países coloniais e semi-coloniais, de tal modo que nós, os países da América Latina, da África e da Ásia pagamos de forma aguda as consequências do sistema econômico que os exploradores impuseram.

Uma destas vítimas é o Peru, onde o desemprego atinge mais de 50%. Claro que as estatísticas oficiais não mostram isso, falam de subemprego. Mas não podemos chamar de subemprego a atividade de alguns vendedores ambulantes, que ganham cerca de dois ou três cruzeiros por dia. Isto é simplesmente desemprego com relação ao que ganha o trabalhador, ainda que signifique 12 ou mais horas de trabalho por dia. E o desemprego continua crescendo dia a dia. Cada dia mais fábricas são fechadas, funcionam dois ou três dias por semana, e a área cultivada, ao invés de crescer, vai diminuindo. Cada dia a alta do custo de vida é maior, maior a miséria no Peru. Esta é a manifestação da crise.

A receita do imperialismo

Para solucionar esta crise fazendo que as massas exploradas paguem por ela, o imperialismo tem a receita do Fundo Monetário Internacional — FMI. E' muito simples: **alta de preços de forma contínua e permanente; muito pouca elevação dos salários, o que significa queda do salário real; diminuição dos gastos que não representem lucros a curto prazo, isto é, diminuição dos gastos com educação, saúde; e ainda, o desemprego, a demissão de trabalhadores.**

A ditadura peruana teve de acatar esta ordem. Se ela não acata, o imperialismo muda de general no Peru. Desencadeou um grave ataque econômico às massas peruanas.

E' claro que esta receita não agrada ao povo peruano, que tem de sofrê-la. Por isso ele se revolta e a esta rebelião o governo responde com repressão. E' o que aconteceu em junho de 1976, quando o governo suspendeu as garantias, impôs o toque de recolher, fez deportações, prisões, e alguns assassinatos. Anulou o direito de greve. O Peru viveu uma noite repressiva muito forte, mais ou menos de junho de 76 a julho de 77.

Então o povo se levantou. Houve grandes mobilizações de massa, especialmente no sul do país, que no início foram espontâneas. Depois foram se organizando, através de organismos de trabalhadores, até culminarem na greve nacional de 19 de julho de 1977, uma das maiores batalhas que o povo peruano já travou. Todas as ameaças de repressão do regime não foram suficientes para conter esta greve. E' certo que o regime cumpriu muitas ameaças, por exemplo a demissão de cinco a seis mil dirigentes sindicais. Porém também é certo que esta grande batalha nos deu uma abertura democrática, que não ocorreu graças a um repentino ataque de democratismo do senhor Morales Bermudez.

Entre as conquistas arrancadas, está a liberdade dos presos políticos, a volta dos deportados, o direito de greve, e, por último, a promessa da ditadura militar de ir-se embora. O imperialismo e a ditadura tinham compreendido que o que o povo peruano mais odiava no momento era precisamente a ditadura, e o imperialismo já tem experiências de casos como esse. Em 1952, na Bolívia, desacatou a vontade popular e o povo boliviano destroçou em três dias o exército burguês. Custou-lhe muito recompor-se. O imperialismo viu também o que ocorreu em Cuba. O senhor Batista, teimoso, não quis deixar o poder, e o imperialismo não apenas perdeu este lacaio, como perdeu a semi-colônia. E' isto que está a ponto de ocorrer na Nicarágua.

E seus cuidados...

São, pois, lições que o imperialismo já aprendeu bem, e quando há uma grande pressão popular, sabe que o melhor para manter o sistema é ordenar uma abertura, a mudança da ditadura por um regime menos repressivo: abrir a válvula para que o vapor saia e não haja tanta pressão. Por isso a ditadura militar peruana disse que sairia, mas a prazo. Na primeira etapa convocaria eleições para a Assembléia Constituinte, e na segunda eleições gerais. Por que os prazos? Porque o imperialismo não sabia qual era a correlação de forças, quanto havia crescido a simpatia pela esquerda entre as massas. Queria que a primeira eleição lhe servisse para poder calcular o grau de fraude que devia realizar nas eleições gerais.

A ditadura, e todos nós, ficamos surpresos pelo crescimento da esquerda. Aportada, já na primeira eleição a ditadura teve de fazer fraudes de última hora que ficaram muito escandalosas, como por exemplo a prisão e o envio de nove candidatos, entre os quais eu estava, como prisioneiros de guerra a um quartel da Argentina, em plena campanha eleitoral. O fechamento da imprensa, do rádio e da televisão para a esquerda, mas não para a direita, o fechamento de nossos locais, a proibição dos comícios da esquerda, e não da direita. Já conhece agora a correlação de forças, e já sabe como preparar a próxima fraude de tal maneira que haja continuidade no governo por parte das forças que defendem o imperialismo.

A auréola de glória do APRA

Isto no Peru chama-se "plano de transferência". Teoricamente, é a transferência de um governo militar a um governo civil eleito pelo povo. Na prática, é a mudança dos servidores militares do FMI pelos servidores civis.

No Peru, os partidos de direita mais notórios são o APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), o PPC (Partido Popular Cristão) e AP (Ação Popular). A AP não se apresentou nas eleições da Constituinte para não manchar as mãos, ficando limpa para as próximas eleições. Houve divisão de tarefas.

Entre esses três setores, o governo e o imperialismo preferiram o APRA como herdeiro. Ele surgiu como um partido nacionalista, que arrastou atrás de si a classe operária e outros setores explorados, sob as bandeiras do antiimperialismo, da luta contra a oligarquia e os militares. Foi perseguido por muitas ditaduras; é o partido que mais mártires teve, mais torturados, mais presos e deportados. Pouco a pouco tornou-se um partido pró-imperialista, e é hoje um partido mais de direita. Mas tira vantagens de seu passado, desta auréola de glória que lhe deram todos estes mártires. Tem um setor de simpatia nas massas peruanas, embora não mais no setor de vanguarda, já que a classe operária organizada já não está no APRA.

Tira vantagem também desta experiência de 50 anos, em como frear o movimento operário desde dentro, desde os sindicatos, uma experiência com a qual não contam outros partidos claramente de direita. Infelizmente para a ditadura e o imperialismo, o senhor Haya de la Torre está muito doente, e o APRA sem ele já não oferece a mesma garantia de freio ao movimento de massas. Começa a haver lutas de frações. Por isso estão tendo que discutir novas formas de "transferência".

O que está claro é que o governo pensa desencadear uma onda repressiva para logo depois do encerramento da Constituinte, o que será depois de amanhã. Tentará quebrar as organizações políticas e sindicais de massas, e depois, dois ou três meses antes das eleições, que segundo a última versão serão em março, dará uma "abertura democrática", que a esquerda não poderá aproveitar, por estar muito desarticulada. E assim ficaria garantida a "transferência".

O outro personagem: as massas

O problema para eles é que existe um outro personagem, ou seja, as massas populares peruanas, que já travaram grandes batalhas. Têm desenvolvido muitas lutas, organizadas nas "Assembléias Populares" ou "Frentes de Defesa", formações regionais onde estão representados os diversos setores operários, camponeses, vendedores ambulantes, empregados e todos os outros setores explorados. Ainda não são organismos generalizados no Peru, e têm duração transitória. Está se realizando uma greve nacional dos professores, que já dura mais de um mês. Outra expressão das lutas atuais das massas são as greves regionais dos departamentos de Cuzco e de Arequipa. No plano repressivo que a Junta preparou para este mês vai ter que calcular bem suas forças, pois o tiro pode sair-lhe pela culatra, como já ocorreu com a repressão de 76 e 77. Sobre como participamos da Constituinte, vai falar o companheiro Fernandes.

Enrique Fernandez
Constituinte: burguesia não larga ditadura

"Quando foi convocada a Constituinte, abriu-se um debate em toda a esquerda: devíamos ou não participar do processo eleitoral? A grande maioria estava consciente de que ele era uma fraude para os trabalhadores, mas não via que não participar fosse alternativa. Com exceção de uma corrente de esquerda, com grande influência no movimento estudantil, todas as correntes revolucionárias decidiram participar do processo, para poder demonstrar a fraude inclusive atuando no terreno da própria burguesia.

Formaram-se duas frentes da esquerda revolucionária. A primeira a partir das correntes maoístas, que queriam como integrantes desta frente ao PSR — Partido Socialista Revolucionário — formado por generais que haviam sido ministros de Estado no governo de Velasco Alvarado. Diziam que representava um setor progressista da burguesia, que eram militares patriotas, e que portanto podiam participar da frente. Esta tomou o nome de Unidade Democrática Popular — UDP. Por outro lado, organizações que defendem o trotskismo, isto é, o princípio da independência política de classe, propunhamos a formação de uma frente que não fosse em nenhum momento integrada por burgueses, por muito progressistas que se pintem ou por militares, por muito patriotas que sejam.

Estipulamos quatro pontos fundamentais para acordo nesta frente. O primeiro, que a luta contra a ditadura não cessaria por participarmos do processo eleitoral, que a campanha eleitoral seria aprovada, não tanto para pedir votos, mas para utilizá-la como uma tribuna mais de combate contra a ditadura. Outro ponto é que os candidatos fossem os melhores companheiros do movimento operário e popular, sem interessar a que corrente política pertenciam, que tivessem ganho um lugar através de sua própria experiência e de suas próprias lutas.

O terceiro ponto do acordo era que estes candidatos tinham que ser escolhidos em uma convenção operária, camponesa e popular, respaldados pelos próprios trabalhadores. O quarto ponto é que tínhamos que lutar, não para que a Constituinte freasse a luta dos trabalhadores, mas para transformá-la em um instrumento de combate. Para que tivesse o poder necessário, fosse soberana, sem nenhuma submissão à ditadura militar, com poder para decidir sobre os problemas mais fundamentais que o povo peruano atravessa.

A luta pela FOCEP

Constituiu-se esta frente, e foi chamada de FOCEP — Frente Operária, Camponesa, Estudantil e Popular. Para atender a uma das exigências da democracia burguesa, tínhamos de levantar 40.000 assinaturas de apoio. Conseguimos 47.000, o que significa muito em um país sem tradição democrática, onde o título eleitoral só serve para descontar cheques. A Junta conseguiu que a Justiça Eleitoral anulasse 28.000. Tivemos um prazo de apenas mais dez dias para conseguir de novo as 40.000. Recorremos às próprias massas, colocando mesas em praça pública, pedindo assinaturas dos transeuntes, recorremos aos sindicatos, envolvemos todos os ativistas dispostos.

Além disso, a ditadura detinha os nossos ativistas, roubavam os formulários com as assinaturas que íamos conseguindo. Apesar de tudo, gostassem ou não, inscrevemos a Frente. Foi o primeiro combate que ganhamos contra a ditadura. Já era um triunfo ter inscrito a frente dos trabalhadores.

A ditadura assustou-se muito mais quando viu a composição dos candidatos. Entre eles, estava o companheiro Hugo Blanco, o homem que tinha lutado pela independência política de classe, que sintetizava um processo de luta armada no Peru, que resumia quinze anos de trabalho trotskista, que tinha sido deportado quantas vezes se tinha posto ao lado dos trabalhadores, e que nunca claudicou diante de nenhum governo, nem o de Velasco Alvarado, nem nenhum outro governo burguês.

Também havia entre os candidatos os melhores expoentes das lutas dos mineiros, candidatos que tinham surgido das comunidades camponesas, dirigentes metalúrgicos, que jamais haviam passado por uma Universidade, que não tinham nenhum título, a não ser o de terem se colocado à cabeça da luta dos trabalhadores. A frente também teve adesões de organizações sindicais operárias de comunidades camponesas inteiras.

Como o governo dizia que o processo eleitoral ia ser um modelo de democracia, tinha anunciado que todos os partidos teriam igual acesso ao rádio e à televisão. Pensavam que a esquerda revolucionária não conseguiria inscrição. Quando começou a campanha na televisão, já tínhamos conseguido anistiar diversos presos e deportados, entre eles nossos candidatos, mediante lutas anteriores. Assim o companheiro Blanco pode apresentar-se na televisão.

Na primeira apresentação da FOCEP, havia uma grande expectativa pelo que falaríamos. Houve uma audiência massiva, fomos escutados em todas as casas. A ditadura teve sua surpresa: no lugar de pedirmos votos, chamamos ao combate, a que continuasse lutando contra a ditadura, pelo socialismo. Apresentamos um anteprojeto de Constituição onde defendíamos a dissolução das Forças Armadas, que deveriam ser constituídas pelas organizações operárias, camponesas e populares, isto é, milícias armadas. Também dissemos que todos os meios de produção deviam passar às mãos dos próprios trabalhadores, e levantamos a necessidade do governo dos próprios trabalhadores, isto é, que a luta não acabaria até que se chegasse ao socialismo. Dizíamos que o principal problema que tínhamos era que a ditadura militar permanecia no poder, e que esta Assembléia Constituinte tinha sido convocada para desviar a luta dos trabalhadores, para tentar freiá-las, e que não podíamos cair no jogo, tínhamos de redobrar os esforços na luta contra a ditadura. Também aproveitamos a primeira intervenção para explicar porque a esquerda não se apresentava unida nas eleições, como as massas aspiravam. Explicamos que os trabalhadores não têm nenhum compromisso com os patrões, nem com os militares, que tínhamos como linha fundamental defender a independência política de classe, que o Partido Socialista Revolucionário não era nem socialista nem revolucionário, que seus membros tinham as mãos manchadas de sangue pelas matanças dos mineiros, dos camponeses no governo de Velasco. Que não nos devíamos deixar enganar pela fraseologia revolucionária, que os revolucionários são reconhecidos pelas lutas, e não pelos discursos. Denunciamos o projeto de Frente Popular, isto é, a frente de colaboração de classes.

"De onde tiraram estes loucos?"

Foi um escândalo. Diziam: de onde tiraram estes loucos? A segunda apresentação já teve um caráter mais conjuntural: estávamos perto de uma greve nacional de 48 horas. Convidamos os trabalhadores a acatar disciplinadamente a greve. Também desta vez não pedimos votos.

O resultado desta campanha foram os votos que acumulamos: 12%, que representam muito. Foi a maior votação da esquerda, e esta no conjunto teve um crescimento notável.

Utilizamos o parlamento para convocá-lo a serviço das lutas dos trabalhadores, e para mostrar que os partidos burgueses que durante a campanha falaram contra a ditadura militar na verdade eram seus cúmplices. Apresentamos uma moção na assembléia de instalação que dizia o seguinte: a Constituinte é o único poder que emana do mandato popular, e é portanto incompatível com uma ditadura que não foi eleita por ninguém. Portanto deve formar um governo provisório, decidir sobre a chefia das Forças Armadas, votar um plano de emergência para a situação econômica do Peru, que contenha um aumento salarial de 100% e o congelamento dos preços, a expropriação dos monopólios imperialistas e o desconhecimento da dívida externa. E' claro que as correntes burguesas, que tinham feito campanha contra a ditadura, quando foram desafiadas a ser consequentes com isso, preferiram dizer não. Era uma forma muito simples de demonstrar sua subserviência à ditadura".

O socialismo faz parte do dia-a-dia das massas

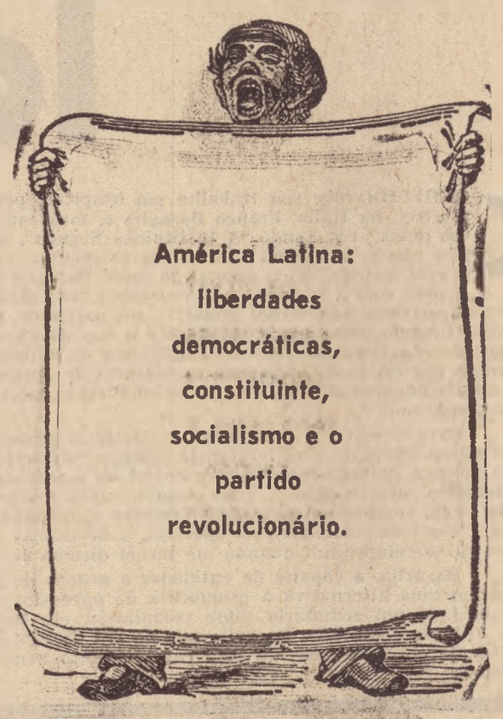
Ennio Brauns F.º

Flávio, do EM TEMPO, Enrique Fernandez e Hugo Blanco, no Sindicato dos Jornalistas.

Na Assembléia Legislativa gaúcha, Henrique Fernandez e José Carlos de Oliveira, do Setor Jovem, e o deputado Porfírio Peixoto.

Ennio Brauns F.º

Hugo Blanco numa coletiva à imprensa.



1. Alguns querem pôr a burguesia dentro da FOCEP

— Quais os grupos que participam do FOCEP?

— Hugo Blanco: No FOCEP estão o PST onde milita o camarada Fernandez; está o PRT no qual eu milito, ambos trotskistas vinculados à IV Internacional; está o Partido Operário Marxista Revolucionário POMR — membro do Comitê pela Reorganização da Quarta Internacional do CORQI e está um grupo macista Bandeira Vermelha, um grupo tão sectário que não quis ir com os outros maoistas mas preferiu a nós. (risos). Está o FOCEP-Independente que não existia até o momento das eleições porque o FOCEP estava formado por grupos de esquerda e por personalidades independentes. Mas um setor dessas personalidades principalmente o setor que o presidente do FOCEP, Ledezma representa. Na época das eleições eles assumiram esse nome para se distinguir dos demais grupos do FOCEP e foi para esse grupo que confluiu depois das eleições todas as espécies de oportunistas. Está ainda um grupo pequeno, uma das múltiplas frações que tem o Movimento de Esquerda Revolucionária — MIR — um grupo que até 1975 se dedicava às guerrilhas que foram totalmente aplastradas pelo governo e depois se fragmentou. Um desses fragmentos que não tem nada a ver com as guerrilhas compõe o FOCEP.

A junta diretiva da FOCEP está formada pela representatividade de cada um de nós, e todos os acordos são por consenso, se reúne muito pouco. Muito poucas vezes nos reunimos para discutir questões conjunturais. Na realidade a FOCEP não tem sua vida orgânica como FOCEP. Cada partido faz seus trabalhos de FOCEP, uns mais outros menos, uns usando mais o nome de FOCEP outros usando menos.

Agora, Ledezma vai ser candidato da frente-popular, apoiado pelo partido comunista, apoiado pelo partido dos generais... Claro que nós não vamos fazer um ataque público a Ledezma. Devamos uma política unitária porque as massas têm sua experiência. O que dizemos é: nos estranha muito o fato do companheiro Ledezma estar sabendo dos pontos programáticos da FOCEP nos quais não existe nenhuma possibilidade de pacto com o PSR e outros partidos burgueses, e que agora esteja falando com o PSR para a união da esquerda. Também dizemos que nos estranha que a FOCEP independente tenha tomado esta atitude antes mesmo de ter discutido com o resto da FOCEP. A FOCEP independente tem chamado já há três meses para uma política geral de esquerda, sem antes haver discutido nos Comitês da FOCEP. E' o que dizemos, pois não devemos deixar passar nada e levar todas as questões a debate, não um debate virulento, mas um debate fraternal, pois as massas é que devem chegar a sua própria conclusão, depois de examinar as atitudes da FOCEP independente.

Mas uma coisa é praticamente certa. A FOCEP tal como se apresentou nas eleições passadas não subsistirá mais. Permaneceremos intransigentes na defesa da classe operária e sua política de não colaboração de classes. Por outro lado a FOCEP-Independente já está tudo fazendo para romper com as bases que constituiram a FOCEP. As massas compreenderão esta dinâmica.

2. Os zig-zags oportunistas do PC

— Qual a atuação do PC na Constituinte e como que ele se relacionou com o FOCEP?

Fernandez: O PC se apresentou só. Conseguiu unicamente 6 representantes. Desses 6, as intervenções no Congresso foram tão ruins que 1 deles passou para o FOCEP. Eles ficaram então apenas com 5. E porque isso se deu? Porque eles têm uma enorme responsabilidade na luta dos trabalhadores, posto que dirigem a central mais importante dos trabalhadores peruanos — a Confederación General de los Trabajadores del Peru — CGTP e sempre tiveram uma política de freio à luta dos trabalhadores. Apoiaram o governo de Velasco Alvarado dizendo que Velasco era a voz da revolução sob a palavra de ordem "O povo e as Forças Armadas venceremos". Também apoiaram o golpe contra Velasco (risos) porque disseram que o governo e a revolução haviam se desviado e o golpe de Morales Bermudez era para reafirmar o caminho revolucionário, o que s ehavia torcido nos últimos meses do governo Alvarado.

Quer dizer, mudam de posição e apóiam ditaduras militares a cada 115 dias. E isso também teve seus reflexos em sua participação no Congresso. No entanto, temos tido relações fraternais com eles em tudo o que tem sido possível. Porque se é certo que sua direção atua sempre assim, também é certo que o partido tem bases operárias e temos que ajudar essas bases a entender que seu partido não vai levar nunca a revolução. O Partido Comunista tem muita representação no movimento operário. Portanto cremos que não ajuda em nada, não favorece a luta dos trabalhadores, não tomá-lo em consideração para fazer as ações conjuntas em defesa dos interesses dos trabalhadores. Por exemplo, agora mesmo, na preparação da próxima greve nacional, estamos juntos. Também tivemos reuniões conjuntas com eles na Assembléia Constituinte para apresentar moções comuns.

3. «Golpear juntos e caminhar separados»

— Qual a política de frente levada a cabo por vocês no Peru, tanto a nível de massa como de vanguarda?

— Hugo Blanco: Há duas formas dois objetivos, para se fazer frentes: as frentes a longo prazo, inclusive as frentes eleitorais, posto que elas implicam a tomada do poder, mesmo que seja apenas teoricamente. Para essas, nós somos contra fazer alianças com qualquer setor burguês porque não estamos de açordo em que o governo tenha patrões e operários Somos por um governo dos trabalhadores. Tampouco acreditamos que a longo prazo setores da burguesia possam caminhar junto conosco, os trabalhadores.

Sabemos que a burguesia tem muitos setores. Sabemos que nela há setores que se enfrentam com o imperialismo, que têm contradições com ele, mas não cremos que nenhum desses setores, por mais progressista que se diga ou seja, por muitas contradições que tenha com o imperialismo, não vai poder caminhar um longo trecho conosco porque a nossa luta é precisamente contra a exploração capitalista em geral. Por isso somos contra fazer pactos eleitorais com os partidos burgueses. Chamamos a todos os partidos operários, inclusive aqueles partidos que têm um programa reformista, inclusive o Partido Comunista. Mas o que acontece? Acontece que o PC prefere a amizade desses setores chamados da burguesia, progressista, prefere a amizade deles à nossa. Então eles ficam com eles e não conosco. Isso não é um problema nosso, é uma contradição deles. Mas nós mostramos às bases do PC que sim, estamos chamando a sua direção a fazer uma frente única de classe de todos os trabalhadores contra todos os patrões.

Mas há outro tipo de frente. A frente para a ação concreta, imediata. Por exemplo, se o sr. Bedoya Reyes (lider do Partido Popular Cristão — PPC) chamar amanhã a uma manifestação de protesto contra a ditadura por esta ter vetado os pontos constitucionais, nós estaremos a favor de ir a essa manifestação de organizá-la em conjunto com ele, por esse ponto concreto. Isso não nos compromete, não nos impede de acusar Bedoya Reyes constantemente de ser um representante do imperialismo. Essas são contradições próprias dele. Não são contradições nossas.

Nós estamos sempre permanentemente contra a ditadura e ele conjunturalmente. Portanto se coincidimos é por causa dos zig-zags dele, a nossa linha é reta.

Quando o APRA colocou na Assembléia Constituinte o direito do povo à insurreição contra os governos de fato, nós votamos a favor dessa moção. Era uma ação concreta junto com o APRA. Quando o PPC colocou a reabertura das revistas que haviam sido fechadas pela ditadura nós também votamos junto com o PPC nesse ponto concreto. A esse tipo de política é que Lenin chamava "golpear juntos e caminhar separados"

Cada uma dessas ações concretas não nos compromete com o inimigo porque não estamos negociando-as. Estamos atuando em algo que eles e nós estamos de acordo. Não estamos dizendo me dá isso que eu te dou aquilo. Isso é o que não devemos fazer. Na Nicarágua nós estávamos a favor das massas nicaraguenses irem à greve geral que foi convocada pelos amigos de Chamorro, quado este foi assassinado. Cremos que essa atitude pela greve geral que foi chamada por forças burguesas e pró-imperialistas era completamente correta na frente única contra a ditadura de Somoza. Mas somos absolutamente contra um governo provisorio onde estejam representados patrões e trabalhadores. Essa é a nossa atitude frente às frentes únicas. Nada que implique pactos a longo prazo, nada que implique poder, ainda que seja apenas teoricamente. Mas sim ações concretas em comum, em pontos que estejam dentro do nosso programa.

4. O socialismo é uma política independente de classe

— Na luta contra a ditadura no Peru, coloca-se já, ao mesmo tempo, a questão do socialismo? Ou vocês avaliam que as massas estão ainda atrasadas para se mobilizarem em torno de uma alternativa de poder?

— Fernandez: Nós apresentamos precisamente não só a alternativa socialista que em última instância, é a que vai solucionar todos os problemas dos trabalhadores. Quer dizer, não ficamos unicamente na propaganda do socialismo, mas apresentamos as questões concretas que a ditadura coloca e que nesse momento, como já dissemos, não era o socialismo mas questões que também refletiam a situação dos trabalhadores. Fizemos então as duas coisas: apresentamos as lutas concretas, através das consignas imediatas e também colocamos a propaganda por uma sociedade completamente distinta, governada pelos próprios trabalhadores.

Especialmente num processo eleitoral, a questão da propaganda se coloca com mais razão. Porque aí as massas nos perguntam que tipo de governo buscamos e como deve ser a ordem social e econômica do país. E então, mais do que nunca, não podemos apresentar alternativas que tenham que ver com a burguesia. Porque nisso radica, precisamente, a bandeira da independência política de classe.

— Hugo Blanco: Quero acrescentar algo. Realmente pensávamos que no processo eleitoral o nível das massas estivesse baixo. E acreditávamos que muitas das coisas que dizíamos, o dizíamos por razões de princípio para não confundirmo-nos com os setores reformistas, mesmo que as massas não votassem em nós porque havíamos dito tais coisas.

Mas aconteceu o contrário. As massas votaram por nós, precisamente porque havíamos dito essas coisas. E as massas entendem, desde que não se fale para elas numa linguagem de faculdade de filosofia. Por exemplo, como que as massas podem não entender quando dizemos que o tipo de governo que queremos não é o de um presidente e vice-presidente, nem câmaras que se elegem a cada 5 anos e que prometem coisas durante a campanha eleitoral e durante os 5 anos fazem coisas diferentes e os eleitores têm que suportá-las durante todo esse período?

Como podem não entender quando dizemos que assim como em suas federações onde atuam os delegados de cada fábrica, queremos um governo que seja uma Assembléia Popular onde estejam representados todos os trabalhadores do país mediante delegados: delegados das fábricas, delegados das comunidades camponesas, delegados das favelas, dos vendedores ambulantes e de todos os outros setores populares reunidos em uma grande assembléia dentro da qual muitos dos delegados não falarão castelhano e serão analfabetos. Porque no Peru, muitas províncias não falam castelhano, mas teriam tradutores para eles.

O povo sabe o que é o socialismo

E eles dirão por exemplo que estão produzindo café e que necessitam de uma carroça com urgência e essa necessidade eles saberão melhor do que ninguém e portanto são capazes de governar; também são capazes de governar aqueles camponeses descalços que estão vindo do alto do Peru e que nos dizem que precisam com urgência que se envie sapatos para lá.

E também são capazes de governar aqueles representantes das favelas que nos dizem que precisam de água potável porque seus filhos estão ficando doentes já que tomam água parada.

Então, essas são as pessoas que sabem quais são as necessidades mais urgentes e prioritárias do povo peruano; que não saibam ler e escrever é outro problema, pois governar não é apenas saber ler e escrever. Naturalmente haverão equipes de técnicos ao serviço desse governo e, naturalmente, eles não serão chamados a essa assembléia para dizer que não têm sapatos, água e carroças mas sim para dar viabilidade técnica ao que a assembléia decidir.

Além disso, esses delegados poderão ser mudados a qualquer momento, no momento em que não correspondam ao que as bases estão pensando. E não poderão ganhar salários maiores do que o de qualquer outro trabalhador.

Essa forma de explicar o que é um governo dos trabalhadores é claro que é entendida pela massa. E entendo porque é uma falácia dizer que o governo operário e camponês é uma irresponsabilidade, porque os operários e camponeses são ignorantes. Eles entendem isso dito dessa forma como entendem que as forças armadas peruanas devem ser compostas por comitês de defesa, armados, dos trabalhadores das fábricas, dos camponeses, das distintas comunidades e dos habitantes das favelas e que esse só deve ser o exército peruano.

Creio que não existe nenhum problema fundamental de marxismo que não possa ser explicado de uma forma simples para as massas. Creio que as massas peruanas no nível de combatividade em que se encontram ouviram essas colocações como as mais naturais do mundo.

5. O Internacionalismo não pode ser retórico

Hugo Blanco: Na posição do camarada Marx frente à luta de classes, um dos pontos básicos era a necessidade dos trabalhadores do mundo unirem-se em uma organização, em uma só organização a nível mundial; o resultado desta análise foi a formação da Internacional. Esta tradição internacionalista continuou com a II Internacional e com a III Internacional, enriquecendo-se cada vez mais. E foi diante da corrupção da II Internacional que sua esquerda formou a III, a Internacional Comunista, que avançou muito mais que as anteriores, não apenas em extensão, mas em nível político.

Infelizmente, a burocratização da União Soviética conseguiu burocratizar, corromper e depois dissolver a II Internacional. É natural que não convenha para a burocracia uma internacional que discuta uma estratégia global para lutar contra o capitalismo.

Nós reconhecemos a herança deste internacionalismo proletário concretizado em uma organização que foi a idéia de Marx e de Lênin. O marxismo, o leninismo, o internacionalismo não são somente declarações de solidariedade aos trabalhadores de todo o mundo, mas se manifesta na formação de um partido a nível internacional.

A IV Internacional, herdeira das três primeiras, surgiu numa época de refluxo do movimento de massas, de derrotas, depois que a barbárie fascista, uma das maiores catástrofes que a humanidade já sofreu, tinha aplastado o movimento operário europeu. Surgiu também numa época em que o movimento operário estava sendo terrivelmente traído pelo stalinismo. Nestas condições, não se poderia esperar que tivesse o vigor das três internacionais anteriores, que surgiram em momentos de ascenso. A IV Internacional teve de pagar as consequências da época em que nasceu. Muitos de seus militantes e dirigentes foram assassinados em muitos lugares do mundo, não apenas o camarada Trotski.

A IVª surge numa época de refluxo

Quando as massas estão em refluxo, aplastadas, afastam-se das posições revolucionárias, vêem-nas como utópicas. Seguem a burguesia, ou quando muito as posições reformistas. Nestas condições, a IV Internacional não pôde captar operários para as suas fileiras, enquanto alguns intelectuais, pelas análises da situação que faziam, entraram para ela. Por isso tinha fama de ser um grupinho de teóricos que sabia muito de política, mas que não tinha nada que ver com o movimento de massas.

Como vocês compreenderão, agora já não é assim. Como exemplo podemos citar a votação que tivemos no Peru, que tem muito a ver com as massas e pouco que ver com um grupinho de intelectuais. Este é apenas um dos muitos exemplos que hoje há no mundo.

Depois da noite negra do fascismo, veio uma etapa de ascenso das massas e se produziram revoluções, mas não em países industrializados, operários, e sim em países coloniais e semi-coloniais nos quais o trotskismo não tinha força. Naturalmente, a IV Internacional não foi fortalecida diretamente por este ascenso. Mas quando ele se prolonga e se estende aos países industrializados, ela começa a fortalecer-se. Além disso, as revoluções feitas nos países coloniais e semi-coloniais confirmam as posições e as análises da IV Internacional. A análise de que a única forma desses países se libertarem do imperialismo é mediante uma revolução socialista, de que a burguesia dos países atrasados é incapaz de libertar-se do imperialismo, o que ou se faz o socialismo ou se continua sob o domínio do imperialismo.

Outra consequência do avanço das lutas das massas a nível mundial é a crise do stalinismo. Ela começou com a ruptura da Iugoslávia com a URSS, continuou com o conflito sino-soviético, chegou ao eurocomunismo. Também os partidos comunistas da Europa Oriental têm diferenças com a URSS. China rompe com a Albânia, e por último vemos agora esta tragédia da Indochina, tropas de um Estado operário, chamado socialista, invadem outro Estado operário. Qualquer que seja a análise que tenhamos das lutas que ocorreram, temos que estar de acordo em uma coisa: é uma tragédia que a condução das burocracias tenha chegado a este nível de podridão.

A situação começa a mudar

Atualmente, a IV Internacional tem militantes como nunca possuiu, tem presença em países onde nunca tinha tido nenhuma influência. Atualmente, ela tem mais penetração no movimento de massas mundial. Por isto dizemos que esta é a época da IV Internacional.

Este desenvolvimento da IV Internacional está mostrando também um outro fenômeno. A maior organização trotskista existente é a dirigida pelo Secretariado Unificado. Em segundo lugar estão os companheiros do CORQI — Comitê de Reconstrução da IV Internacional. Há uma aproximação, que não vai naturalmente se traduzir em unificação imediata: mas nós acreditamos que a longo prazo, sim. Antes dizia-se que onde havia dois trotskistas havia dois partidos; aqui nesta mesa é verdade (Risos). Mas em nível mundial este fenômeno está se revertendo. Nos Estados Unidos, no Canadá na Espanha, vimos unificações de movimentos trotskistas. No Peru também estamos neste processo de unificação. No Irã, embora sejam partidos diminutos, representa muito para nós, simbolicamente, que companheiros que militam na nossa Internacional e companheiros do CORQI estejam juntos. Isto mostra que é possível fazê-lo, e esperamos que se faça a nível mundial.

Além disso há outros setores, outras correntes revolucionárias que não se chamam trotskistas a si mesmas, mas que estão chegando às mesmas conclusões que nós: a necessidade da revolução socialista, estão contra o etapismo, sabem que somente um governo dos trabalhadores, um governo operário-camponês pode libertar nossos países do imperialismo. Têm que chegar, também, à conclusão de que necessitamos mais do que nunca de um partido internacional dos trabalhadores. Têm que chegar a esta conclusão ainda que não se considerem trotskistas, e esperamos terminar no mesmo partido mundial com estes companheiros. Em várias partes do mundo estamos notando este fenômeno novo, novo, podemos dizer, pelo vigor que apresenta agora.

O que propõem os russos, chineses e cubanos?

Ao longo de sua vida, a IV Internacional teve muitas deficiências. Aos que nos criticam respondemos que pode ser verdade que tenhamos todos os defeitos e todas as taras que nos mostram, mas que não encontramos nenhuma outra organização que esteja construindo o partido mundial melhor do que nós. Só nós tentamos fazê-lo de forma séria.

O estalinismo moscovita não somente não constrói, como dissolveu a III Internacional, o que é um grande crime. O maoismo tem mais força material que nós, mas não organiza nem pretende organizar nenhuma Internacional, porque isto significaria ter que discutir com os maoistas iranianos se foi correto ou não a ajuda a Pinochet, com os maoistas iranianas se foi correto ou não que a China protestasse contra a queda do xá. Estas coisas, naturalmente, que a burocracia chinesa não quer discutir, e portanto não pode fazer uma Internacional. O castrismo pretendeu formar uma tricontinental, mas agora apenas sobraram alguns folhetos.

Nós aplaudimos qualquer tentativa de criar uma Internacional, e estamos dispostos a discutir com companheiros de qualquer outra corrente como fazê-lo. Trabalho em que tanto se empenhou o camarada Marx, como o camarada Lênin, como o camarada Trotski. Creio que todos nós devemos nos empenhar nesta tarefa, já que a crise da humanidade é a crise da direção revolucionária. Há que resolvê-la.

psiquiatria

loucura e poder

Franco Basaglia, psiquiatra italiano, fundador de uma corrente denominada "Psiquiatria Democrática", defende a destruição dos manicômios, pois não acredita que se possa curar uma pessoa com as mesmas armas dos torturadores.

Por Tarcísio Lemos e Ricardo Rabelo

CONHECIDO por seu trabalho em hospitais psiquiátricos de Trieste e Gorizia, na Itália, Franco Basaglia é, também, autor de livros polêmicos nessa área, sendo "A Instituição Negada", o mais conhecido. Basaglia não se considera apenas um psiquiatra. Sua própria vida explica esta atitude. Com apenas 20 anos, Basaglia teve sua primeira experiência com a opressão e a violência: "Fui preso durante a resistência porque pertencia aos "bandi armatti", aos partisans. Fui capturado pelos fascistas, ficando preso por 6 meses, até o fim da guerra". Seu trabalho como professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade de Pádua é encarado por ele como mais uma experiência de opressão. "Eu trabalhava com o estudo dos mecanismos de institucionalização, mas eu mesmo era um "institucionalizado".

Para Basaglia a sua prática no Hospital Psiquiátrico de Gorizia foi sobretudo o início de uma militância política. "É muito simples: comecei a fazer política no momento em que entrei no manicômio. Eu era um pensador ideológico, acostumado a viver com a visão masturbatória do intelectual. Não havia compreendido verdadeiramente a opressão, a violência, a opressão que é exercida sobre a classe operária, a destruição da classe operária. Tudo isso eu só compreendi quando me tornei diretor de um manicômio".

Basaglia, a convite de entidades e grupos de psiquiatras mineiros que buscam uma alternativa à psiquiatria da opressão, participou no início deste mês de um seminário sobre psiquiatria, em Belo Horizonte.

Nesta entrevista, Basaglia fala ao EM TEMPO de sua visão sobre a política de opressão exercida pelo capital, tanto dentro como fora dos manicômios.

— Você vê alguma diferença entre o sistema psiquiátrico europeu, o americano e o brasileiro?

— A pergunta que me fazem é, de um lado, ingenua e de outro, não. Diria que é problemático confrontar o tipo de assistência psiquiátrica em países de alto nível de desenvolvimento econômico com o de um país subdesenvolvido como é o Brasil. Mas o fato concreto é que o último estágio de assistência psiquiátrica não tem nenhuma diferença entre os países como o Brasil e os de alto nível de desenvolvimento. Os Manicômios são os mesmos. O modo com que o capital oprime é igual em todo o mundo. O manicômio é apenas uma das instituições da violência e todas as instituições são divididas de acordo com a lógica da divisão do trabalho. O doente mental e o delinquente não diferem em nada, mas é importante a divisão para poder dominá-los. Esé a lógica. Com este objetivo se divide o estudante. Porque o estudante é como uma pessoa que está num "parking", num parque de estacionamento, esperando entrar na produção. Durante este período ele é totalmen- e improduivo, mas se prepara para ser produtivo. Mas a única coisa para a qual ele é preparado é para exercer o poder e não ter consciência disto.

A universidade é uma instituição corruptora, pois seu único objetivo é corromper os jovens. Dá o saber que será depois exercitado como poder.

— No Brasil há uma alta taxa de incidência de doenças mentais na classe operária, fato comprovado pelas estatísticas. A doença mental é um problema do homem ou é gerada pela opressão do capital?

— Eu não creio que a opressão crie a doença mental. Este é um discurso pouco coerente com o materialismo histórico, é pouco marxista. Eu diria que esse discurso é totalmente naturalista, positivista, e, até mesmo, materialista vulgar. Porque este raciocínio é como dizer: uma causa biológica determina a doença, como dizer que uma causa psicológica determina a doença. O mesmo que dizer que a opressão determina a doença. É puramente uma questão de causa e efeito. E penso, que se formos bons marxistas não podemos pensar assim.

O doente mental e o delinquente não diferem em nada

A doença é um produto histórico-social. Qualquer doença, não somente a loucura, mas qualquer doença. Porque é uma verdade que uma doença, por exemplo a pneumonia, é determinada por uma bactéria. Mas isso não quer dizer nada, pois é preciso dizer em qual contexto ocorre, ver a historicidade ou não historicidade da doença. A doença é uma contradição do homem.

A maneira encontrada pela medicina de enfrentar essa contradição é a de tentar eliminar a contradição, reprimindo-a. Este é o conceito reacionário de toda a medicina, porque a medicina foi criada a partir do modelo de um homem que não existe, o homem morto, o cadáver. Nesse manequim se fabrica tudo fora do contexto, de forma não cientifica. O médico não trata do homem vivo, do homem histórico, mas de um objeto, um cadáver, ainda que vivo. O problema, então, é que devemos encarar a doença a partir da unidade do homem com seu corpo. Por exemplo, as feministas, elas querem reaver o seu próprio corpo, que se fez propriedade do homem. O corpo da mulher não é da mulher, mas do homem. E as mulheres querem reavê-lo. Também o doente quer reaver o seu corpo que foi apropriado pelo médico. Como o operário que luta pelo seu corpo, porque seu corpo é do patrão.

Agora, entendo que quanto mais oprimido é o indivíduo menor a possibilidade de ele se apropriar do seu próprio ser. Esta é a nossa luta no manicômio. É uma luta chamada de sanitária, mas é na verdade uma luta política, essencialmente política. Por isso dizemos que a única coisa que faz o manicômio é servir de refúgio ao delirante. Porque não há nada a curar, nenhuma doença a curar. Nada. Certo, o manicômio diz curar, mas oprime com a cura. Como pode-se falar em cura com impregnação farmacológica, eletrochoque, psicocirurgia. Não consigo imaginar que se possa curar com as mesmas armas do torturador. Pensemos no hospital de Barbacena. O que vi em Barbacena, penso que uma coisa parecida só pode ser pensada em um campo nazista; pessoas nuas, jogadas no chão ou em celas de grades. Pessoas que não têm mais um significado para viver. No hospital Galba Veloso, em Belo Horizonte, li o histórico de um paciente que dizem sofrer de mania e depressão. Ele sofre mesmo é de Miséria. No Galba Veloso, desde os diretores, todos agem como carcereiros. O Estado de Minas Gerais deve enfrentar esta vergonha, do contrário seremos obrigados a fazer o mapa da vergonha. Jaquiri, em São Paulo, também está no mapa da vergonha.

A lógica que inspira este manicômio é a mesma que inspirou a rede de tortura no Brasil. O torturador deve ter-se inspirado no manicômio. Enfim, se dizemos que uma pessoa é louca, ela é louca na sua historicidade, como produto histórico-social. Ela é louca porque tem necessidade, necessita de tudo, de viver, de ter amigos, de receber afeto, de trabalhar. E não tem nada. Por isso quem deve se dedicar ao problema da assistência não é o médico, mas as organizações políticas que defendem o proletariado; são os sindicatos que têm de tomar essa tarefa nas mãos. E não deixá-la aos médicos. Os médicos devem ter uma verdadeira política de base. Porque de acordo com o conceito gramsciano os técnicos devem inventar as técnicas orgânicas da classe. Porque, originalmente, os médicos são os técnicos orgânicos da classe dominante. É isto que nós devemos fazer. É a descoberta que faremos, e faremos na medida em que conheçamos o novo código do oprimido, quando o oprimido ganhar a luta para falar. Enquanto esta luta não estiver ganha não se pode falar numa nova ciência. Ela não passará de uma ciência reciclada.

— EM TEMPO publicou, recentemente, o relato de um militante de esquerda sobre como foi induzido a trair publicamente, através de programa de televisão, os seus companheiros. O senhor acredita que a institucionalização da tortura é um método de violência contra os oprimidos semelhante aos métodos psiquiátricos?

— É uma pergunta muito complexa. Certamente a tortura e a psiquiatria têm muitos pontos em comum. O objetivo da psiquiatria é tornar o doente, internado, dócil, submetê-lo ao médico. O homem dócil é um indivíduo que pode ser "tratado", que pode ser "curado". O mesmo ocorre com o dissidente político e a polícia.

Como o doente é muito agitado, se dão remédios, se faz eletrochoque ou mesmo a lobotomia. Então ele pode ser integrado na sociedade porque se tornou um animal domesticado, se tornou submisso à razão do médico. O médico, desempenhando este papel, é um torturador, evidentemente. Ele usa desses meios que só servem para manter tranquila a instituição e com isto mantém tranquila a sociedade.

A institucionalização da tortura significa que a tortura se "municipalizou", se tornou "normal", assim como os manicômios se tornaram normais. Certamente que no Brasil isto tende a ficar mais difícil, dada a abertura que se apuncia. A permanência da tortura será sempre mais complicada, da maneira pela qual o governo deu esta liberdade. E não será difícil que se torne inviável.

Nos países capitalistas a psiquiatria serve para torturar e oprimir

O fato é que há contradições, mas nessas contradições é que agimos. A denúncia, o escândalo é algo funcional ao poder. Mas é um elemento que dá consciência e motiva as pessoas. O problema é transformar essa consciência emotiva em consciência política. Por exemplo os jornais dizem que o manicômio de Barbacena é um Goulag Nazista. Eu posso prever que por todo este escândalo em torno do problema o Estado será obrigado à tomar providências.

— Já que falamos em Goulag, como o Senhor explica o fato de a repressão política ser exercida nos países do chamado "bloco socialista" através de técnicas psiquiátricas? Em que difere da repressão dos países capitalistas?

— Na verdade a Rússia usa da pitalistas. E eu passo a duvidar muito da Anistia Internacional, quando dá a Carter a possibilidade de condenar a União Soviética. Por violar os psiquiatria absorvendo os métodos usados nos países capitalistas, porque os países capitalistas usam da psiquiatria para torturar e oprimir. E interessante como a Anistia Internacional não se preocupa com os problemas dos manicômios nos países cadireitos humanos. Quando permite a essa figura criminosa que é Carter dizer publicamente que tal e tal Estado desrespeita os direitos humanos. Que Carter pense primeiro no seu próprio Estado! Que pense no que faz na América do Sul primeiro. Segunda coisa: eu, logicamente, sou contra o Goulag. Nesse momento me sinto como defensor da União Soviética, o que não é verdade. Evidentemente não posso estar de acordo com a maneira distorcida com que a URSS administra o marxismo. Mas eu me indigno com os psiquiatras que agem como delegados de Carter, pois Carter é o diretor do grande manicômio mundial. Eles denunciam os manicômios soviéticos mas não os manicômos ocidentais, porque ali se exerce a "ciência" enquanto na Rússia se faz "política". Mas na verdade a repressão existe da mesma forma nos países capitalistas.

— Voltando aos países capitalistas, ao seu trabalho, gostaríamos que explicasse o movimento da psiquiatria democrática, de que participa. Sabe-se que foi conquistada uma lei que proibe a criação de novos manicômios e define restrições aos já existentes, levando-os, tendencialmente, até a extinção total. O Estado não obstaculiza este trabalho já que é ele quem propicia o desenvolvimento das doenças. Que partidos e movimentos políticos apoiam a psiquiatria democrática?

— Esse é um discurso de pureza esquerdista. É verdade que existe uma contradição, pode-se dizer, interminável na psiquiatria democrática. Porque a psiquiatria não pode ser "mais democrática". Usamos esta etiqueta porque é verdade que somos democráticos e é verdade que estamos numa contradição. Contradição sustentada pelo Estado, mas no momento em que fazemos esta contradição se move pelo fato de responder às necessidades das pessoas, usamos o Estado democrático porque as pessoas tomam consciência política através do problema da assistência.

Toda nossa ação nestes anos foi sustentada por todos os partidos de esquerda, sindicatos e todos os grupos espontâneos de esquerda (estudantes, mulheres etc.).

A Lei 180 foi votada com o apoio da Democracia Cristã, foi o único resultado do "compromisso histórico". Ela é muito importante, contudo, porque determina o fim da era manicomial, mas apenas alguns manicômios foram fechados. A maioria continua aberta e provocando escândalos.

O importante é que essa lei, que é de reforma sanitária, que o parlamento votou no fim do ano passado, abarca a parte psiquiátrica, de forma que a assistência não faz mais distinções entre psiquiatria e medicina.

— Você tem participado de seminários, como esse de Belo Horizonte, organizado por psiquiatras que tentam novas alternativas no Brasil e conheceu os manicômios e o sistema psiquiátrico brasileiro. O que você diria do incentivo a essas iniciativas

Carter é o diretor do grande manicômio mundial

— Eu não falaria, absolutamente, de psiquiatria aos psiquiatras. Eu não saberia o que dizer. A organização social utiliza a psiquiatria tanto aqui como na Itália. Uma coisa um pouco preocupante na situação brasileira é a enorme rede particular de clínicas. Dessa forma a organização psiquiátrica no Brasil se divide em duas partes: a destinada aos indigentes e a destinada aos trabalhadores. Aquela controla os desvios improdutivos, enquanto estas controlam os desvios produtivos.

Essa é uma grande contradição e eu acho que o Estado devera tomar a seu cargo aquilo que é problema de saúde do cidadão. Sem oferecer o cidadão em empreitada às organizações particulares. Pois desta maneira o cidadão é explorado duas vezes. Uma vez enquanto marginal, doente e em seguida como fator de lucro pelas clínicas particulares.

— Para terminar: como o senhor vê a evolução do processo político no Brasil?

— Se compararmos a situação de hoje com a de dez anos atrás, posso dizer que a situação anterior era bem outra. Eu me lembro que encontrar com pessoas mesmo para falar só de psiquiatria era o mesmo que um encontro de conspiradores: por exemplo eu acabo de ver na televisão a quase totalidade da entrevista que tinha dado, e eu diria que é muito importante que o governo permita que o povo ouça estas coisas. Pois como falei, o governo acaba recuperando tudo, sempre, mas por mais que ele possa recuperar, sempre permanecem as contradições. Evidentemente, que o governo procura um consenso para, talvez, reprimir depois. Mas há sempre o fato de que o poder do poder não é infinito e consequentemente se criam contradições e também pode-se criar a organização das pessoas contra o poder.

exclusivo

Impasse no governo Geisel

Ditadura burlou Lei de Segurança

Cesar Queirós Benjamin, preso político, menor de idade. A Lei diz que não poderia ser condenado — Repressão obtém laudo médico afirmando que o preso tem "maioridade mental". E obtém sua condenação. — Supremo Tribunal Federal o absolve. Mas a ditadura recusa-se a libertá-lo. — Geisel acaba cedendo mas, para libertar Cesar, monta um esquema para tirá-lo do país. — Aquí, o depoimento de Cesar, conhecido como "o menininho". Nas próximas edições, um artigo político do ex-preso que criou um impasse para o governo Geisel.

Eu comecei no ME, nos secundaristas do Rio. Depois participei da frente de camadas médias do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Fui então, para a frente de luta armada. Eu participei das ações de guerrilha urbana do MR-8 a partir de setembro de 70. Em janeiro de 71, foi deslocado para o campo. E esse deslocamento geográfico já traduzia a percepção do nosso isolamento, a necessidade de se mudar tudo, que era o que eu mais escutava e o que eu também mais dizia. Tratava-se também da busca de um recontato com a sociedade brasileira. Assim, passei o ano de 71 no campo, sem fazer luta armada, pois a nossa perspectiva na época nao era esta, fazendo um trabalho com camponeses, posseiros, que estavam perdendo as suas terras. Fui preso em agosto de 71.

Eu fui fazer um contato em Salvador e fui preso. A minha prisão foi muito semelhante a muitas outras. Não fui oficialmente preso na época: a data registrada da minha prisão foi muito posterior, e isto faz parte da engrenagem que na época torturou e assassinou tantos brasileiros.

Um caso grotesco

Meu caso tinha uma especificidade eu era menor de idade. Por isso, o caso se arrastou na Justiça até que os militares tiveram uma brilhante conclusão, forjando um laudo que me dava como mentalmente maior de idade. Eles driblaram a própria Lei de Segurança Nacional, dizendo que a maioridade a que a lei fazia menção era mental e não física. E' sem dúvida, um dos casos mais grotescos desse período, e, graças a esse laudo, eu fiquei cinco anos preso, até que o STF, em março de 76, deu-me ganho de causa por unanimidade. Criou-se, no entanto, um impasse grave, porque eu não fui solto. A auditoria do RJ não abriu a porta da prisão. Criou-se uma contradição entre os órgãos de Justiça, representados pelo STF, e os órgãos de repressão, representados ninguém sabe direito por quem. Então o STF mandava que eu fosse solto e eu não era.

Eu escrevi uma carta relatando o fato à OAB, que denunciou a situação através do seu Conselho Federal e ameaçou rompimento com o governo, na medida em que é um fato grave do ponto de vista do advogado o sujeito ganhar no STF e não levar. Com as pressões — a conjuntura era outra — ocorreu que em agosto de 76 o meu advogado recebeu um telefonema de Brasília, do Procurador Geral da República, pedindo para que ele fosse imediatamente à Brasília que havia novidade. Ele vai e lá é informado pelo Procurador Geral da Justiça Militar que havia sido chamado pelo Geisel para discutir o caso e que o Geisel tinha tomado a decisão de não me soltar no Brasil porque, segundo o Procurador Geral, "não queriam dar um mártire para a oposição". Ao mesmo tempo não queriam me manter preso e assim, queriam me por para fora do país. Isso foi em 25 de agosto. Em 5 de setembro, então, me tiraram da cadeia: uma escolta muito forte — quatro carros, vinte e cinco homens da Polícia Federal — me levou direto para o avião no Galeão. Me encostaram numa escada, me levaram lá para dentro e me deram um passaporte válido por poucos dias. Quando chegue em Estocolmo. Os burocratas de lá quase fundiram a cuca, nunca tinham visto coisa semelhante. Então, para poder entrar na Suécia eu tive de pedir asilo político. E fiquei assim, até agora, quando decidi voltar.

A prisão

Eu fui preso em agosto de 71 e fiquei até outubro sem ter minha prisão legalizada. A minha família foi avisada por parte dos meus companheiros e começou a me procurar loucamente, sempre esbarrando na negativa. Foi quando meu pai conseguiu achar, na Polícia Federal da Bahia uma foto minha de quando fui embarcado para o Rio, embora eles negassem a minha prisão. Eu tenho a foto até hoje, que tem um carimbo da Polícia Federal. Nessa época, eu estava na PE da Barão de Mesquita, onde passei um mês, embora oficialmente eu nunca tivesse estado lá. E' o que eles chamam de "prisão especial", completamente separada. Isso foi se prolongando e eles chegaram à conclusão de que eu pagaria uma pena muito longa, porque partiram do princípio de que o Código Penal Militar permitia em alguns casos a condenação de menores, e tinham absoluta confiança de que tinham capacidade de pressão para isso. Mas eles se enganaram, porque o complemento da LSN é o Código Penal Civil e não o Militar. Então, quando o caso foi para a Justiça o plano foi por água abaixo, mas mesmo assim eles criaram essa ficção, o laudo oficial, que me manteve preso.

Passei pela PE da Bahia, pelo quartel de Amaralina, e vim para o Rio mais ou menos 13 dias depois da minha prisão. No Rio, fui para a Barão de Mesquita. Eu fiquei sabendo que era esse quartel porque passamos no caminho pela cancela da Leopoldina e escutei o barulho da porteira. Na PE fiquei um mês e pouco e daí fui para a Vila Militar, onde também oficialmente nunca estive. Na PE da Vila Militar por exemplo, encontrei um companheiro que até hoje é dado como não-preso. No entanto, ele esteve comigo: é Sérgio Escobar, líder sindical. Sustentarei até a morte que Sergio Escobar esteve preso comigo porque ele esteve na minha cela. Daí, fiquei mais três meses incomunicável, e então passei um ano num presídio comum.

O interrogatório

A minha fase de interrogatório teve dois períodos: o primeiro, na Bahia, onde havia uma corrida contra o tempo, com eles procurando uma série de informações a curto prazo, porque eles sabiam que estas informações caducavam rapidamente, e então era na base da porrada e muito choque. Fui preso e levado a um carro particular, onde fui amarrado e encapuçado. Quando entrei na cadeia me arrancaram a roupa e ligaram um fio elétrico nos meus pés. Daí, fizeram um esquema de amedrontamento, gritando muito em minha volta. Veio então, um cara e pôs a mão no meu ombro, dizendo que iria me fazer dez perguntas, sabendo já o resultado de sete. Assim, ele saberia quando eu mentisse, o que faria com que ele tirasse a mão do meu ombro e aí eu levaria choque. Ele fez três perguntas banais e na quarta pergunta ele se enfezou. Tirou a mão do meu ombro e começou a seção. Começou pelos pés e daí eles foram subindo o fio elétrico, dando choque em todo o corpo. Teve choque, entremeado de porrada, afogamento e enforcamento. Durante essa primeira seção, uma das coisas em que eles insistiram muito foi de que eles mataram a Iara Javelberg, a companheira de Lamarca. Era uma inbromação que eu não assimilava, porque pensava que eles estavam jogando verde para que eu desse alguma informação e eles arrochassem Iara. Ela tinha sido morta dez dias antes da minha prisão, mas eu não sabia. Daí eles me mostraram uma foto da Iara morta e então eu soube do fim dela. A seção prolongou-se até a noite e quando terminou eles me puseram num canto contra a luz, daí apareceu um homem com um capacete militar por trás do capuz. Daí eu percebi que estava na PE da Bahia. Então, o interrogatório em Salvador foi mais ou menos nessa base.

Sofisticação

Quando fui transferido para o Rio, para a PE da Barão de Mesquita, quase não me colocaram a mão. Daí eles me deixaram sem comer, sem beber e sem dormir, de pé com as mãos na cabeça. Numa cela pequena, fria e escura e com um som eletrônico altíssimo. Daí, fui transferido para uma cela clara, grande, onde fui submetido a interrogatórios longuíssimos, de trinta, quarenta horas, de pé, sempre com as mãos na cabeça. Então, eles adotaram uma tática de interrogatórios longos e a longo prazo, porque a fase de correr contra o tempo já tinha sido completada. Eu calculo ter chegado na PE da Barão de Mesquita em 13 de setembro mais ou menos, e saí de lá no começo de outubro. Durante todo esse período, com exceção dos últimos dias, eu estive nessas condições. Durante todo esse período, estive submetido a controle médico e me deram um pó branco, que até hoje eu não sei o que era, e uma pílula vermelha. Era a única oportunidade que eu tinha de beber um pouco de água. E' um processo extremamente desgastante, no qual eles levam o preso ao limite e o mantêm no limite. Porque a porrada tem esse defeito, o cara se excede e deixa o torturado sem condição de responder. Controle médico sistemático, porrada só quando eu caia no chão para levantar. E' um sistema em que ficava um interrogador de cada vez, se revezando de pouco em pouco tempo, porque era muito quente lá dentro. Foi essa situação até o fim de setembro.

Soldados torturados

Daí fui levado para cima, para a cela especial, quando eles me diziam diariamente que estavam discutindo se iriam me matar. Até que, em parte pelas gestões da minha família, eles decidiram não me matar e me mandaram para a Vila Militar. Lá eu não fui torturado mas escutava os gritos.

A minha cela dava para um pátio interno onde o Capitão Guimarães, torturava soldados do Exército acusados de roubos e outros delitos.

Essa relação de torturas não é uma coisa nova, é uma relação sistemática que o governo tem com o povo, já de antes de 64, e nós somos contra todo o tipo de tortura. A própria extinção do DOI CODI por exemplo não garante a extinção da tortura no estado burguês e é preciso banir radicalmente a tortura do nosso horizonte, o que é uma luta muito difícil. Eu estou convencido de que qualquer investigação séria sobre a tortura no Brasil vai demonstrar que não houve qualquer excesso, não houve nenhum arroubo de tenente. Foi uma política pensada, científica, que cooptou quadros, inclusive nos quadros nas Forças Armadas. Uma máquina que herdou conhecimentos da polícia civil, que aprendeu com ela e se dedicou a uma política de extermínio sistemático.